



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

DPE AM

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 15/06/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Defensoria Pública do Estado do Amazonas**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 1 questão passível de recurso e/ou que deve ser anulada, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se da questão 28.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking da **DPE-AM** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/f5de1b81-65fe-49a3-8c2e-1c77f0c333e4>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/121b880c-ffcb-4adb-8727-c4be764224f1>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

QUESTÃO 01. Dentre as regras previstas na normativa internacional que compõe o Direito Internacional Humanitário encontra-se a "proibição de matar, ferir, ou capturar um adversário valendo-se de meios perfídios". É exemplo de perfídia o seguinte ato:

- a) fazer uso de informações falsas.
- b) promover operações simuladas.
- c) utilizar camuflagem de equipamentos bélicos.
- d) simular a condição de pessoa civil, não combatente.
- e) omitir informações sobre prisioneiros de guerra.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre princípio fundamental do Direito Internacional Humanitário, especificamente o princípio da proibição da perfídia.

Primeiramente, para conseguirmos analisar essa questão, precisamos ter em mente a definição de perfídia no direito internacional. O Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949, que trata da proteção das vítimas de conflitos armados internacionais, define perfídia em seu Artigo 37, parágrafo 1. Ele diferencia a perfídia da astúcia de guerra (estratégias legítimas para enganar o inimigo sem violar as regras do DIH). Vejamos: "É proibido matar, ferir ou capturar um adversário valendo-se de meios perfídios. Constituirão perfídia os atos que, apelando para a boa fé de um adversário e com a intenção de atraí-lo, dêem a entender a este que tem direito à proteção, ou que está obrigado a concedê-la, em conformidade com as normas de Direito Internacional aplicáveis nos conflitos armados. São exemplos de perfídia os seguintes atos: a) simular a intenção de negociar sob uma bandeira de armistício ou de rendição; b) simular incapacidade por ferimentos ou enfermidades; c) simular a condição de pessoa civil, não combatente; e d) simular que possui condição de proteção, pelo uso de sinais, emblemas ou uniformes das Nações Unidas ou de Estados neutros ou de outros Estados que não sejam Partes em conflito. 2. Os estratagemas não são proibidos. São estratagemas os atos que têm por objeto induzir a erro um adversário ou fazer com que este cometa imprudências, porém que não infrinjam nenhuma norma de Direito Internacional aplicável aos conflitos armados, nem sejam perfídios já que não apelam para a boa fé de um adversário com respeito à proteção prevista nesse direito. São exemplos de estratagemas os seguintes atos: a camuflagem, os engodos, as operações simuladas e as informações falsas." Pois bem, passemos às alternativas.

A alternativa A está incorreta. O uso de informações falsas, como parte de uma estratégia de desinformação ou propaganda, geralmente se enquadra como astúcia de guerra. Embora possa ser enganoso, não envolve o uso de proteção legal (como a de um combatente rendido ou de uma pessoa

civil) para trair o adversário, não se tratando de violação ao disposto no Artigo 37 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949.

A alternativa B está incorreta. Operações simuladas, como ataques-fantasmas ou desvios de atenção, são classicamente consideradas astúcias de guerra. Elas visam enganar o inimigo sobre as intenções ou a localização das forças, mas não envolvem a quebra de uma proteção legal do DIH para cometer um ato traiçoeiro.

A alternativa C está incorreta. A camuflagem é uma técnica militar legítima para ocultar a presença ou a natureza de equipamentos, veículos ou pessoal. É um exemplo clássico de astúcia de guerra, não de perfídia. Não se usa uma proteção prevista no DIH para enganar o inimigo, não se tratando de violação ao disposto no Artigo 37 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949.

A alternativa D está correta. Nos termos do Artigo 37 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949, é possível verificarmos a situação de perfídia, pois se trata de condição de pessoa civil, alguém que tem proteção especial sob o DIH e não deve ser alvo de ataque, com a intenção de atacar ou obter uma vantagem militar, é um exemplo direto de perfídia. Ao se disfarçar como civil, um combatente quebra a confiança estabelecida pelo DIH, que visa proteger os civis da violência. Se essa simulação leva a um ataque ou captura do adversário, é considerado um ato perverso e uma violação grave do DIH.

A alternativa E está incorreta. Embora seja uma violação grave do DIH, não se enquadra na definição de perfídia, que requer o uso de uma proteção legal com intenção traiçoeira para cometer um ataque ou obter uma vantagem militar direta por meio do engano do adversário. É uma violação de dever, não um ato de traição com perfídia no campo de batalha, não se tratando de violação ao disposto no Artigo 37 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1949.

QUESTÃO 02. No Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos portugueses, sobre negras e indígenas, está na origem de todas as construções da identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade [...]. (Carneiro, 2019, p. 151)

O trecho transcrito remete a uma ferramenta analítica utilizada na compreensão mais contemporânea das opressões e das

desigualdades sociais, denominada

a) transicionalidade.

b) genealogia.

c) interseccionalidade.

d) pluralidade.

e) heterotopia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre violência de gênero, sob a interpretação da interconexão histórica entre raça, gênero e poder, enraizada no estupro colonial de acordo com Sueli Carneiro, uma renomada pensadora brasileira.

O texto de Sueli Carneiro destaca que o estupro colonial (violência de gênero e racial) é a origem das hierarquias de gênero e raça na sociedade brasileira, influenciando a identidade nacional. Isso ilustra claramente como a opressão de gênero e a opressão racial estão interligadas e se reforçam mutuamente, em vez de serem fenômenos separados. Carneiro argumenta que o estupro de mulheres negras e indígenas durante o período colonial estabeleceu as bases para as desigualdades de gênero e raça que persistem na sociedade brasileira. Feito essa breve explicação, passemos às alternativas.

A alternativa A está incorreta. Transicionalidade geralmente se refere a processos de transição, como de um regime autoritário para a democracia (justiça de transição) ou mudanças de fase na vida. Não é um conceito que explica a interconexão de opressões, portanto, não se trata de estupro colonial.

A alternativa B está incorreta. Embora a análise de Carneiro possa utilizar uma perspectiva genealógica (ao buscar a origem das hierarquias na escravidão colonial), a genealogia em si não é a ferramenta que descreve a interconexão simultânea das diferentes formas de opressão no presente e suas consequências combinadas, conforme podemos verificar com a introdução acima descrita. Logo, não se trata de estupro colonial.

A alternativa C está correta. A interseccionalidade é uma ferramenta analítica que reconhece que múltiplas formas de opressão (como racismo, sexismo, classismo, capacitismo, homofobia, etc.) se cruzam, se interligam e se manifestam simultaneamente na vida das pessoas. Segundo a própria Sueli Carneiro, é resultado da cobrança de Conceição Evaristo e do voluntarismo de Djamila Ribeiro. Somando 289 páginas divididas em 19 capítulos de extensões variadas, o livro é apresentado por Djamila e prefaciado por Conceição. Sua narrativa é construída a partir do conceito de interseccionalidade, que marca a maioria dos capítulos do volume, e todo seu debate é cruzado por temas relacionados à intersecção entre raça, gênero e classe. A solidão das mulheres negras, a necessidade de desconstruir o Mito da Democracia Racial, de enegrecer a epistemologia e a prática feministas, são temas recorrentes na obra.

A alternativa D está incorreta. Pluralidade refere-se à existência de múltiplas formas, ideias ou grupos. Embora a sociedade seja plural, o conceito de pluralidade não oferece uma metodologia para analisar como diferentes opressões se combinam e se interligam. Logo, não se trata de estupro colonial.

A alternativa E está incorreta. Não se trata de estupro colonial. Heterotopia é um conceito desenvolvido por Michel Foucault para descrever "outros lugares" que são simultaneamente reais e utópicos, locais que são fora de todos os lugares, mesmo que seja possível localizá-los na realidade. Não se relaciona diretamente com a análise da interconexão de opressões sociais.

QUESTÃO 03. Segundo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, "os povos indígenas têm direito a procedimentos justos e equitativos para a solução de controvérsias com os Estados ou outras partes e a uma decisão rápida sobre essas controvérsias, assim como a recursos eficazes contra toda violação de seus direitos individuais e coletivos". Essas decisões, segundo a mesma Declaração,

a) tomarão devidamente em consideração os costumes, as tradições, as normas e os sistemas jurídicos dos povos indígenas interessados e as normas internacionais de direitos humanos.

b) levarão em consideração os costumes indígenas e as normas internas do Estado, e serão proferidas, quando possível, por instâncias compostas por representantes das duas partes envolvidas.

c) serão revolidas à luz dos costumes interculturais que regem historicamente as relações entre as partes litigantes, desde que não resultem em afronta aos direitos humanos de nenhuma delas.

d) observarão, se houver, os ritos próprios dos sistemas jurídicos dos povos indígenas, aplicando-se subsidiariamente a normativa interna do Estado onde vivem e as disposições desta Declaração.

e) observarão os sistemas legais e judiciais vigentes no território da controvérsia, assegurado aos indígenas, se necessário, recurso ao Fórum Permanente sobre Questões Indígenas da Nações Unidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI), mais especificamente sobre o tratamento dos procedimentos de solução de controvérsias e as decisões que os envolvem, especialmente no que se refere à consideração dos direitos e sistemas jurídicos indígenas.

A alternativa A está correta. O Artigo 40 da DNUDPI, que trata da solução de controvérsias, afirma expressamente o seguinte: “Os povos indígenas têm direito a procedimentos justos e equitativos para a solução de controvérsias com os Estados ou outras partes e a uma decisão rápida sobre essas controvérsias, assim como a recursos eficazes contra toda violação de seus direitos individuais e coletivos. Essas decisões tomarão devidamente em consideração os costumes, as tradições, as normas e os sistemas jurídicos dos povos indígenas interessados e as normas internacionais de direitos humanos.” Este artigo reflete o princípio da interculturalidade e do pluralismo jurídico, reconhecendo que os sistemas jurídicos indígenas são válidos e devem ser considerados, em conjunto com as normas internacionais de direitos humanos, que são o padrão mínimo de proteção. Nesse sentido, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 04. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), ao emitir a Opinião Consultiva 14/94 sobre a "Responsabilidade Internacional pela Expedição e Aplicação de Leis Violadoras da Convenção" (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), concluiu que

a) não constitui violação da Convenção a mera expedição de lei manifestamente contrária às obrigações assumidas pelo Estado que a ratificou.

b) está sujeito à responsabilidade internacional o Estado sempre que expedir lei manifestamente contrária ao que dispõe a Convenção por ele ratificada.

c) o cumprimento, por parte de agentes ou funcionários do Estado, de uma lei manifestamente violadora da Convenção gera responsabilidade internacional para tal Estado.

d) o cumprimento da lei manifestamente contrária à Convenção, ainda que caracterize crime internacional, exime os agentes ou funcionários que a executaram de responsabilidade internacional.

e) a declaração de inconvencionalidade, pela Corte IDH, de leis internas manifestamente violadoras da Convenção, obriga os Estados a retirarem sua vigência, sob pena de responsabilização internacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Para analisarmos essa questão, é necessário termos em mente o que se refere a Opinião Consultiva OC-14/94. Ela é um marco nesse debate, esclarecendo a relação entre o direito interno e as obrigações internacionais. A Opinião Consultiva 14/94 foi solicitada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e buscou esclarecer se a mera expedição de uma lei contrária à CADH ou a sua aplicação geram responsabilidade internacional para o Estado. A Corte IDH, nesse parecer, reafirmou princípios fundamentais do direito internacional e da Convenção Americana. Nesse sentido, podemos afirmar que um dos pontos mais relevantes é que, no plano internacional, um Estado não pode invocar disposições de seu direito interno (incluindo leis) para justificar o não cumprimento de suas obrigações internacionais. Vamos agora analisar as alternativas.

A alternativa A está incorreta. Embora a Corte IDH tenha afirmado que a mera expedição de uma lei contrária à Convenção, por si só, não gera responsabilidade internacional imediatamente se essa lei não produzir efeitos jurídicos ou violações concretas, ela já representa um potencial de violação e um descumprimento do dever do Estado de adequar seu direito interno.

A alternativa B está incorreta. Opinião Consultiva 14/94, embora reconheça que a existência de uma lei violadora já demonstra um descumprimento da obrigação de adequar o direito interno (Art. 2 da CADH), a responsabilidade internacional por violações específicas da Convenção geralmente se materializa no momento em que essa lei é aplicada e causa um dano ou uma violação concreta de direitos.

A alternativa C está correta. A Corte IDH, na OC-14/94, enfatizou que o ato de aplicar uma lei que é manifestamente contrária à Convenção, por parte de qualquer agente ou funcionário do Estado (seja ele do poder legislativo, executivo ou judiciário), gera a responsabilidade internacional do Estado. Isso ocorre porque o Estado tem o dever de garantir o respeito aos direitos previstos na Convenção (Art. 1.1 da CADH) e de adequar seu direito interno para que não haja incompatibilidade (Art. 2 da CADH). Quando uma lei violadora é aplicada, a violação se concretiza. Assim, podemos então compreender que a Corte IDH reitera que os Estados têm a obrigação de exercer um "controle de convencionalidade" sobre suas leis internas. Isso significa que juízes e outros operadores do direito devem deixar de aplicar leis internas que sejam incompatíveis com a Convenção Americana. Se eles aplicam uma lei inconvencional, essa ação imputa a responsabilidade ao Estado.

A alternativa D está incorreta. A alegação de que um agente atuou em cumprimento de uma lei interna não o exime de responsabilidade internacional, especialmente se a ação caracterizar um crime internacional (como crimes contra a humanidade, genocídio, crimes de guerra)

A alternativa E está incorreta. É verdade que a Corte IDH pode determinar a anulação ou reforma de leis em suas sentenças contenciosas (medidas de reparação). No entanto, a OC-14/94 se concentrou mais na questão da existência e aplicação da lei como geradoras de responsabilidade.

QUESTÃO 05. No âmbito da evolução histórica e fundamentos dos Direitos Humanos, têm emergido, perspectivas críticas, nas últimas décadas, que colocam em destaque, entre outros aspectos, a ideia de que

a) os Direitos Humanos não devem ser um código fechado que impõe normas de cima para baixo, mas um campo aberto e vivo, construído a partir das lutas concretas de quem resiste à opressão.

b) a proteção dos Direitos Humanos requer um esforço real de multiplicação dos tratados internacionais e de reforçamento das agências multilaterais organizadas em sistemas global e regionais de proteção.

c) os Direitos Humanos demandam um retorno à ideia fundante de indivíduo autônomo e racional da qual emergiram, sem o que sucumbirão ao relativismo antropológico que opera como discurso legitimador de formas ancestrais de dominação.

d) a dissolução das fronteiras entre as diferentes gerações de Direitos Humanos, a partir da ideia de indivisibilidade, tem promovido um inflacionamento indiferenciado de direitos e dificultado sua positivação, exigibilidade e proteção internacional.

e) a teoria geral dos Direitos Humanos, historicamente preocupada com a mera proclamação dos direitos, demanda dos juristas a construção de instrumentos jurídico-processuais inovadores que promovam sua efetivação desde a valorização do direito internacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a evolução histórica dos Direitos Humanos.

A alternativa A está correta. Essa perspectiva argumenta que os Direitos Humanos não são apenas um conjunto de normas prontas e impostas por organismos internacionais ou Estados poderosos, mas sim um processo contínuo de construção, alimentado pelas lutas sociais, movimentos populares e resistência de grupos que historicamente foram marginalizados e oprimidos. A ideia é que os Direitos Humanos são "de baixo para cima", emergindo das demandas e experiências daqueles que sofrem violações. Nesse sentido, conforme melhor explica Liliana Lyra Jubilut, a análise de promoção de políticas públicas permite que se indague sobre a maior ou menor participação de outros atores que não o estatal; ou ainda, a análise da fase de implementação permite que seja analisada a direção das forças que atuam sobre as ações a serem executadas, se atuam de cima para baixo, ou de baixo para cima. Em suma cada análise permitirá que se alcance um conhecimento diferente sobre o assunto.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa reflete uma visão mais tradicional e institucionalista da proteção dos Direitos Humanos, focada na proliferação de normas e fortalecimento de mecanismos.

A alternativa C está incorreta. A ideia do "indivíduo autônomo e racional" é vista como um construto ocidental liberal que, muitas vezes, falha em reconhecer as dimensões coletivas e culturais dos Direitos Humanos e pode ser instrumentalizado para impor certas visões de mundo.

A alternativa D está incorreta. A indivisibilidade, interdependência e universalidade dos Direitos Humanos são princípios consagrados desde a Conferência de Viena de 1993, buscando superar a dicotomia entre direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

A indivisibilidade é, na verdade, um princípio basilar e amplamente aceito na teoria moderna dos Direitos Humanos. A crítica à "dissolução das fronteiras" geralmente vem de uma ótica mais conservadora ou cética em relação à expansão do catálogo de direitos.

A alternativa E está incorreta. O que torna essa alternativa errada é que as críticas mais profundas vão além da mera efetivação para questionar quem define os direitos, como eles são construídos e se são verdadeiramente universais em sua concepção. A busca pela efetividade é uma preocupação constante na área de Direitos Humanos, levando ao desenvolvimento de jurisprudência (nacional e internacional) e mecanismos processuais.

QUESTÃO 06. "Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral, tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou resposta, nas condições que estabeleça a lei". Tal afirmação está contida, nestes termos,

a) na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

b) no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

c) na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

d) na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

e) na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o direito de resposta. Este direito é uma importante garantia relacionada à liberdade de expressão e à proteção da honra e imagem.

A alternativa A está incorreta. Ela estabelece o direito à liberdade de opinião e expressão (Art. 19) e o direito à proteção da honra e reputação (Art. 12), mas não detalha o mecanismo de retificação.

A alternativa B está incorreta. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) de 1966 também não contém uma cláusula explícita sobre o direito de retificação ou resposta nesses termos.

A alternativa C está incorreta. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (DADDH) de 1948, um dos primeiros instrumentos regionais de direitos humanos, também não inclui a redação específica sobre o direito de retificação ou resposta. Ela contém disposições sobre a liberdade de expressão e o direito à honra, mas não com o detalhamento expresso na questão.

A alternativa D está correta. O Artigo 14 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, trata precisamente do "Direito de Retificação ou Resposta". O texto do artigo é o seguinte: "Artigo 14. Direito de Retificação ou Resposta: 1. Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral, tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou resposta, nas condições que estabeleça a lei. 2. Em nenhum caso a retificação ou a resposta eximirão das outras responsabilidades legais em que se houver incorrido. 3. Para a efetiva proteção da honra e da reputação, toda publicação ou empresa jornalística, cinematográfica, de rádio ou televisão, deve ter uma pessoa responsável que não seja protegida por imunidades nem goze de foro especial.

A alternativa E está incorreta. Embora o direito seja previsto, a **redação exata** e o detalhamento da afirmação da questão correspondem ao Art. 14.1 da CADH, e não diretamente ao texto constitucional brasileiro.

QUESTÃO 07. A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem estabelece, de forma expressa, que todo homem tem, entre outros, os deveres de

a) adquirir, pelo menos, a instrução primária e de votar nas eleições populares do país de que for nacional, quando estiver legalmente habilitado para isso.

b) se associar com outros a fim de promover e proteger os interesses coletivos e de defender a honra e a integridade de sua família contra ataques indevidos.

c) fixar sua residência no território do Estado de que é nacional e de seguir sua vocação nas atividades laborais que lhe garantam o sustento.

d) tomar parte na vida cultural da coletividade e compartilhar com o demais as descobertas científicas e as inovações técnicas que obtiver, garantida sua justa remuneração.

e) pagar os impostos estabelecidos pela Lei para acessar os serviços públicos e ofertar amparo aos necessitados em situações de guerra ou calamidade conforme lhe for designado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os deveres expressamente previstos na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

A alternativa A está correta. A DADDH de fato estabelece esses dois deveres, vejamos: Artigo XXXI. Toda pessoa tem o dever de adquirir, pelo menos, a instrução primária. Artigo XXXII. Toda pessoa tem o dever de votar nas eleições populares do país de que for nacional, quando estiver legalmente habilitada para

isso. A inclusão desses deveres sublinha a visão de que a participação cidadã (voto) e o acesso à educação básica são fundamentais para o desenvolvimento individual e para o exercício da cidadania plena, sendo, portanto, não apenas direitos a serem exigidos do Estado, mas também responsabilidades individuais. As demais alternativas estão incorretas, tendo em vista a ausência de previsão legal na Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

QUESTÃO 08. Considerando o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e os comentários gerais do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) da Organização das Nações Unidas, o dever de não regressividade em matéria de direitos sociais vem

a) afirmado indiretamente no preâmbulo do PIDESC, ao alertar que os contextos em que a degradação das condições de vida da população se mostra mais aguda são propícios para eclosão de conflitos armados internos e externos que ameaçam a paz.

b) previsto de forma expressa no texto do PIDESC, ao dispor que os Estados signatários se comprometem a implementar progressivamente os direitos nele previstos e, ao mesmo tempo, a adotar medidas para que os direitos já conquistados não sejam revogados ou reduzidos.

c) afirmado pelo CDESC, ao observar que todas as medidas de caráter deliberadamente regressivo demandam consideração cuidadosa e devem ser justificadas pelos Estados considerando a totalidade dos direitos do Pacto e o contexto de aproveitamento do máximo de recursos de que se disponha.

d) fundamentado, pelo CDESC, na natureza interdependente dos direitos humanos e na ideia de que os retrocessos nos direitos sociais conduzem a um necessário retrocesso na observância dos direitos civis e políticos que compõem o núcleo essencial da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

e) excepcionado, de acordo com texto do PIDESC, nas situações em que os Estados signatários, embora tenham reconhecido determinado direito, ainda não lograram implementá-lo na prática, bem como em tempos de crise econômica interna, cujo enfrentamento demande medidas de austeridade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre um dos princípios mais importantes na interpretação do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC): o dever de não regressividade. Compreenda que este princípio é crucial para entender a dinâmica de implementação dos direitos sociais, que muitas vezes é progressiva, mas não pode ser regressiva de forma injustificada. Passemos às alternativas.

A alternativa A está incorreta. O preâmbulo contextualiza a importância dos direitos, mas não formula o princípio específico da não regressividade.

A alternativa B está incorreta. O Pacto não contém uma cláusula explícita que proíba retrocessos de forma direta e geral.

A alternativa C está correta. O princípio da não regressividade é fundamental para evitar que os avanços na proteção dos direitos sociais sejam revertidos de forma arbitrária. Ele impõe um ônus de justificação ao Estado que adota medidas que reduzem o nível de proteção já alcançado, garantindo que tais retrocessos não violem as obrigações assumidas no PIDESC. E isso fica claro na leitura do artigo 5º e seus parágrafos. Vejamos: "Artigo 5º - §1. Nenhuma das disposições do presente Pacto poderá ser interpretada no sentido de reconhecer a um Estado, grupo ou indivíduo qualquer direito de dedicar-se a quaisquer atividades ou de praticar quaisquer atos que tenham por objetivo destruir os direitos ou liberdades reconhecidos no presente Pacto ou impor-lhes limitações mais amplas do que aquelas nele previstas. §2. Não se admitirá qualquer restrição ou suspensão dos direitos humanos fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer país em virtude de leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob o pretexto de que o presente Pacto não os reconheça ou os reconheça em menor grau." O fundamento reside mais diretamente na obrigação dos Estados de agir "até o máximo de seus recursos disponíveis" para a realização progressiva, o que implica que uma vez que um certo nível de proteção é atingido, não se pode retroceder sem justificativas excepcionais e rigorosas.

A alternativa D está incorreta. O fundamento principal do dever de não regressividade não é primariamente essa interdependência como a única ou principal justificação, conforme podemos também verificar nos comentários acima.

A alternativa E está incorreta. A crise econômica interna, embora possa ser um fator a ser considerado, não exime automaticamente o Estado da sua obrigação de não regressividade.

QUESTÃO 09. O Supremo Tribunal Federal, atento à realidade brasileira, entendeu que o prazo em dobro para a Defensoria Pública no processo penal configura:

- a) situação de constitucionalidade chapada, enlouquecida ou desavergonhada.**
- b) prerrogativa da Defensoria Pública circunstancialmente inconstitucional.**
- c) inconstitucionalidade por reverberação normativa ou consequential.**
- d) condição intrínseca ao papel constitucional atribuído à Defensoria Pública.**
- e) hipótese de inconstitucionalidade progressiva ou lei ainda constitucional.**

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema norma ainda constitucional.

A alternativa A está incorreta. Inconstitucionalidade chapada é uma expressão utilizada para descrever uma situação em que a contrariedade entre uma norma e a Constituição é clara, óbvia e flagrante, sem necessidade de interpretações complexas ou outras normas para identificar o problema. É como um "vício" na norma que "salta aos olhos", uma violação direta e imediata da Constituição;

A alternativa B está incorreta. Circunstancialmente inconstitucional refere-se a uma norma que, em certas circunstâncias ou durante um período específico, viola a Constituição, mas que pode ser considerada constitucional em outras situações ou após a ocorrência de certas mudanças. É uma forma de inconstitucionalidade que não é permanente, mas sim temporária ou condicionada a fatores específicos;

A alternativa C está incorreta. A inconstitucionalidade por reverberação normativa, também conhecida como "arrastamento" ou "atração", é uma teoria jurisprudencial que diz que, quando uma norma é declarada inconstitucional, as normas dependentes ou que se baseiam na norma inconstitucional também podem ser consideradas inconstitucionais. Essa teoria, utilizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), visa garantir a coerência e a eficácia do sistema constitucional;

A alternativa D está incorreta. Não se trata de condição intrínseca e sim de prerrogativa que quando concedida refletia uma necessidade, diante da baixa cobertura da Defensoria Pública nas comarcas em todo o País;

A alternativa E está correta. A inconstitucionalidade progressiva, também chamada de "lei ainda constitucional" ou "declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade", é uma técnica utilizada no controle de constitucionalidade em que uma norma, embora não seja totalmente compatível com a Constituição, é considerada constitucional até que circunstâncias específicas mudem, tornando-a inconstitucional de forma definitiva.

QUESTÃO 10. A "CPI da Covid" foi um importante espaço de investigação, interlocução e transparência sobre as ações concretas adotadas pelo governo federal no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito de _I_ a ser apurado e prazo _II_ para o desenvolvimento dos trabalhos, devendo o requerimento ser subscrito por _III_.

Preencham as lacunas I, II e III de forma correta as seguintes expressões e palavras:

a) crime estimado - 1/3 dos Senadores - 1/4 dos Deputados Federais.

b) crime certo - 1/3 dos Senadores, apenas.

c) fato determinado estimado - 1/3 dos Deputados Federais, apenas.

d) desrespeito ético máximo - 1/3 do número total de membros do Congresso, independentemente da Casa.

e) fato determinado - certo - 1/3 dos Senadores e 1/3 dos Deputados Federais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Comissão Parlamentar de Inquérito.

A alternativa A está incorreta. Em desacordo com a previsão constitucional que requer fato certo e determinado;

A alternativa B está incorreta. Necessária a representação de $\frac{1}{3}$ de cada casa;

A alternativa C está incorreta. O fato necessita ser certo e não estimado;

A alternativa D está incorreta. Não há requisito de desrespeito ético;

A alternativa E está correta. Dispõe a Constituição Federal no art.58 § 3º que “As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”

QUESTÃO 11. Segundo o Supremo Tribunal Federal, configura violação à separação de poderes:

a) a aprovação, pelo Poder Legislativo, da indicação dos presidentes das entidades da administração pública indireta de autarquias e fundações públicas.

b) a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.

c) a concessão de anistia de infrações disciplinares de servidores estaduais por Assembleia Legislativa estadual.

d) a prévia licença da Assembleia Legislativa para que o governador e o vice-governador possam se ausentar do país quando o afastamento exceder a quinze dias.

e) a expulsão de estrangeiros por meio de decisão do chefe do Poder Executivo da União com base em sua avaliação discricionária de conveniência, necessidade, utilidade e oportunidade de sua efetivação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema inconstitucionalidades.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o STF no julgamento da ADI 6775: “É inconstitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas, os presidentes das empresas de economia mista e assemelhados, os interventores de Municípios, bem como os titulares da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado.”;

A alternativa B está correta. Corresponde ao teor da Súmula do 649-STF que dispõe: “É inconstitucional a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.”;

A alternativa C está incorreta. Fixada a tese no julgamento da ADI 4928/AL: “É inconstitucional lei estadual de iniciativa parlamentar que disponha sobre a concessão de anistia a infrações administrativas praticadas por policiais civis, militares e bombeiros. Sob o ângulo material, a norma invade matéria reservada a órgãos administrativos, em contrariedade ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º, CF/88).”;

A alternativa D está incorreta. Conforme decidido no julgamento da ADI 5373: “ A exigência de prévia autorização da Assembleia Legislativa para o Governador e o Vice-Governador do Estado ausentarem-se, em qualquer tempo, do território nacional mostra-se incompatível com os postulados da simetria e da separação de poderes, pois essa restrição – que não encontra correspondência nem parâmetro na Constituição Federal (art. 49, III, c/c o art. 83) – revela-se inconciliável com a Lei Fundamental da República, que, por qualificar-se como fonte jurídica de emanção do poder constituinte decorrente, impõe ao Estado-membro, em caráter vinculante, em razão de sua índole hierárquico-normativa, o dever de estrita observância quanto às diretrizes e aos princípios nela proclamados e estabelecidos (CF, art. 25, “caput”), sob pena de completa desvalia jurídica das disposições estaduais que conflitem com a supremacia de que se revestem as normas consubstanciadas na Carta Política.”;

A alternativa E está incorreta. Para o STF, como o ato de expulsão é considerado discricionário, somente cabe ao Poder Judiciário analisar se ele foi praticado em conformidade ou não com a legislação em vigor (controle de legalidade), não podendo examinar a sua conveniência e oportunidade, ou seja, não poderá realizar o controle sobre o mérito da decisão. Assim, o ato administrativo de expulsão, manifestação da soberania do país, é de competência privativa do Poder Executivo, competindo ao Judiciário apenas a verificação da higidez do procedimento por meio da observância das formalidades legais. HC 333.902-DF

QUESTÃO 12. O exercício da escusa de consciência:

a) exige a obrigatoriedade de qualquer imunização por meio de vacina aprovada pela vigilância sanitária e incluída no Programa Nacional de Imunização.

b) depende da previsão legal de obrigação alternativa, sob pena de se violar a igualdade e a obrigatoriedade de obediência às leis.

c) deve ter por base exclusivamente alguma motivação religiosa, especialmente para o afastamento do serviço militar obrigatório.

d) possibilita o estabelecimento de critérios alternativos, pela Administração Pública, para o regular exercício dos deveres e funções inerentes aos cargos públicos.

e) permite a despedida de empregados de sociedade de economia mista, por razões de ordem político-partidária, desde que instaurado procedimento disciplinar prévio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema escusa da consciência.

A alternativa A está incorreta. Não se admite a escusa de consciência, definiu o STF no julgamento do ARE 1267879/SP que: “É constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, (i) tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações ou (ii) tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei ou (iii) seja objeto de determinação da União, estado, Distrito Federal ou município, com base em consenso médico-científico. Em tais casos, não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dos pais ou responsáveis, nem tampouco ao poder familiar.”;

A alternativa B está incorreta. Não necessariamente haverá obrigação alternativa, somente nos casos previstos em lei. A Escusa de consciência é o direito que a pessoa possui de se recusar a cumprir determinada obrigação ou a praticar certo ato por ser ele contrário às suas crenças religiosas ou à sua convicção filosófica ou política, conforme prevê a Constituição no art. 5º, VIII: “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;”;

A alternativa C está incorreta. Conforme já visto a motivação pode ser religiosa, filosófica ou política;

A alternativa D está correta. De acordo com o que decidiu o STF no julgamento do Tema 386 de Repercussão Geral: “Nos termos do art. 5º, VIII, da Constituição Federal é possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração, a preservação da igualdade entre todos os candidatos e que não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública, que deverá decidir de maneira fundamentada.”;

A alternativa E está incorreta. Não se trata de escusa de consciência a demissão de empregado público.

QUESTÃO 13. A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo, no processo objetivo, terá eficácia que tange as sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diverso.

a) produzir efeitos automáticos, com a rescisão das sentenças, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado.

b) produzir efeitos ex tunc, com a reforma ou rescisão das sentenças.

c) depende da propositura de ação rescisória, tratando-se de exceção à taxatividade das previsões da legislação processual civil.

d) depende da interposição de recurso próprio, afastando-se, no caso concreto, o prazo decadencial estabelecido na legislação ordinária.

e) afeta a execução de efeitos futuros de sentença proferida em relações jurídicas de trato contínuo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema efeitos das ações constitucionais

A alternativa A está incorreta. No julgamento do Tema 773 de Repercussão Geral o STF definiu que: “A decisão do STF que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões proferidas em outros processos anteriores que tenham adotado entendimento diferente do que posteriormente decidiu o Supremo. Para que haja essa reforma ou rescisão, será indispensável a interposição do recurso próprio ou, se for o caso, a propositura da ação rescisória própria, nos termos do art. 485, V, do CPC 1973 (art. 966, V do CPC 2015), observado o prazo decadencial de 2 anos (art. 495 do CPC 1973 / art. 975 do CPC 2015). Segundo afirmou o STF, não se pode confundir a eficácia normativa de uma sentença que declara a inconstitucionalidade (que retira do plano jurídico a norma com efeito “ex tunc”) com a eficácia executiva, ou seja, o efeito vinculante dessa decisão.”;

A alternativa B está incorreta. Conforme fixado no julgamento do Tema 773, não há efeito “ex tunc”.

A alternativa C está incorreta. A ação rescisória baseada na previsão normativa do art.966,V do CPC: “Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: IV - ofender a coisa julgada; V - violar manifestamente norma jurídica.”;

A alternativa D está incorreta. Conforme fixado no julgamento do Tema 773, o prazo será de 2 anos, como dispõe o art.975 do CPC: “Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo. § 1º Prorroga-se até o primeiro dia útil imediatamente subsequente o prazo a que se refere o caput , quando expirar durante férias forenses, recesso, feriados ou em dia em que não houver expediente forense. § 2º Se fundada a ação no inciso VII do art. 966, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo. § 3º Nas hipóteses de simulação ou de colusão das partes, o prazo começa a contar, para o terceiro prejudicado e para o Ministério Público, que não interveio no processo, a partir do momento em que têm ciência da simulação ou da colusão.”;

A alternativa E está correta. O STF, no julgamento dos temas 881 e 885 de Repercussão Geral definiu as seguintes teses: “1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.”.

QUESTÃO 14. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa foram ressaltados pelo Supremo Tribunal Federal em decisões de caráter constitucional, podendo-se destacar

a) reconhecimento de validade dos contratos de parceria celebrados entre trabalhador do ramo da beleza (cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador), denominado profissional-parceiro, e o respectivo estabelecimento, denominado salão-parceiro, em consonância com as normas legais, desde que haja conformidade com os fatos e características de relação de emprego.

b) a proteção ao motorista particular, em sua atividade laboral, submetendo-o à legislação trabalhista e à regulação proporcionalmente definida em lei federal sobre serviços prestados em meio virtual, garantindo-se a operação de serviços remunerados de transporte de passageiros por aplicativos, ainda que se configurem prejuízos à fluidez do trânsito ou ofensa ao direito à mobilidade urbana eficiente.

c) a caracterização do serviço postal como atividade econômica em sentido estrito, podendo ser explorado por empresa privada, sem prejuízo da manutenção de sua prestação concomitante por empresas públicas ou sociedades de economia mista, mediante previsão em lei federal ou de ente federado, limitando-se a serviços postais a serem prestados a pessoas físicas.

d) a prestação de serviços de educação e saúde pela iniciativa privada como complementares ou alternativos à prestação pelo ente federado estadual à aquisição de vagas em entidades privadas por meio de vouchers e fechamento de unidades públicas, em respeito aos princípios da economicidade e da eficiência administrativas.

e) a exigência de horário de funcionamento de estabelecimento comercial que extrapola a competência municipal, configurando ofensa aos princípios constitucionais da isonomia, da livre iniciativa, da livre concorrência, da liberdade de trabalho, da busca do pleno emprego e da proteção ao consumidor, sendo livre a iniciativa e o trabalho desde que respeitadas as legislações urbanas sobre zoneamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

A alternativa A está correta. O STF definiu no julgamento da ADI 5625/DF que: “A lei ora contestada não requisita que o ato contratual reúna elementos próprios a determinar a autonomia e a ausência de subordinação jurídica do trabalhador, nem tampouco comina percentual da cota parte que afaste a caracterização da relação de emprego ou exclua sua inferioridade econômica. Porque os dispositivos vergastados incidem sobre relações caracterizadas pela subordinação jurídica e econômica, com possibilidade de existência de vários dos critérios indicadores da presença da relação de emprego, a Lei 13.352/2016 nada mais faz que conferir, mediante instrumento formal de contratação, roupagem de autonomia ao trabalho subordinado, com exclusão dos direitos trabalhistas fundamentais incidentes da relação de emprego.”;

A alternativa B está incorreta. No julgamento do Tema 967 o STF definiu que: “As normas que proíbem o uso de carros particulares, cadastrados ou não em aplicativos, para o transporte remunerado individual de pessoas, configuram limitação desproporcional às liberdades de iniciativa (CF, arts. 1º, IV, e 170) e de profissão (CF, art. 5º, XIII). Tal limitação, ademais, provoca restrição oligopolista do mercado em benefício de certo grupo e em detrimento da coletividade. Outrossim, a proibição legal do livre exercício profissional do transporte individual remunerado afronta o princípio da busca pelo pleno

emprego, que está consagrado como princípio setorial no art. 170, VIII, da CF, na medida em que impede a abertura do mercado a novos entrantes eventualmente interessados em migrar para a atividade.”;

A alternativa C está incorreta. No julgamento da ADPF 46 o STF fixou a seguinte tese, entendendo não se tratar de atividade econômica estrita: “1. O serviço postal --- conjunto de atividades que torna possível o envio de correspondência, ou objeto postal, de um remetente para endereço final e determinado --- não consubstancia atividade econômica em sentido estrito. Serviço postal é serviço público. 2. A atividade econômica em sentido amplo é gênero que compreende duas espécies, o serviço público e a atividade econômica em sentido estrito. Monopólio é de atividade econômica em sentido estrito, empreendida por agentes econômicos privados. A exclusividade da prestação dos serviços públicos é expressão de uma situação de privilégio. Monopólio e privilégio são distintos entre si; não se os deve confundir no âmbito da linguagem jurídica, qual ocorre no vocabulário vulgar. 3. A Constituição do Brasil confere à União, em caráter exclusivo, a exploração do serviço postal e o correio aéreo nacional [artigo 20, inciso X]. 4. O serviço postal é prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos -- ECT, empresa pública, entidade da Administração Indireta da União, criada pelo decreto-lei n. 509, de 10 de março de 1.969. 5. É imprescindível distinguirmos o regime de privilégio, que diz com a prestação dos serviços públicos, do regime de monopólio sob o qual, algumas vezes, a exploração de atividade econômica em sentido estrito é empreendida pelo Estado. 6. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos deve atuar em regime de exclusividade na prestação dos serviços que lhe incumbem em situação de privilégio, o privilégio postal. 7. Os regimes jurídicos sob os quais em regra são prestados os serviços públicos importam em que essa atividade seja desenvolvida sob privilégio, inclusive, em regra, o da exclusividade.”;

A alternativa D está incorreta. A aquisição de vagas por meio de vouchers não representa aplicação dos princípios da economicidade e da eficiência administrativa. A educação é um direito social a ser prestado pelo Estado.

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe a Súmula Vinculante 38-STF: “É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.”.

QUESTÃO 15. O direito à alimentação adequada

a) integra o conceito de assistência social e é uma das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na forma de benefício eventual.

b) diz respeito a um direito do ser humano, sem previsão constitucional expressa, mas que pode ser deduzido do artigo 5º, §1º, e, por essa razão, é norma materialmente constitucional.

c) realiza-se por meio da segurança alimentar e nutricional, considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.

d) pode ser efetivado por meio de cobrança de anuidade relativa à alimentação por instituição pública de ensino profissional em regime de internato.

e) é direito social estabelecido por Emenda Constitucional, considerando a regulamentação existente sobre o direito a ser alimentado no capítulo constitucional sobre a assistência social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema direito à alimentação.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de benefício eventual e sim de política pública regular, conforme dispõe a Lei nº 11.346/06: “Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.”;

A alternativa B está incorreta. A alimentação é um direito social, previsto na Constituição Federal de forma expressa no Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”;

A alternativa C está correta. Dispõe a Lei nº 11.346/06 no Art. 2º: “A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. § 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. § 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.”;

A alternativa D está incorreta. Não há previsão legal de cobrança de anuidade conforme disposto na alternativa;

A alternativa E está incorreta. A regulamentação normativa do direito social à alimentação se encontra na Lei nº 11.346/06.

QUESTÃO 16. A Comissão Especial instituída pela Lei nº 9.140/1995, conhecida como Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos:

a) poderá converter a indenização recebida pelos familiares em pensão vitalícia para pessoa que venha a ser localizada com vida.

b) foi estabelecida para os fins de analisar as circunstâncias do desaparecimento de pessoas que constaram em rol taxativo anexo à lei, o qual pode ser expandido por meio de decreto presidencial.

c) pode proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas ou que tenham falecido em virtude de repressão policial, excluídos os casos decorrentes de suicídio.

d) possui atribuição de enviar esforços para a localização dos corpos no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados.

e) determinará o pagamento de indenização com base no número de anos correspondentes à expectativa de sobrevivência, limitando-se a R\$ 100.000,00.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema direito à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõe a Lei nº 9.140/1995, não haverá conversão em pensão: “Art. 12. No caso de localização, com vida, de pessoa desaparecida, ou de existência de provas contrárias às apresentadas, serão revogados os respectivos atos decorrentes da aplicação desta Lei, não cabendo ação regressiva para o ressarcimento do pagamento já efetuado, salvo na hipótese de comprovada má-fé.”;

A alternativa B está incorreta. A Lei nº 9.140/1995 estabelece outras situações, não sendo o rol do anexo taxativo: “Art. 4º Fica criada Comissão Especial que, face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, tem as seguintes atribuições: I - proceder ao reconhecimento de pessoas: a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, tenham falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas; c) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público; d) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de seqüelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público.”;

A alternativa C está incorreta. Conforme demonstrado, incluem-se os casos de suicídio na Lei nº 9.140/1995: “Art.4º, I, d) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de seqüelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público.”;

A alternativa D está correta. Conforme dispõe o Art. 4º da Lei nº 9.140/1995: “Fica criada Comissão Especial que, face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, tem as seguintes atribuições: II - envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados.”;

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Lei nº 9.140/1995 Art. 11: “A indenização, a título reparatório, consistirá no pagamento de valor único igual a R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicado pelo número de anos correspondentes à expectativa de sobrevivência do desaparecido, levando-se em consideração a idade à época do desaparecimento e os critérios e valores traduzidos na tabela constante do Anexo II desta Lei. § 1º Em nenhuma hipótese o valor da indenização será inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).”.

QUESTÃO 17. O controle posterior de legalidade de atos normativos do Chefe do Poder Executivo federal que exorbitam do poder regulamentar pode se dar por meio de:

- a) resolução do Senado Federal, caso venha a reconhecer a inconstitucionalidade do ato.
- b) ato da Controladoria-Geral da União, a quem cabe a revisão de legalidade dos atos normativos federais.
- c) parecer da Advocacia-Geral da União, que vincula os órgãos da Administração Pública.
- d) decisão vinculante do Supremo Tribunal Federal em tese de repercussão geral.
- e) decreto legislativo, a ser expedido pelo Congresso Nacional, quando o ato normativo extrapolar o limite definido pela lei a ser regulamentada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema controle de legalidade.

A alternativa A está incorreta. Não existe tal previsão constitucional;

A alternativa B está incorreta. Não existe tal previsão constitucional;

A alternativa C está incorreta. Não existe tal previsão constitucional;

A alternativa D está incorreta. Não existe tal previsão constitucional;

A alternativa E está correta. Conforme dispõe a Constituição Art. 49: “É da competência exclusiva do Congresso Nacional: V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.”.

QUESTÃO 18. Segundo a Constituição Federal, o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, estabelecendo-se:

- a) a obrigatoriedade de os Estados e Distrito Federal vincularem parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de pesquisa científica e tecnológica.
- b) a competência legislativa concorrente dos Estados, Distrito Federal e Municípios sobre suas peculiaridades em relação ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).
- c) estímulo a pesquisas voltadas aos problemas globais, com incentivo a empresas que invistam na criação de tecnologias de transferência internacional.
- d) reconhecimento do mercado interno como patrimônio material, viabilizando o desenvolvimento de parcerias por meio de organizações internacionais que proporcionem autonomia tecnológica ao País.

e) promoção e incentivo à atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com prioridade para as parcerias Sul-Global e países de língua portuguesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema desenvolvimento científico.

A alternativa A está incorreta. É uma faculdade e não obrigatoriedade, conforme dispõe a Constituição no art. 218 § 5º: “É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.”;

A alternativa B está correta. Dispõe a Constituição no Art. 219-A: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei. Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.”;

A alternativa C está incorreta. Pois, conforme dispõe a Constituição no art. 218§ 2º: “A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.”;

A alternativa D está incorreta. Prevê a Constituição no art. 218 § 4º: “A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.”;

A alternativa E está incorreta. Não há previsão de apoio a empresas do Sul-Global ou de língua portuguesa, o previsto na Constituição no artigo 218 § 7º é que: “O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput.”.

QUESTÃO 19. Como meios alternativos de resolução de controvérsias ao longo da execução de contratos públicos, previu-se, em lei federal, uma modalidade extrajudicial e preventiva de resolução de conflitos com atuação de comitê com membros previamente definidos quando da celebração do contrato para monitorar sua execução e ofertar soluções prévias para conflitos iminentes, fornecendo assim alternativas rápidas, técnicas e eficazes no sentido de inibir disputas entre as partes. Essa modalidade é denominada de comitê de

a) conciliação.

b) arbitragem.

c) resolução de disputas.

d) mediação.

e) prevenção a danos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema meios alternativos de resolução de controvérsias, especificamente no contexto dos contratos administrativos firmados sob a égide da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A alternativa A está incorreta. A conciliação é, de fato, um meio alternativo de resolução de conflitos, porém pressupõe a existência de um conflito já instalado e geralmente se dá com a intervenção de um terceiro que busca aproximar as partes para formulação de um acordo.

A alternativa B está incorreta. A arbitragem é também um meio extrajudicial de solução de controvérsias, mas o árbitro profere uma decisão com força vinculativa entre as partes, substituindo o Poder Judiciário, embora possa ser usada em contratos administrativos.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 151 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, é possível a instituição de comitê de resolução de disputas composto por membros indicados previamente no contrato, com a finalidade de acompanhar a execução do ajuste e oferecer soluções rápidas e preventivas para eventuais litígios. Vejamos: “Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem. Parágrafo único. Será aplicado o disposto no caput deste artigo às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações. Art. 153. Os contratos poderão ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias. Art. 154. O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes”.

A alternativa D está incorreta. A mediação, assim como a conciliação, é uma técnica voltada à solução consensual de litígios com a ajuda de um terceiro imparcial, o mediador. No entanto, a mediação também pressupõe conflito já existente e não possui natureza preventiva e técnica contínua, como ocorre com os comitês de resolução de disputas.

A alternativa E está incorreta. Não existe, na Lei nº 14.133/2021, a figura jurídica de “comitê de prevenção a danos”.

QUESTÃO 20. No âmbito do controle da Administração Pública, na modalidade de controle externo, o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de órgãos da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. No exercício de tal atribuição, o Tribunal de Contas do Estado

a) profere decisão em procedimento que não comporta ampla defesa, que é exercida após sua conclusão, já no âmbito do Poder Legislativo.

b) julga as contas do Poder Executivo estadual, com garantia de contraditório em fase recursal.

c) emite decisões definitivas quando a matéria se relacionar à legalidade dos atos fiscalizados originalmente pelo Tribunal.

d) emite parecer prévio e opinativo, que poderá ser derrubado por quórum necessário de deputados estaduais.

e) exerce a competência política dentro do controle externo exercido pelo Poder Legislativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

A alternativa A está incorreta. O procedimento realizado no âmbito dos Tribunais de Contas deve respeitar o contraditório e a ampla defesa.

A alternativa B está incorreta. O Tribunal de Contas não julga as contas do Chefe do Executivo. A sua função, nesse ponto, é técnica e opinativa, limitada à emissão de parecer prévio, que pode ser acolhido ou rejeitado pelo Legislativo (art. 71, I c/c art. 49, I, ambos CF).

A alternativa C está incorreta. Embora, sob certo aspecto, as decisões do Tribunal de Contas possam ser consideradas definitivas em matéria de legalidade de atos administrativos (como concessões de aposentadorias, admissões e pensões), essas decisões não são irreformáveis e podem se sujeitar a controle jurisdicional posterior.

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 71 da Constituição Federal, aplicável aos Estados por simetria, o Tribunal de Contas não julga as contas do Chefe do Executivo, mas sim emite parecer prévio, que possui natureza opinativa. Assim: “Parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo (RE 729744/MG)”. E, ainda: “Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento”. Esse parecer poderá ser rejeitado pelo Poder Legislativo, desde que observado o quórum necessário estabelecido na respectiva Constituição Estadual. Nestes termos, por analogia: “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo”.

A alternativa E está incorreta. O Tribunal de Contas não exerce competência política, mas sim competência técnico-jurídica, de natureza administrativa. A função política no controle externo é exercida pelo Legislativo, ao julgar as contas do Chefe do Executivo.

QUESTÃO 21. Segundo dispõe a Lei nº 12.846/2013, Lei Anticorrupção, que prevê a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional e estrangeira, no processo administrativo de responsabilização

a) poderá haver subdelegação da competência delegada para a instauração e julgamento do processo administrativo, desde que justificadamente.

b) a personalidade jurídica não poderá ser desconsiderada se, para provocar confusão patrimonial, de qualquer forma, não encobriu a prática ilícita.

c) a condução se dará por comissão designada pela autoridade instauradora, a qual poderá, inclusive, decidir cautelarmente sobre a suspensão dos efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

d) a instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano não prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas nesta mesma Lei.

e) será concedido o prazo de até 20 dias, prorrogável por mais 10, para a defesa da pessoa jurídica, contados a partir do ato de intimação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Anticorrupção.

A alternativa A está incorreta. A subdelegação da competência é vedada. Conforme o art. 8º, § 1º: “§ 1º A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação”.

A alternativa B está incorreta. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, dispõe o art. 14: “Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa”.

A alternativa C está incorreta. O art. 10 disciplina a formação de comissão designada, mas não prevê poderes para decisão cautelar sobre suspensão de ato ou processo. Vejamos: “Art. 10. O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis. [...] § 2º A comissão poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação”.

A alternativa D está correta. É o que dispõe o art. 6º, §3º. Nesse sentido: “§ 3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado”.

A alternativa E está incorreta. O prazo para defesa da pessoa jurídica é de 30 dias, conforme art. 11 e não há previsão de prorrogação. Assim: “Art. 11. No processo administrativo para apuração de

responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 30 (trinta) dias para defesa, contados a partir da intimação”.

QUESTÃO 22. Podem qualificar-se como organizações da sociedade civil de interesse público, desde que observados os objetivos e normas estatutárias que atendam aos requisitos da Lei nº 9.790/1990,

a) as instituições hospitalares privadas.

b) as sociedades comerciais.

c) as organizações partidárias e assemelhadas.

d) os sindicatos e associações de classe.

e) as sociedades que promovam segurança alimentar e nutricional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP's.

Exigiu-se o conhecimento do teor do art. 2º da Lei nº 9.790/1999, segundo o qual: “Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei: I - as sociedades comerciais; II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; [...] IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; [...] VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras”.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 2º, VII, da Lei nº 9.790/1999, não são passíveis de qualificação como OSCIP as instituições hospitalares privadas não gratuitas, bem como suas mantenedoras.

A alternativa B está incorreta. O art. 2º, I, expressamente veda a qualificação de sociedades comerciais como OSCIP.

A alternativa C está incorreta. O art. 2º, IV,i exclui da possibilidade de qualificação como OSCIP as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações.

A alternativa D está incorreta. O art. 2º, II, proíbe a qualificação de sindicatos, associações de classe ou de representação de categoria profissional.

A alternativa E está correta. Está prevista entre as finalidades legítimas no art. 3º, inciso V, da Lei nº 9.790/1999, que autoriza a qualificação como OSCIP às entidades que tenham como objetivo a promoção da segurança alimentar e nutricional: “Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de

atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades: [...] V - promoção da segurança alimentar e nutricional”.

QUESTÃO 23. A delegação de prestação de serviço, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, é denominada

- a) autorização de serviço público.**
- b) concessão de serviço público.**
- c) permissão de serviço público.**
- d) assunção de serviço público.**
- e) delegação em sentido estrito de serviço público.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema serviço público.

A alternativa A está incorreta. A autorização de serviço público é ato unilateral, discricionário e precário, geralmente utilizado para atividades que não exigem a formalidade de uma concessão ou permissão, e não pressupõe necessariamente licitação.

A alternativa B está correta. A descrição corresponde exatamente à definição legal de concessão de serviço público, conforme previsto no art. 2º, II, da Lei nº 8.987/1995: “Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: [...] II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”.

A alternativa C está incorreta. A permissão de serviço público também é uma forma de delegação mediante licitação, mas tem natureza precária, pode ser revogada a qualquer tempo e pode ser feita a pessoa física ou jurídica (art. 2º, IV, da Lei nº 8.987/1995), o que não condiz com o enunciado da questão. Vejamos: “Art. 2º [...] IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco”.

A alternativa D está incorreta. A assunção de serviço público ocorre quando o Estado retoma diretamente a prestação do serviço antes delegado. Não se trata de modalidade de delegação, mas sim do retorno à execução direta. Nesse sentido: “Art. 35. Lei nº 8.987/1995: [...] § 2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos,

avaliações e liquidações necessários. §3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis”.

A alternativa E está incorreta. O termo “delegação em sentido estrito” não possui definição legal específica e não se refere a uma categoria jurídica autônoma no âmbito dos serviços públicos.

QUESTÃO 24. No âmbito dos procedimentos administrativos disciplinares para apuração de infração cometida por agente público, pedido de revisão

- a) não torna sem efeito a penalidade anterior, mas somente torna inexecutável a penalidade.**
- b) pode ser deduzido por familiar em caso de falecimento do penalizado.**
- c) admite reforma em prejuízo ao requerente, em regra.**
- d) não restabelece o agente ao estado anterior à determinação de penalidade ora revista.**
- e) é cabível mesmo quando a decisão para a qual se pugna revisão transitou em julgado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema PAD - processo administrativo disciplinar.

A alternativa A está incorreta. O pedido de revisão não torna inexecutável a penalidade automaticamente. Conforme o art. 174, caput, o processo disciplinar pode ser revisto, mas a revisão não suspende os efeitos da penalidade, salvo se julgado procedente (Art. 182). Assim: “Art. 182. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração”.

A alternativa B está correta. Dispõe o Art. 174, §1º da Lei nº 8.112/1990: “§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo”.

A alternativa C está incorreta. O art. 182, parágrafo único, é claro ao estabelecer que: “Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.” Portanto, não se admite reforma em prejuízo do requerente.

A alternativa D está incorreta. Caso a revisão seja julgada procedente, a penalidade aplicada será declarada sem efeito e serão restabelecidos todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição de cargo em comissão (art. 182, caput - vide).

A alternativa E está incorreta. Não há trânsito em julgado na esfera administrativa.

QUESTÃO 25. Sobre a evolução do dolo na estrutura do delito:

- a) No sistema causal-naturalista, o dolo era considerado mero elemento normativo, desvinculado da culpabilidade.
- b) O finalismo, ao transferir o dolo para o tipo penal, manteve a consciência da ilicitude como parte integrante do dolo (*dolus malus*).
- c) Para o funcionalismo radical, o dolo deve ser analisado exclusivamente com base em critérios ontológicos, rejeitando normatização.
- d) A teoria finalista excluiu definitivamente o elemento volitivo do dolo, reduzindo-o a um juízo puramente cognitivo.
- e) No neokantismo, o dolo e a culpa permaneceram na culpabilidade, seguindo uma concepção estritamente psicológica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a evolução do dolo.

A alternativa A está incorreta. No sistema causal-naturalista, o dolo era entendido como elemento da culpabilidade, e não do tipo penal. Era concebido como um elemento psicológico da culpabilidade, não como um elemento normativo ou do tipo.

A alternativa B está incorreta. O finalismo, proposto por Hans Welzel, retirou o dolo da culpabilidade e o inseriu no tipo penal, como elemento do tipo subjetivo. Contudo, não manteve a consciência da ilicitude como parte do dolo — rompeu com o conceito de *dolus malus*, separando dolo e consciência da ilicitude.

A alternativa C está incorreta. O funcionalismo radical (ou sistêmico, de Jakobs) trata o dolo de forma mais normativa, não exclusivamente ontológica. Na verdade, essa corrente tende à normatização do dolo, aproximando-o de uma função de estabilização das expectativas normativas.

A alternativa D está incorreta. A teoria finalista manteve o elemento volitivo do dolo (vontade dirigida à realização do tipo), sendo esse um de seus traços característicos. Portanto, o dolo no finalismo não é apenas cognitivo, mas também volitivo.

A alternativa E está correta. No neokantismo, influente no causalismo, tanto o dolo quanto a culpa eram considerados elementos da culpabilidade, tratados sob uma concepção psicológica, que buscava descrever o conteúdo da mente do agente no momento da ação.

QUESTÃO 26. Camila foi denunciada pelo delito de furto qualificado por concurso de agentes e rompimento de obstáculo, praticado durante repouso noturno (artigo 155, §§ 1º e 4º, inciso II, do CP). Segundo a denúncia, no dia 14 de abril de 2024, por volta das duas horas da manhã, Camila e um segundo agente não identificado, agindo com unidade de desígnios, teriam

subtraído, mediante arrombamento do portão de entrada da loja, uma escada de R\$ 1.800,00, pertencente ao estabelecimento comercial. O arrombamento foi atestado por laudo pericial. Após a instrução, foi proferida sentença condenando Camila como incurso no artigo 155, §§ 19 e 49, incisos I e IV, do Código Penal. A pena-base foi exasperada em 1/6, em razão do concurso de agentes. Ausentes agravantes e atenuantes. Na terceira fase, a pena foi aumentada em 1/3 em razão da majorante do repouso noturno, totalizando 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, no regime inicial semiaberto. A juíza justificou a fixação do regime intermediário no fato de que a ré teria sido condenada em definitivo por delito idêntico ao ora apurado durante o curso do presente processo. De acordo com jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, o erro da sentença deve-se ao fato de que

a) deve ser reconhecida a atipicidade da conduta pela aplicação do princípio da insignificância, uma vez que a ré é primária e o bem subtraído tem valor próximo ao salário mínimo.

b) a causa de aumento de pena do repouso noturno não se aplica ao furto praticado em estabelecimento comercial.

c) a condenação definitiva por fato praticado posteriormente ao apurado na denúncia não serve para caracterizar e maus antecedentes, podendo, entretanto, ser utilizada para valorar a conduta do agente.

d) a causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno não incide nas hipóteses de furto qualificado, previstas no art. 155, § 4º, do Código Penal.

e) não se admite a utilização de qualificadora excedente reconhecida no delito de furto como fundamento para exasperar a pena-base.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o crime de furto.

A alternativa A está incorreta. Em regra, não se aplica o princípio da insignificância ao furto qualificado, salvo quando presentes circunstâncias excepcionais que recomendam a medida, além disso, o valor do bem subtraído deve ser inferior a 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos para ser considerado insignificante.

A alternativa B está incorreta. A causa de aumento de pena por furto durante o repouso noturno se aplica independentemente do local, seja em residência, estabelecimento comercial ou via pública, desde que ocorra à noite e em situação de repouso, nos termos do REsp n. 1.979.989/RS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Terceira Seção, julgado em 22/6/2022, REPDJe de 30/06/2022, DJe de 27/6/2022.

A alternativa C está incorreta. As condenações por fatos posteriores ao crime em julgamento não podem ser usadas para caracterizar maus antecedentes. No entanto, podem ser consideradas para valorar a conduta do agente em outros aspectos da dosimetria da pena, conforme AgRg no AREsp 1903802/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2021, DJe 30/09/2021.

A alternativa D está correta. A causa de aumento de pena por repouso noturno não incide no furto qualificado, conforme entendimento do STJ. No entanto, o STF admite a aplicação quando compatível

com a situação fática, nos termos do REsp n. 1.890.981/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Seção, julgado em 25/5/2022, DJe de 27/6/2022.

A alternativa E está incorreta. Não se admite a utilização de qualificadora excedente para exasperar a pena-base. A pena deve ser dosada considerando apenas as qualificadoras que efetivamente se aplicam ao caso concreto, conforme AgRg no AREsp n. 2.322.175/MG, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 30/5/2023, DJe de 5/6/2023.

QUESTÃO 27. Marcelo foi denunciado pela prática dos delitos de receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor, previstos nos artigos 180, caput, e 311, § 2º, III, ambos do Código Penal, em concurso material. Isso porque, no dia 10 de janeiro de 2025, teria sido flagrado pela polícia conduzindo um veículo sem emplacamento, sendo que após consulta ao número do chassi e do motor do veículo, que estavam intactos, constatou-se que o automóvel era produto de furto praticado um mês antes. Considerando que o processo foi instruído com provas do crime antecedente de furto do veículo e com laudo pericial atestando a ausência das placas, é juridicamente correto alegar na defesa de Marcelo:

a) A atipicidade da conduta tipificada no artigo 311, § I III, do CP, pois a placa não é considerada sinal identificador do veículo e, com a numeração do chassi e do motor estavam inalteradas, estaria ausente elemento objetivo do tipo penal da adulteração. Assim, subsiste apenas o delito de receptação.

b) A atipicidade da conduta tipificada no artigo 311, § 2º, III, do CP, pois a mera condução de veículo com sinal identificador adulterado não caracteriza o referido tipo penal, não tendo a denúncia descrito que o réu tenha concorrido para a adulteração. Assim, subsiste apenas o delito de receptação.

c) A atipicidade da conduta tipificada no artigo 180, caput, do CP, uma vez que a acusação não teria comprovado que o agente tinha conhecimento da origem ilícita do veículo e o delito de receptação não admite a modalidade culposa. Assim, subsiste apenas o delito de adulteração.

d) O afastamento do concurso material e aplicação da continuidade delitiva, pois os delitos imputados ao réu, além de terem sido praticados nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução, configuram crimes de mesma espécie.

e) A atipicidade da conduta prevista no artigo 311, § 2º, III, do CP, pois a ausência de emplacamento caracteriza supressão de sinal identificador e o tipo penal previsto no referido dispositivo prevê expressamente apenas as hipóteses de sinal adulterado ou remarcado. Assim, subsiste apenas o delito de receptação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os delitos de receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

A alternativa A está incorreta. O artigo 311 do Código Penal trata da adulteração de sinal identificador de veículo automotor. A placa é considerada um sinal identificador, e a adulteração dela pode configurar o crime, mesmo que o chassi e o motor estejam inalterados. No entanto, se a única alteração for na placa e não houver outros elementos que indiquem adulteração, pode-se argumentar que a conduta é atípica, mas isso depende da interpretação do tribunal. Vejamos: Art. 311. Adulterar, remarcar ou suprimir número de chassi, monobloco, motor, placa de identificação, ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, de semirreboque ou de suas combinações, bem como de seus componentes ou equipamentos, sem autorização do órgão competente: (Redação dada pela Lei nº 14.562, de 2023). Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) § 1º - Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996) § 2º Incorrem nas mesmas penas do caput deste artigo: (Redação dada pela Lei nº 14.562, de 2023) I – o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial; (Incluído pela Lei nº 14.562, de 2023) II – Aquele que adquire, recebe, transporta, oculta, mantém em depósito, fabrica, fornece, a título oneroso ou gratuito, possui ou guarda maquinismo, aparelho, instrumento ou objeto especialmente destinado à falsificação e/ou adulteração de que trata o caput deste artigo; ou (Incluído pela Lei nº 14.562, de 2023) III – aquele que adquire, recebe, transporta, conduz, oculta, mantém em depósito, desmonta, monta, remonta, vende, expõe à venda, ou de qualquer forma utiliza, em proveito próprio ou alheio, veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes, com número de chassi ou monobloco, placa de identificação ou qualquer sinal identificador veicular que devesse saber estar adulterado ou remarcado. (Incluído pela Lei nº 14.562, de 2023) § 3º Praticar as condutas de que tratam os incisos II ou III do § 2º deste artigo no exercício de atividade comercial ou industrial: (Incluído pela Lei nº 14.562, de 2023) Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.562, de 2023) § 4º Equipara-se a atividade comercial, para efeito do disposto no § 3º deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive aquele exercido em residência. (Incluído pela Lei nº 14.562, de 2023)

A alternativa B está incorreta. Vide comentário letra “a”.

A alternativa C está incorreta. A receptação admite modalidade culposa (art. 180, §3º, do CP), embora neste caso tenha sido denunciado o caput (dolo). Além disso, o dolo na receptação pode ser presumido ou inferido a partir de circunstâncias como: ausência de placas, valor incompatível com o mercado, nervosismo do condutor, entre outros. Se houver provas mínimas que demonstrem indícios de que Marcelo sabia da origem ilícita, o tipo penal de receptação subsiste. Vejamos: Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) (...) § 3º - Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996).

A alternativa D está incorreta. Para que se aplique a continuidade delitiva, os crimes devem ser da mesma espécie e praticados nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução. Os crimes de receptação (art. 180) e de adulteração de sinal identificador (art. 311) são tipos penais distintos, com elementos objetivos e subjetivos diferentes, logo não são crimes da mesma espécie (requisito

indispensável para configurar a continuidade delitiva, conforme art. 71 do CP). Portanto, se ambos os crimes subsistissem, seria cabível o concurso material, como descrito na denúncia.

A alternativa E está correta. O artigo 311 do Código Penal tipifica a adulteração ou remarcação de sinal identificador de veículo automotor. A ausência de emplacamento pode ser interpretada como uma forma de supressão de sinal identificador, mas a tipificação penal exige que haja adulteração ou remarcação. Portanto, a simples ausência de placa, sem adulteração ou remarcação, não se enquadra diretamente no tipo penal previsto. A jurisprudência tem discutido casos semelhantes, onde a adulteração de sinais identificadores, como a colocação de fitas adesivas para alterar placas, é considerada típica. No entanto, a ausência de emplacamento, por si só, sem outros elementos de adulteração, pode não ser suficiente para configurar o crime do artigo 311, conforme AgRg no REsp 1327888/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 11/03/2015. Portanto, a ausência de emplacamento, sem outros elementos que indiquem adulteração ou remarcação, pode não configurar o crime de adulteração de sinal identificador, restando apenas a possibilidade de caracterização do delito de receptação, se houver prova do conhecimento da origem ilícita do veículo.

QUESTÃO 28. Lucas e Rodrigo são irmãos e ambos possuem porte de arma por serem donos de uma empresa de segurança. Durante uma discussão sobre a empresa, Lucas sacou sua arma e a engatilhou para atirar em Rodrigo. Para se defender da agressão do irmão, Rodrigo também sacou sua arma, único instrumento de que dispunha para sua defesa, e efetuou um disparo na direção de Lucas, acreditando que o tiro não atingiria o funcionário da empresa que estava ao lado do seu alvo. O disparo atingiu somente o funcionário, que teve ferimento no braço. Rodrigo foi denunciado por lesão corporal dolosa contra o funcionário. Na defesa de Rodrigo seria correto alegar:

- a) legítima defesa real.
- b) estado de necessidade.
- c) erro de tipo.
- d) erro sobre a pessoa.
- e) coação moral irresistível.

Comentários

Em que pese a banca ter indicado no gabarito preliminar a alternativa **B** como a correta, discordamos e entendemos ser correta a alternativa **A**. A questão trata sobre o tema excludente de ilicitude.

A alternativa A está correta. A legítima defesa ocorre quando alguém, usando moderadamente os meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem (art. 25 do Código Penal). No caso, Rodrigo estava se defendendo de uma agressão injusta de Lucas, que sacou e engatilhou uma arma para atirar nele. Portanto, a legítima defesa real parece ser a alegação mais apropriada, já que Rodrigo agiu para se defender de uma agressão iminente.

A alternativa B está incorreta. O estado de necessidade é uma causa que exclui a ilicitude de um ato, ou seja, torna uma conduta que seria considerada crime como não sendo, em certas circunstâncias. Basicamente, o estado de necessidade ocorre quando alguém pratica uma ação para salvar um direito próprio ou alheio de um perigo atual e inevitável, que não foi causado pela própria pessoa e que não poderia ser evitado de outra forma, desde que o mal causado seja menor do que o evitado, o que de fato, não se vislumbra na questão.

A alternativa C está incorreta. O erro de tipo se refere a um erro sobre elementos do tipo penal (ex: alguém pensa que a arma está descarregada e atira). Rodrigo sabia que atirava, sabia que o disparo era real, e o erro foi quanto à consequência de sua conduta quanto ao alvo atingido, não ao tipo penal. Aqui não se trata de erro sobre elementos do tipo, mas sobre o objeto material da ação.

A alternativa D está incorreta. O erro sobre a pessoa, também conhecido como "aberratio ictus" ou "erro na execução", ocorre quando o agente, por engano na execução, atinge uma pessoa diferente daquela que ele pretendia atingir. Nesse caso, o agente age com dolo (intenção) de atingir uma pessoa específica, mas por erro na execução, acaba atingindo outra. No entanto, o enunciado não deixa claro que houve engano na execução, razão pela qual a alternativa não está correta.

A alternativa E está incorreta. A coação moral irresistível (art. 22 do CP) ocorre quando alguém é forçado, sob grave ameaça, a praticar um crime. **Rodrigo não foi coagido por ninguém**; ele agiu voluntariamente para se defender. Veja CP: Art. 22 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

QUESTÃO 29. De acordo com a perspectiva histórica da pena de prisão:

a) As casas de correção, surgidas inicialmente na Inglaterra, tinham por objetivo principal educar os adolescentes que praticavam pequenos delitos, oferecendo ensino básico, cursos profissionalizantes e tratamento psicológico.

b) As casas de trabalho surgem na Holanda como resultado do aumento demográfico verificado no país no início do século XVII e da consequente necessidade de neutralizar a mão de obra excedente desempregada.

c) As casas de correção foram o primeiro tipo de instituição destinada à detenção sem finalidade de custódia cautelar, cuja função precípua era disciplinar e reformar os internos por meio do trabalho.

d) As casas de trabalho destinavam-se à produção em larga escala dos bens de consumo demandados pela classe burguesa, valorizando o trabalho do interno como forma de garantir a eficiência da produção.

e) A primeira instituição de internamento surgida na Europa, que deu origem ao modelo clássico do cárcere do século XIX, foram os "hospitais" na França, cuja finalidade consistia mais na correção e preparação ao trabalho, do que na assistência aos doentes e pobres.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a perspectiva histórica da pena de prisão.

A alternativa A está incorreta. As casas de correção (*Houses of Correction*) surgiram na Inglaterra no final do século XVI, especialmente com a criação da famosa *Bridewell House*, mas não tinham foco em adolescentes nem ofereciam serviços educativos e terapêuticos como descrito. Seu propósito era disciplinar pessoas consideradas desviantes ou ociosas, por meio do trabalho forçado e da disciplina rígida. A educação e o tratamento psicológico são elementos modernos, não da origem dessas instituições.

A alternativa B está incorreta. Embora a Holanda tenha criado casas de trabalho (como a *Rasp-huis e Spinhuis*, em Amsterdã), o objetivo não era exatamente controlar o excedente populacional, mas disciplinar os pobres, vagabundos e criminosos considerados “ociosos”. Era uma forma de controle social e moral. A resposta tenta forçar uma causa socioeconômica que não é a principal apontada na historiografia penal.

A alternativa C está correta. As casas de correção surgiram como uma forma de detenção que não tinha como objetivo principal a custódia cautelar, mas sim a disciplina e a reforma dos internos através do trabalho. Elas foram uma das primeiras instituições a adotar essa abordagem, diferenciando-se de outras formas de detenção que existiam na época.

A alternativa D está incorreta. Embora o trabalho fosse usado nas casas de correção e de trabalho, o foco era disciplinar e moralizador, não produção eficiente ou industrial. Não se tratava de fábricas. O trabalho não era valorizado por sua eficiência econômica, mas como instrumento de punição e controle social.

A alternativa E está incorreta. Os hospitais gerais na França, como o Hôpital Général de Paris (1656), foram sim importantes na história do internamento, mas sua função principal era confinar e controlar pobres, vagabundos, doentes mentais e demais marginalizados. Embora houvesse certa ideia de correção moral, o objetivo inicial era mais assistencial/moralizador do que preparatório para o trabalho. Também, eles não deram origem diretamente ao modelo clássico de prisão moderna, que se consolida apenas no final do século XVIII, com as reformas penais iluministas.

QUESTÃO 30. Júlio foi condenado pela prática do delito de furto qualificado pelo concurso de agentes, por haver subtraído, junto de seu irmão Paulo - com 17 anos de idade à época dos fatos -, um veículo automotor que se encontrava estacionado na rua principal de sua cidade. Na sentença condenatória, a pena-base foi elevada pela circunstância judicial dos “antecedentes”, uma vez que Júlio possuía uma condenação criminal anterior pelo delito de lesão corporal culposa, transitada em julgado 1 ano antes do cometimento do furto que era julgado. Na segunda fase da dosimetria, foi reconhecida a agravante da reincidência, em razão da mesma condenação criminal anterior pelo delito de lesão corporal culposa, resultando na pena definitiva de 3 anos de reclusão e pagamento de multa, a ser cumprida em regime inicial fechado. Nesse caso,

a) o concurso de agentes deveria ser afastado na situação descrita, uma vez que o irmão de Júlio era adolescente à época do fato criminoso.

b) apesar da reincidência, a pena privativa de liberdade poderia ser substituída por restritivas de direitos.

c) não há qualquer vedação na utilização da mesma condenação para aumento da pena na primeira e segunda fases da dosimetria.

d) seria impossível a fixação de regime prisional menos gravoso, diante da reincidência de Júlio.

e) por se tratar de um delito cometido junto de um adolescente, deveria ser afastado o concurso de agentes, reconhecendo-se, em seu lugar, a prática de delito de corrupção de menores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o crime de furto.

A alternativa A está incorreta. O concurso de agentes (art. 29, CP) independe de todos os envolvidos serem penalmente imputáveis. A jurisprudência é pacífica no sentido de que é possível configurar o concurso de agentes mesmo quando o coautor é inimputável, como no caso de menor de 18 anos. Veja CP: Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) § 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) § 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

A alternativa B está correta. O art. 44 do Código Penal não veda a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos em caso de reincidência, desde que a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não seja específica em crime doloso com violência ou grave ameaça. Vejamos: Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998) I – Aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998) II – O réu não for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998) III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998) (...) § 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

A alternativa C está incorreta. É vedado o bis in idem na dosimetria. A mesma condenação anterior não pode ser usada ao mesmo tempo como "maus antecedentes" (1ª fase) e como "reincidência" (2ª fase), conforme se extrai do AgRg no AREsp 1.135.810/RS

A alternativa D está incorreta. A reincidência não obriga à imposição do regime fechado. O juiz pode fixar regime mais brando (semiaberto), com base nas circunstâncias judiciais favoráveis, desde que devidamente fundamentado (art. 33, §§ 2º e 3º, CP).

A alternativa E está incorreta. Não se substitui o concurso de agentes por corrupção de menores. São institutos distintos e podem coexistir, desde que haja finalidade de corromper o menor. Apenas o fato de o crime ser cometido com adolescente não implica automaticamente a configuração do art. 244-B do ECA (corrupção de menores), nem afasta o concurso de agentes.

QUESTÃO 31. Adriano, ciente da morte de seu grande inimigo, Roger, passou a falar para todos os moradores de sua pequena cidade que Roger era um grande bandido, pois era responsável pela receptação de todos os veículos furtados na região. Neste caso,

a) se for processado pelos familiares de Roger, a defesa de Adriano poderá alegar que não é punível a calúnia contra os mortos.

b) por se tratar de delito cometido contra o respeito aos mortos, será incabível o reconhecimento do crime de calúnia.

c) se for processado pelos familiares de Roger, a defesa de Adriano poderá provar a verdade dos fatos, aplicando-se a exceção da verdade.

d) se houver comprovação de que Roger, em vida, havia provocado Adriano diretamente e de forma reprovável, o juiz poderá deixar de aplicar pena.

e) somente será admitida a exceção da verdade se Roger, em vida, tiver sido funcionário público e a ofensa tenha sido relativa ao exercício de suas funções.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os crimes contra a honra.

A alternativa A está incorreta. O Código Penal, art. 138, §2º, expressamente prevê a punibilidade da calúnia contra os mortos. Logo, é punível, sim: Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa. § 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga. § 2º - É punível a calúnia contra os mortos. Exceção da verdade. I - Se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível; II - Se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 141; III - se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

A alternativa B está incorreta. É exatamente o crime de calúnia que se aplica, conforme art. 138, §2º do CP. Trata-se de calúnia contra os mortos, não de outro tipo penal.

A alternativa C está correta. Nos crimes de calúnia (inclusive contra mortos, art. 138, §2º), é cabível a exceção da verdade, ou seja, pode-se provar que o fato imputado é verdadeiro. Assim, Adriano poderá se defender demonstrando que Roger, de fato, era receptador.

A alternativa D está incorreta. Essa hipótese de perdão judicial está prevista para injúria (art. 140, §1º, III, CP), mas não se aplica à calúnia, muito menos quando a vítima está morta.

A alternativa E está incorreta. Essa restrição à exceção da verdade (somente em caso de ofensa a funcionário público em razão do cargo) vale para o crime de difamação (art. 139, parágrafo único), não para a calúnia, em que a exceção da verdade é sempre admissível, inclusive contra mortos. Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. Exceção da verdade Parágrafo único - A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

QUESTÃO 32. Giovana, primária e de bons antecedentes, foi denunciada pela prática dos delitos previstos no artigo 129, caput, do Código Penal (pena: 3 meses a 1 ano), e no artigo 140, §3º, do Código Penal (pena: 1 ano a 3 anos), em concurso material, pois no dia 24 de novembro de 2018, durante a comemoração do seu aniversário de 20 anos, teria agredido e ofendido sua vizinha, chamando-a de “aleijadinha”. A denúncia foi recebida em 15 de janeiro de 2019, mas a ré não foi localizada para ser citada, tendo sido determinada sua citação por edital. Não tendo a ré comparecido nem constituído advogado, o juiz determinou a suspensão do processo em 17 de março de 2019, nos termos do artigo 366, do Código de Processo Penal. Em 20 de janeiro de 2024 a ré compareceu ao cartório e foi citada do processo, tendo o juiz na mesma data revogado a suspensão. Designada audiência de instrução para 25 de maio de 2025, o Defensor Público poderia alegar prescrição da pretensão punitiva pela

a) pena em perspectiva, ocorrida em janeiro de 2021 em relação ao delito de lesão leve, e prescrição da pretensão punitiva pela pena em perspectiva, ocorrida em janeiro de 2022 em relação ao delito de injúria.

b) pena máxima em abstrato, ocorrida em março de 2021 em relação ao delito de lesão leve, e prescrição da pretensão punitiva pela pena máxima em abstrato, ocorrida em março de 2023 em relação ao delito de injúria.

c) pena máxima em abstrato, ocorrida em janeiro de 2023 em relação ao delito de lesão leve, e prescrição da pretensão punitiva pela pena em perspectiva, ocorrida em janeiro de 2025 em relação ao delito de injúria.

d) pena em perspectiva, ocorrida em julho de 2020 em relação ao delito de lesão leve, e prescrição da pretensão punitiva pela pena em perspectiva, ocorrida em janeiro de 2021 em relação ao delito de injúria.

e) pena em concreto, ocorrida em março de 2022 em relação ao delito de lesão leve, e a prescrição da pretensão punitiva pela pena em perspectiva, ocorrida em março de 2025 em relação ao delito de injúria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a prescrição aplicada ao crime de injúria.

No caso apresentado, a Defensoria Pública poderia alegar a prescrição da pretensão punitiva pela prescrição retroativa, considerando o tempo decorrido entre os marcos interruptivos do processo.

A prescrição da pretensão punitiva é regulada pelo Código Penal, que estabelece prazos prescricionais com base na pena máxima cominada para o delito. No caso de Giovana, temos dois delitos em concurso material: Lesão corporal leve (art. 129, caput, do Código Penal) com pena de 3 meses a 1 ano. Injúria qualificada (art. 140, §3º, do Código Penal) com pena de 1 a 3 anos. Cabe destacar que o art. 115 elenca a redução dos prazos prescricionais pela metade, no caso de o criminoso, ser ao tempo do crime, menor de 21 anos. Art. 115 - São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) Para calcular a prescrição, considera-se a pena máxima cominada para cada delito. No caso da injúria qualificada, a pena máxima é de 3 anos, o que, segundo o artigo 109, IV, do Código Penal, prescreve em 8 anos. A prescrição retroativa pode ser alegada considerando o tempo decorrido entre a data do recebimento da denúncia (15 de janeiro de 2019) e a data em que a ré foi citada (20 de janeiro de 2024). Durante esse período, passaram-se mais de 5 anos, o que excede o prazo prescricional de 4 anos para a lesão corporal leve (art. 109, V, do Código Penal) e se aproxima do prazo de 8 anos para a injúria qualificada. Portanto, a Defensoria Pública poderia alegar a prescrição da pretensão punitiva retroativa, considerando que o tempo decorrido entre os marcos processuais ultrapassou o prazo prescricional para os delitos imputados a Giovana. Portanto, a alternativa correta é a letra “c”.

QUESTÃO 33. No dia 14 de janeiro de 2025, Marcus, de 27 anos, realizou transmissão ao vivo em sua rede social consumindo e vendendo cocaína e maconha em sua residência. Através de denúncia anônima, a polícia militar se cientificou dos fatos e se deslocou até o endereço apontado. Próximo às imediações, Marcus, segundo os policiais, foi visto portando um saco plástico na cor preta, empreendendo fuga quando se deparou com os policiais. Alcançado e abordado, fora constatado que dentro do saco plástico havia apenas pequena quantidade de maconha. Ato contínuo, os policiais militares adentraram na residência de Marcus sem sua autorização, onde foi localizada quantia expressiva de cocaína (50 kg), alta quantidade de dinheiro, além de anotações relativas ao tráfico de entorpecentes. Segundo a polícia, Marcus acabou confessando o fato.

Nesse caso, e segundo o Superior Tribunal de Justiça, a busca domiciliar efetuada deve ser considerada

a) legal, tendo em vista a presença de fundadas razões consistentes na live postada em sua rede social e na fuga quando avistou os policiais.

b) ilegal, tendo em vista a ausência de fundadas razões. No caso, a live realizada e a fuga não são suficientes por si.

c) legal, diante da ausência de demonstração de prejuízo ao réu, uma vez que o flagrante já havia se consumado em sua busca pessoal.

d) ilegal, tendo em vista que, para além das fundadas razões, o consentimento necessário em qualquer busca domiciliar não restou documentado.

e) legal, tendo em vista que a confissão posterior de Marcus supre qualquer nulidade anterior.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre a busca domiciliar.

No caso apresentado, a busca domiciliar efetuada sem autorização judicial, baseada na transmissão ao vivo de consumo e venda de drogas e na fuga do suspeito, deve ser considerada legal segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A jurisprudência do STJ tem reconhecido que, em situações onde há elementos objetivos que justifiquem a diligência, como a transmissão ao vivo de material ilícito e a tentativa de fuga do suspeito, a ação policial não é considerada ilegal. Em um caso similar, o STJ não reconheceu ilegalidade na ação policial, considerando que havia elementos objetivos que justificavam as diligências, conforme AgRg no HC 886.071-AL, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 2/9/2024 (Info 24 - Edição Extraordinária

QUESTÃO 34. No Processo Penal, quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado.

a) o processo continuará independentemente da presença do réu, mas assegurada a presença da defesa técnica. O juiz deve decretar revelia do réu e os fatos narrados na inicial presumem-se verdadeiros.

b) o processo continuará independentemente da presença do réu, mas assegurada presença da defesa técnica. O juiz deve decretar revelia do réu, mas, de maneira diversa do Processo Civil, os fatos narrados na inicial não se presumem verdadeiros.

c) o processo e o curso do prazo prescricional serão automaticamente suspensos, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.

d) o juiz deve determinar a suspensão do processo e o curso do prazo prescricional, podendo também ordenar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.

e) o processo e o curso do prazo prescricional serão automaticamente suspensos, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e decretar obrigatoriamente a prisão preventiva do réu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a citação editalícia.

A alternativa A está incorreta. No Processo Penal, a revelia não tem os mesmos efeitos que no Processo Civil. No Processo Penal, a ausência do réu não implica na presunção de veracidade dos fatos narrados na denúncia. Além disso, o processo não continua automaticamente; ele é suspenso conforme o artigo 366 do Código de Processo Penal.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa está parcialmente correta ao afirmar que, diferentemente do Processo Civil, os fatos não se presumem verdadeiros. No entanto, está incorreta ao sugerir que o

processo continuará independentemente da presença do réu. Na verdade, o processo é suspenso, conforme o artigo 366 do Código de Processo Penal.

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa está correta em relação à suspensão do processo e do prazo prescricional. No entanto, a suspensão não é "automática"; ela depende de decisão judicial. O juiz pode, sim, determinar a produção antecipada de provas urgentes.

A alternativa D está correta. No Processo Penal, quando o acusado é citado por edital e não comparece nem constitui advogado, a situação é regulada pelo artigo 366 do Código de Processo Penal. De acordo com esse dispositivo, o juiz deve determinar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Além disso, o juiz pode ordenar a produção antecipada das provas consideradas urgentes, se entender necessário. CPP: Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. (Redação dada pela Lei nº 9.271, de 17.4.1996).

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa está incorreta na parte que menciona a suspensão "automática" do processo e do prazo prescricional. A suspensão depende de decisão judicial. A parte sobre a produção antecipada de provas está correta, mas a redação é imprecisa ao não especificar que se trata de provas urgentes.

QUESTÃO 35. Em determinada Comarca do Estado do Amazonas, em audiência integralmente gravada, declarada encerrada a instrução criminal em que se apurava o suposto crime de roubo circunstanciado praticado por Vitor, foram realizados os debates orais pela acusação e defesa. Ato contínuo, a juíza competente proferiu sentença oral, condenando o réu às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado. Por fim, a juíza assim deliberou em ata: "tendo em vista a gravação da presente audiência, na presente ata só constará a parte dispositiva e a dosimetria da pena". Segundo a atualizada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a juíza

a) agiu corretamente, tendo em vista norma expressa do Código de Processo Penal que dispensa a gravação completa em casos de crimes patrimoniais.

b) não agiu corretamente, devendo a sentença ser anulada por infringir diretamente artigo exposto do Código de Processo Penal (art. 388), que exige a transcrição completa em homenagem ao contraditório das partes.

c) deve, segundo norma expressa do Código de Processo Penal, transcrever a sentença integralmente em até 20 dias corridos, sob pena de posterior nulidade.

d) deve, segundo norma expressa do Código de Processo Penal, transcrever a sentença integralmente em até 15 dias corridos, sob pena de posterior nulidade.

e) agiu corretamente, tendo em vista que a ausência de gravação completa da sentença não prejudica o contraditório ou a segurança do registro nos autos, do mesmo modo que ocorre com a prova oral.

Comentários

A alternativa correta é a letra **E**. A questão trata sobre o tema de audiências.

A alternativa A está incorreta. Não há norma do CPP que dispense a gravação especificamente para crimes patrimoniais.

A alternativa B está incorreta. O art. 388 não exige transcrição completa da sentença oral gravada. O entendimento atual é que a gravação integral supre a necessidade de transcrição. CPP: Art. 388. A sentença poderá ser datilografada e neste caso o juiz a rubricará em todas as folhas.

A alternativa C está incorreta. Não há prazo de 20 dias para transcrição da sentença oral no CPP.

A alternativa D está incorreta. Também não existe prazo de 15 dias para essa finalidade.

A alternativa E está correta. A ausência de gravação completa não gera nulidade se a audiência foi gravada integralmente e as partes tiveram acesso, garantindo o contraditório e a ampla defesa. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem se posicionado no sentido de que a ausência de gravação integral da sentença penal oral registrada por meio audiovisual não configura nulidade, desde que a dosimetria e a parte dispositiva estejam transcritas e não haja demonstração de prejuízo à defesa, conforme REsp n. 2.009.368/BA, relatora Ministra Daniela Teixeira, Quinta Turma, julgado em 11/2/2025, DJEN de 17/2/2025.

QUESTÃO 36. Em relação às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha:

- a) Possuem natureza jurídica de tutela inibitória e sua vigência se subordina à existência anterior de, ao menos, boletim de ocorrência, inquérito policial, processo cível ou criminal.
- b) Submetem-se a prazo obrigatório de revisão periódica das medidas cautelares em geral, devendo ser reavaliadas a cada 90 dias, inclusive pelo Tribunal de Justiça quando em andamento eventual apelação criminal.
- c) Por possuírem natureza de medida cautelar pessoal preparatória, eventual reconhecimento de causa de extinção de punibilidade, arquivamento do inquérito policial ou absolvição do acusado origina, necessariamente, sua extinção.
- d) Podem subsistir sem a instauração de procedimento principal pelo prazo decadencial de 12 meses nos casos de ação penal privada ou ação penal pública condicionada à representação.
- e) Em caso de descumprimento das medidas, não será cabível o acordo de não persecução penal para o crime correspondente, ainda que a pena prevista o comporte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta. As medidas protetivas de urgência têm natureza de tutela inibitória e acautelatória, mas não exigem a prévia existência de boletim de ocorrência, inquérito ou processo judicial. Basta a apresentação do pedido à autoridade competente, geralmente por meio da delegacia ou do Ministério Público, e a demonstração do risco ou da situação de violência.

A alternativa B está incorreta. Essa regra de revisão a cada 90 dias aplica-se às prisões preventivas, conforme o Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019), e não às medidas protetivas da Lei Maria da Penha. O STJ entende que essas medidas têm vigência indeterminada, até cessarem os motivos que as justificaram, podendo ser revistas a qualquer tempo, mediante requerimento ou de ofício.

A alternativa C está incorreta. As medidas protetivas não estão necessariamente vinculadas ao processo penal, podendo permanecer válidas mesmo após absolvição, arquivamento do inquérito ou extinção da punibilidade, se persistirem os motivos de risco à vítima. Essa é a posição pacífica do STJ.

A alternativa D está incorreta. Não existe previsão legal de um prazo decadencial de 12 meses para a validade das medidas protetivas. Elas não estão subordinadas a prazo específico, e sim à existência de risco à integridade da vítima, podendo durar enquanto persistirem os motivos, independentemente da existência ou não de ação penal.

A alternativa E está incorreta. O descumprimento de medida protetiva de urgência configura crime autônomo (art. 24-A da Lei Maria da Penha). E, conforme entendimento do STJ e do CNMP, não é cabível o acordo de não persecução penal (ANPP) para esse crime, mesmo que preenchidos os requisitos objetivos da pena mínima, por se tratar de hipótese de violência doméstica, com gravidade específica e vedação expressa à concessão de benefícios penais. Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018) Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018) Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 14.994, de 2024) § 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018) § 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018) § 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.

QUESTÃO 37. Sobre os aspectos processuais relacionados aos crimes dolosos contra a vida:

a) O Tribunal do Júri possui competência constitucional para julgar o crime de latrocínio consumado isoladamente considerado, mas não o de homicídio na direção de veículo automotor.

b) Segundo o Supremo Tribunal Federal, e diante da soberania dos veredictos, não é cabível recurso de apelação nas hipóteses em que a decisão absolutória do Tribunal do Júri for amparada em quesito genérico, ainda que considerada pela acusação como manifestamente contrária à prova dos autos.

c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a soberania dos vereditos autoriza a imediata execução da condenação imposta pelo corpo de jurados somente quando a pena imposta for superior a 15 anos de reclusão.

d) A ausência de formulação de quesito obrigatório no Tribunal do Júri acarreta nulidade absoluta do julgamento, a qual não se submete aos efeitos da preclusão, mesmo que não tenha sido suscitada na ata de julgamento.

e) Assim como nos casos de crimes contra o patrimônio isoladamente considerados, o juiz das garantias não atuará nos casos de competência do Tribunal do Júri.

Comentários

A alternativa correta é a letra **D**. A questão trata sobre o procedimento do júri.

A alternativa A está incorreta. O latrocínio (roubo seguido de morte) é crime contra o patrimônio com resultado morte, e não é da competência do Tribunal do Júri, mesmo quando há morte. Já o homicídio na direção de veículo automotor é julgado pelo juízo comum, por se tratar de crime de trânsito (Lei nº 9.503/97). Assim, nenhum dos dois é julgado pelo Júri, tornando essa alternativa incorreta.

A alternativa B está incorreta. Essa afirmação contraria a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do STJ. É cabível apelação com fundamento no art. 593, III, “d” do CPP, quando a decisão do Júri for manifestamente contrária à prova dos autos, inclusive em caso de absolvição com base em quesito genérico. Portanto, alternativa incorreta.

A alternativa C está incorreta. A execução provisória da pena imposta pelo Tribunal do Júri foi considerada possível pelo STF, independentemente do tamanho da pena. Isso decorre do julgamento da ADC 43, em que se reconheceu que a soberania dos veredictos permite a execução da pena mesmo antes do trânsito em julgado. Portanto, não há limite de 15 anos.

A alternativa D está correta. Essa alternativa está correta. O STJ tem entendimento consolidado de que a não formulação de quesito obrigatório (como, por exemplo, a autoria ou materialidade) gera nulidade absoluta, não sujeita à preclusão. Ou seja, mesmo que a parte não tenha impugnado a falha no momento da ata, o vício permanece, porque compromete o devido processo legal.

A alternativa E está incorreta. O juiz das garantias atua sim nos processos de competência do Tribunal do Júri, até o recebimento da denúncia, nos termos do art. 3º-B do CPP (incluído pelo Pacote Anticrime). A atuação dele é obrigatória em qualquer infração penal, inclusive nos crimes dolosos contra a vida. Alternativa incorreta.

QUESTÃO 38. Da decisão monocrática de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que não conhece de habeas corpus por considerar ser mero sucedâneo de revisão criminal, caberá, no caso de réu defendido pela Defensoria Pública:

a) agravo regimental, no prazo de 10 dias.

b) agravo de instrumento, no prazo de 30 dias.

(c) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.

d) recurso especial, no prazo de 30 dias.

e) apelação, no prazo de 10 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recursos.

A alternativa correta é a letra a) agravo regimental, no prazo de 10 dias. Quando um Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) profere uma decisão monocrática que não conhece de habeas corpus por considerá-lo um mero sucedâneo de revisão criminal, a parte interessada, no caso de réu defendido pela Defensoria Pública, deve interpor agravo regimental. Este recurso é cabível para que a decisão monocrática seja submetida ao colegiado do tribunal, e o prazo para sua interposição é de 10 dias.

QUESTÃO 39. Sobre o acordo de não persecução penal:

a) É importante medida de política criminal consensual, podendo ser aplicada quando for o caso de arquivamento do inquérito policial pela atipicidade da conduta.

b) Da decisão judicial que recusar sua homologação caberá apelação criminal, no prazo de 10 dias.

c) A autoridade policial somente poderá propô-lo nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos.

d) É cabível em ações penais privadas, possuindo o Ministério Público legitimidade supletiva para propor o acordo quando houver inércia ou recusa infundada do querelante.

e) A confissão pelo investigado na fase de inquérito policial constitui exigência do artigo 28-A do CPP, sendo válida a negativa de formulação da respectiva proposta baseada em sua ausência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o acordo de não persecução penal.

A alternativa A está incorreta. O ANPP não é aplicável em casos de arquivamento por atipicidade da conduta, pois o acordo pressupõe a possibilidade de denúncia, o que não ocorre em casos de atipicidade. Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298) I - Reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) II - Renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) III - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente

à pena mínima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298) IV - Pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298) V - Cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

A alternativa B está incorreta. Da decisão que recusa a homologação do ANPP, cabe recurso em sentido estrito, e não apelação.

A alternativa C está incorreta. A autoridade policial não tem competência para propor o ANPP; essa é uma atribuição do Ministério Público.

A alternativa D está correta. Apesar de o ANPP é um instituto de política criminal que se aplica apenas a ações penais públicas, nas quais o Ministério Público tem a titularidade exclusiva para propor a ação penal. Em ações penais privadas, a titularidade da ação é do querelante, e o Ministério Público, porém, o MP possui legitimidade para propor o ANPP, desde que haja inércia ou recusa infundada do querelante.

A alternativa E está incorreta. A confissão pelo investigado na fase de inquérito policial não constitui exigência do artigo 28-A do CPP, podendo ser feita na presença do *Parquet*.

QUESTÃO 40. Em relação à cadeia de custódia da prova, é correto afirmar:

a) Tendo em vista que o regramento constante dos arts. 158-A a 158-F do Código de Processo Penal entrou em vigor em 2019 e não retroage, não há necessidade de preservação da cadeia de custódia em processos anteriores a tal data.

b) Serão consideradas inadmissíveis como prova para o processo penal as mensagens de e-mail que, apesar de obtidas através de busca legalmente autorizada, restarem desacompanhadas dos respectivos códigos hash.

c) Em respeito à máxima "forma é garantia" e não havendo regulamentação referente às provas digitais, não há como aferir a admissibilidade destas, tampouco eventual quebra da cadeia de custódia.

d) Em respeito à máxima "forma é garantia", o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a mera inobservância do procedimento de cadeia de custódia previsto CPP acarreta, automaticamente, a imprestabilidade das provas colhidas.

e) A etapa da coleta diz respeito ao procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e

biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a cadeia de custódia.

A alternativa A está incorreta. A cadeia de custódia é uma garantia processual, e embora o regramento tenha sido introduzido em 2019, a necessidade de preservação da integridade da prova sempre existiu. A ausência de norma específica não invalida o dever de preservar a cadeia de custódia mesmo em processos anteriores.

A alternativa B está correta. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem enfatizado a importância de garantir a integridade, autenticidade e confiabilidade dos elementos informáticos obtidos em investigações. A ausência de procedimentos que assegurem essas características, como a falta de registro dos códigos hash, pode resultar na quebra da cadeia de custódia e, conseqüentemente, na inadmissibilidade das provas digitais. Além disso, a cadeia de custódia é essencial para garantir que as provas digitais não foram alteradas ou manipuladas, e a falta de documentação adequada sobre os procedimentos adotados para preservar a integridade das provas pode levar à sua desconsideração no processo penal, conforme AgRg no RHC n. 143.169/RJ, relator Ministro Messod Azulay Neto, relator para acórdão Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 7/2/2023, DJe de 2/3/2023.

A alternativa C está incorreta. Existe regulamentação sobre provas digitais e cadeia de custódia, inclusive pela Lei 13.964/2019. Além disso, os tribunais já vêm analisando a admissibilidade de provas digitais, inclusive com critérios técnicos como hash, logs, e integridade do meio.

A alternativa D está incorreta. O STJ não firmou entendimento de que a simples inobservância formal da cadeia de custódia torna a prova automaticamente inválida. A Corte tem decidido que é necessário demonstrar efetivo prejuízo ou risco à confiabilidade da prova.

A alternativa E está incorreta. O acondicionamento é o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada. CPP: Art. 158-B. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas: V - Acondicionamento: procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento”.

QUESTÃO 41. O trabalho

a) interno é obrigatório e são vedadas objeções com relação à aptidão e capacidade para se eximir dessa obrigação.

b) do preso não é regido pela CLT, motivo pelo qual pode ocorrer ininterruptamente durante os sete dias da semana.

c) interno em serviços gerais e obras na unidade prisional confere direito à remição, mas impede a remuneração.

d) externo para entidade privada só pode ser realizado com consentimento expresso do preso.

e) externo é vedado a presos do regime fechado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o trabalho na execução penal.

A alternativa A está incorreta. O trabalho interno é obrigatório, mas não se pode desconsiderar a aptidão e a capacidade física e mental do preso. Pessoas incapazes podem ser isentas. Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade. Parágrafo único. Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

A alternativa B está incorreta. Embora o trabalho do preso não seja regido pela CLT, ele não pode ser exigido de forma ininterrupta sem descanso. Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados. Parágrafo único. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.

A alternativa C está incorreta. O trabalho interno pode gerar direito à remição e, ao mesmo tempo, pode haver remuneração, dependendo da regulamentação do sistema prisional.

A alternativa D está correta. O trabalho externo, especialmente para entidades privadas, depende do consentimento expresso do preso, conforme a legislação. Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. § 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra. § 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho. § 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso

A alternativa E está incorreta. Presos do regime fechado podem, em alguns casos, realizar trabalho externo, desde que cumpram requisitos legais e de segurança.

QUESTÃO 42. Sobre a progressão de regime de cumprimento de pena:

a) O condenado primário pela prática de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo deve cumprir 25% da pena como requisito objetivo.

b) O condenado reincidente específico no roubo simples deve cumprir ao menos 30% da pena como requisito objetivo para progredir de regime.

- c) A progressão para o regime aberto demanda a prova de não reincidência futura do apenado.
- d) A prática de crime hediondo com resultado morte de autor reincidente específico impede a progressão ao regime semiaberto.
- e) O condenado primário pelo crime de extorsão deve cumprir ao menos 50% da pena e ter bom comportamento prisional para progredir de regime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a progressão de regime.

Veja a legislação aplicável: Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) I - 16% (dezesesseis por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) VI-A - 55% (cinquenta e cinco por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de feminicídio, se for primário, vedado o livramento condicional; (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024) VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência).

A alternativa A está incorreta. O furto qualificado não é crime hediondo e, para primário, o requisito geralmente é de 16% da pena.

A alternativa B está correta. Deve cumprir 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.

A alternativa C está incorreta. Não existe exigência legal de prova de não reincidência futura, pois isso é impossível de garantir.

A alternativa D está incorreta. Deve cumprir 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.

A alternativa E está incorreta. Deve cumprir 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário.

QUESTÃO 43. É direito do preso, segundo as Regras de Mandela:

- a) Todo aquele previsto no processo penal ordinário, quando da apuração de falta disciplinar.**
- b) Acesso a aparelho telefônico e internet de modo ininterrupto.**
- c) Nome social conforme a identidade de gênero autodeclarada.**
- d) Remição pela prática esportiva.**
- e) Confinamento solitário prolongado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre as Regras de Mandela.

A alternativa A está correta. As Regras de Mandela estabelecem que os presos devem ter garantias processuais adequadas, incluindo o direito a um processo justo e imparcial na apuração de faltas disciplinares. Isso inclui o direito de ser ouvido e de apresentar defesa. Regra 39 1. Nenhum preso pode ser punido, exceto com base nas disposições legais ou regulamentares referidas na Regra 37 e nos princípios de equidade e de processo legal; e nunca duas vezes pela mesma infração

A alternativa B está incorreta. As Regras de Mandela não garantem acesso ininterrupto a aparelhos telefônicos e internet. O acesso a esses meios pode ser regulado pelas autoridades prisionais, considerando a segurança e a ordem no estabelecimento.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão nesse sentido.

A alternativa D está incorreta. As Regras de Mandela não mencionam especificamente a remição de pena pela prática esportiva. A remição geralmente está relacionada ao trabalho e ao estudo, conforme a legislação nacional.

A alternativa E está incorreta. As Regras de Mandela proíbem o confinamento solitário prolongado, definido como aquele que excede 15 dias consecutivos, por ser considerado uma forma de tratamento cruel, desumano ou degradante. Regra 44 Para os efeitos tidos por convenientes, o confinamento solitário refere-se ao confinamento do recluso por 22 horas ou mais, por dia, sem contato humano significativo. O confinamento solitário prolongado refere-se ao confinamento solitário por mais de 15 dias consecutivos.

QUESTÃO 44. A mulher presa

a) tem direito a prioridade no processamento de pedidos de progressão de regime e demais direitos no processo de execução penal.

b) pode exigir acompanhamento médico no pós-parto mesmo sem previsão legal expressa.

c) gestante, condenada pelo crime de roubo com emprego de arma de fogo, quando primária, deve cumprir 40% da pena para progredir de regime.

d) tem direito à justiça reprodutiva plena, incluindo contracepção voluntária e interrupção legal da gravidez, segundo as Regras de Bangkok.

e) tem direito a amamentar seu filho até, no máximo, 6 meses de vida, garantido, com isso, o direito à remição equiparada ao trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os direitos da mulher presa.

A alternativa A está incorreta. A lei não prevê prioridade genérica para mulheres no andamento dos pedidos de progressão e execução penal. Há prioridade para gestantes e mães de crianças, mas não para todas as mulheres presas.

A alternativa B está incorreta. O acompanhamento médico no pós-parto está previsto **expressamente** na Lei de Execução Penal (art. 14) e nas Regras de Bangkok. Logo, não é algo sem previsão legal.

A alternativa C está correta. Para fins de progressão de regime, uma gestante condenada por roubo com emprego de arma de fogo, ainda que seja primária, deve cumprir 40% da pena, conforme estabelecido pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), que trata da progressão em crimes hediondos ou equiparados. Embora a Lei nº 13.769/2018 preveja requisitos mais brandos — como a possibilidade de progressão após o cumprimento de 1/8 da pena — para gestantes, mães ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência, essa regra se aplica apenas quando o crime não é cometido com violência ou grave ameaça, não é praticado contra o filho ou dependente, e a apenada é primária e apresenta bom comportamento. Como o roubo com arma de fogo é classificado como crime hediondo e envolve grave ameaça, prevalece a exigência de 40% da pena cumprida para a progressão, mesmo tratando-se de gestante primária.

A alternativa D está incorreta. As Regras de Bangkok, embora se concentrem no tratamento de mulheres infratoras e em medidas não privativas de liberdade, não abordam diretamente o direito à contracepção voluntária e à interrupção legal da gravidez. Essas regras são diretrizes da ONU para o tratamento de mulheres presas e visam garantir condições de detenção mais adequadas e promover alternativas à prisão, mas não tratam de questões de saúde reprodutiva.

A alternativa E está incorreta. A amamentação pode ser garantida **por mais tempo**, e a **remição por amamentação não é equiparada automaticamente ao trabalho** — a remição se dá por estudo ou trabalho, e excepcionalmente por outras atividades previstas em lei, mas não há previsão automática para amamentação.

QUESTÃO 45. O positivismo criminológico

a) se desenvolveu em países de língua latina, ao final do século XIX e início do século XX, ao passo que, no mesmo período, os criminólogos de países anglófonos desconheciam tais ideias e desenvolviam primordialmente teorias de cunho sociológico.

b) teve grande repercussão no Brasil, ainda que restrito ao pensamento de Nina Rodrigues.

c) foi assim nomeado pelos membros da Escola Clássica, tendo sido o movimento que a sucedeu e que desprezava a criminologia como campo do conhecimento.

d) tem em seus autores a prevalência da ideia de que a pena é uma medida de defesa social.

e) em razão de suas origens italianas - e, portanto, de suas ligações com a Igreja Católica, representou uma tentativa de conciliação da ideia de criminoso nato com o livre arbítrio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o positivismo criminológico.

A alternativa A está incorreta. O positivismo criminológico não foi desconhecido nos países anglófonos. Embora o desenvolvimento teórico nesses países tenha seguido uma trajetória própria (como o funcionalismo ou a Escola de Chicago), o positivismo teve sim repercussão ampla, inclusive com adaptações locais.

A alternativa B está incorreta. Embora Nina Rodrigues tenha sido um importante representante do positivismo no Brasil, não foi o único. Outros intelectuais também se alinharam ao pensamento positivista.

A alternativa C está incorreta. A expressão “positivismo criminológico” não foi usada pela Escola Clássica como forma de crítica. Na verdade, foi uma evolução teórica que surgiu como crítica ao formalismo e ao racionalismo da Escola Clássica, mas não desprezava a criminologia; ao contrário, a consolidava como ciência empírica.

A alternativa D está correta. O positivismo criminológico, desenvolvido principalmente no final do século XIX por autores como Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, marcou uma ruptura com a Escola Clássica do Direito Penal. Diferente da visão clássica, centrada na responsabilidade moral e no livre-arbítrio, o positivismo via o crime como um fenômeno determinado por fatores biológicos, psicológicos e sociais. Esses autores defendiam que a pena deveria ter um caráter utilitário e preventivo, visando a defesa da sociedade. Não se tratava mais de punir pelo mal causado, mas de proteger a sociedade contra indivíduos perigosos, inclusive com medidas de segurança e reabilitação.

A alternativa E está incorreta. O positivismo criminológico não se baseava na doutrina católica, nem buscava conciliar o determinismo biológico com o livre-arbítrio. Na verdade, rejeitava o livre-arbítrio, defendendo que o comportamento criminoso era determinado por fatores fora do controle do indivíduo.

QUESTÃO 46. No que diz respeito aos movimentos justificadores da repressão penal das últimas décadas do século XX, é correto afirmar que

a) as origens do programa de tolerância zero podem ser localizadas no funcionalismo sistêmico em razão da proximidade de

debates com a dogmática alemã.

a) as ideias do movimento de lei e ordem ocuparam um grande espaço no debate político brasileiro, mas sem produção de reflexos na legislação nacional.

c) o programa de tolerância zero pregava que as mais graves infrações deveriam ser duramente combatidas, mas respeitado o princípio penal de ultima ratio para as de menor potencial ofensivo.

d) o movimento de lei e ordem é crítico à função ressocializadora da pena.

e) o realismo criminológico de direita foi um dos principais responsáveis pelo fenômeno do encarceramento em massa europeu de fins do século XX, notadamente no Reino Unido, seu país de criação e desenvolvimento prático.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre movimentos justificadores da repressão penal.

A alternativa A está incorreta. O programa de tolerância zero tem raízes práticas, especialmente nas políticas de segurança pública de Nova York nos anos 1990, e está ligado ao realismo de direita, e não ao funcionalismo sistêmico (como o de Niklas Luhmann), nem à dogmática penal alemã.

A alternativa B está incorreta. O movimento de "lei e ordem" teve influência política no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, e influenciou legislações penais e políticas de segurança, como o aumento de penas e a criação de leis mais punitivas, como a Lei dos Crimes Hediondos.

A alternativa C está incorreta. O programa de tolerância zero não faz distinção entre infrações graves e leves. Pelo contrário, sua lógica se baseia na ideia de que a repressão a pequenas infrações ajuda a evitar crimes mais graves (como na teoria das "janelas quebradas"), o que contraria o princípio da *última ratio*, que recomenda o uso do direito penal apenas como último recurso.

A alternativa D está correta. O movimento de "lei e ordem" (*law and order*) surgiu principalmente nos Estados Unidos, nas décadas finais do século XX, como uma resposta conservadora ao aumento da criminalidade urbana. Esse movimento defende o endurecimento penal, maior investimento em policiamento repressivo e a aplicação rigorosa das leis penais, inclusive com penas mais severas. Uma de suas características centrais é a crítica à função ressocializadora da pena, vista como ineficaz ou até ingênua. Em seu lugar, prioriza-se o encarceramento como forma de punição, contenção e proteção social, mesmo que isso resulte em altos índices de aprisionamento.

A alternativa E está incorreta. O realismo de direita, embora tenha influenciado políticas de endurecimento penal, não foi o principal responsável pelo encarceramento em massa europeu. O

encarceramento em massa é um fenômeno mais evidente nos Estados Unidos. No Reino Unido, houve aumento de penas, mas em escala bem menor do que nos EUA, e o termo “encarceramento em massa” não se aplica da mesma forma ao contexto europeu.

QUESTÃO 47. A criminologia cultural

- a) considera aspectos típicos da pós-modernidade na compreensão do desvio.**
- b) surge nos anos 1980 como uma forma de resistência à criminologia crítica.**
- c) propõe, por focar nas influências culturais sobre a criminalidade, uma análise que despreza as dinâmicas individuais, concentrando-se nas dinâmicas coletivas.**
- d) está voltada à máxima quantificação do comportamento humano, identificando os padrões encontrados em toda a sociedade.**
- e) tem por objeto de estudo as relações entre a questão criminal e manifestações de cunho artístico-cultural, apontando tendências de criminalidade na cultura popular e de prevenção do desvio na cultura erudita.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a criminologia cultural.

A alternativa A está correta. A criminologia cultural surgiu nos anos 1990 (não 1980) como um campo que busca entender o crime e o desvio a partir das dinâmicas culturais, simbólicas e subjetivas da sociedade contemporânea, especialmente dentro do contexto da pós-modernidade. Ela examina como o crime está imerso em significados culturais, estilos de vida, identidade, emoção e expressão simbólica. Autores como Jeff Ferrell, Keith Hayward e Jock Young são expoentes dessa corrente. A criminologia cultural se interessa pelas representações do crime na mídia, nas artes, no cotidiano e nas subculturas urbanas, destacando como essas dimensões moldam tanto a prática criminal quanto as reações sociais a ela.

A alternativa B está incorreta. A criminologia cultural não surgiu como resistência à criminologia crítica, mas sim como um desdobramento ou complemento, especialmente ao incorporar elementos da sociologia pós-moderna e estudos culturais.

A alternativa C está incorreta. A criminologia cultural não despreza as dinâmicas individuais. Ao contrário, ela considera como os indivíduos constroem significados e se expressam culturalmente através do desvio e do crime.

A alternativa D está incorreta. Essa descrição se aproxima de abordagens quantitativas e positivistas, não da criminologia cultural, que tem uma ênfase qualitativa, interpretativa e simbólica.

A alternativa E está incorreta. A criminologia cultural não se limita a opor cultura popular e cultura erudita nem afirma que a criminalidade está na cultura popular e a prevenção na cultura erudita. Essa dicotomia é reducionista e contrária à perspectiva plural e crítica da criminologia cultural.

QUESTÃO 48. Acerca das diferentes escolas criminológicas:

a) As teorias criminológicas da Escola de Chicago, da Associação Diferencial e da Anomia são consideradas teorias do consenso, ao passo que a teoria das Subculturas Delinquentes inaugura as chamadas teorias do conflito.

b) A teoria da Associação Diferencial mostra que os crimes de colarinho branco são praticados por meios não violentos e que, comumente, não há uma valoração social negativa deles por parte da comunidade.

c) Apesar de suas ligações com o pensamento de Émile Durkheim e Robert Merton, a teoria da Anomia deixou de lado o funcionalismo para se concentrar em uma replicação das teorias marxistas.

d) A ampliação dos mecanismos de controle social informal é uma das principais propostas da teoria da Anomia.

e) A Escola de Chicago identifica que, muitas vezes, o produto das ações criminosas sequer é utilizado pelos seus autores, que o fazem apenas para causar desconforto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre as Escolas da Criminologia.

A alternativa A está incorreta. As teorias da Escola de Chicago, Associação Diferencial e Anomia são geralmente classificadas como teorias do conflito, pois enfatizam desigualdades sociais, disputas e tensões. Já a teoria das Subculturas Delinquentes é muitas vezes associada a teorias do consenso, pois busca explicar a delinquência em termos de conformidade a normas alternativas dentro de grupos sociais.

A alternativa B está correta. A Teoria da Associação Diferencial, formulada por Edwin Sutherland, explica que o comportamento criminoso é aprendido por meio da interação com outros indivíduos, através da comunicação e da assimilação de técnicas e motivos para o crime. Essa teoria foi especialmente importante para explicar os crimes de colarinho branco, que são praticados por indivíduos de alta posição social, geralmente sem violência, e que muitas vezes não recebem uma condenação social tão forte quanto crimes comuns, porque a comunidade pode não perceber esses atos como tão graves ou pode até legitimá-los.

A alternativa C está incorreta. A teoria da Anomia, ligada a Émile Durkheim e Robert Merton, mantém fundamentos funcionalistas, explicando o crime como resultado de uma desordem social (anomia) e do desequilíbrio entre objetivos culturais e meios legitimados para alcançá-los. Ela não se concentra em replicar teorias marxistas, que têm uma abordagem estruturalista e de conflito social.

A alternativa D está incorreta. A teoria da Anomia não propõe diretamente a ampliação dos mecanismos de controle social informal, mas sim explica o crime como consequência da falta ou da ruptura desses mecanismos em certas condições sociais.

A alternativa E está incorreta. A Escola de Chicago enfatiza a influência do ambiente social e das condições urbanas na criminalidade, mas não afirma que os criminosos praticam crimes apenas para causar desconforto, e sim por fatores como desorganização social, falta de oportunidades e processos de socialização.

QUESTÃO 49. Kátia deseja ser fiadora de um contrato de locação de imóvel comercial para auxiliar uma amiga. No entanto, ela possui dúvidas acerca da possibilidade de eventual penhora de seu único bem imóvel, em caso de inadimplemento dos aluguéis e acessórios pela locatária, tendo em vista que não se trata de locação residencial, mas sim comercial. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça firmado em tema repetitivo, ela deverá ser orientada que

a) não é válida a penhora do bem de família de fiador apontado em contrato de locação de imóvel, independentemente da modalidade de locação.

b) a penhorabilidade do bem de família de fiador só se aplica às locações residenciais, já que, nas locações comerciais, prepondera o direito à moradia sobre o da livre iniciativa.

c) é válida a penhora do bem de família de fiador apontado em contrato de locação de imóvel, seja residencial, seja comercial.

d) a penhorabilidade do bem de família de fiador só se aplica às locações comerciais já que, nas locações residenciais, prepondera o direito à moradia sobre o da livre iniciativa.

e) nas locações comerciais, a penhorabilidade do bem de família do fiador pode ser afastada quando existentes filhos menores de 12 anos e hipossuficiência econômica dele.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O Tema 1127 do STF fixou a seguinte tese: é constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial.

O STJ, alinhado ao entendimento do STF, fixou o tema 1091, julgado na sistemática dos recursos repetitivos, de idêntico teor.

Com isso, verifica-se correta a alternativa C e incorretas as demais.

QUESTÃO 50. Carlos e Maria são casados em regime de comunhão universal de bens e desejam abrir uma loja para venda de roupas. Eles gostariam que a empresa tivesse natureza jurídica de sociedade limitada, mas possuem dúvidas acerca da quantidade de sócios necessários, da possibilidade de pessoas casadas figurarem no contrato social e sobre a responsabilidade do sócio em relação a eventuais dívidas cíveis da pessoa jurídica. Diante dessa situação hipotética, eles devem ser corretamente orientados que

a) é permitida a criação de sociedade limitada constituída por somente um sócio e, como regra, sua responsabilidade por dívidas cíveis está restrita ao valor de sua quota, se o capital social estiver integralizado.

b) pessoas casadas podem contratar sociedade limitada entre si, independentemente do regime de bens, ocasião em que, via de regra, a responsabilidade dos sócios por dívidas cíveis fica restrita ao valor da quota de cada um, desde que o capital social esteja integralizado.

c) não poderão contratar sociedade entre si, sendo necessário que um terceiro seja sócio com um deles, já que a constituição de uma sociedade limitada pressupõe a existência mínima de dois sócios.

d) podem contratar sociedade limitada entre si, já que não são casados sob regime de separação legal de bens, ocasião em que a responsabilidade deles é solidária à da pessoa jurídica.

e) é permitida a criação de sociedade limitada constituída por somente um sócio e, como regra, a responsabilidade deste por dívidas cíveis é solidária à da pessoa jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois reflete o disposto no artigo 1.052, *caput* e § 1º do Código Civil, que afirma que a sociedade limitada pode ser constituída por apenas uma pessoa, bem como que a responsabilidade é restrita ao valor das quotas, respondendo todos de forma solidária pela integralização do capital social.

A alternativa B está incorreta, pois os cônjuges, entre si ou com terceiros, podem constituir sociedade, desde que não sejam casados no regime da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória, conforme artigo 977, Código Civil. A parte final da alternativa se encontra correta, conforme o *caput* do artigo 1.052, Código Civil.

A alternativa C está incorreta, pois conforme já visto, é possível que a sociedade limitada seja constituída por apenas uma pessoa. Em virtude do regime de bens do casamento, Carlos e Maria não poderão contratar sociedade entre si.

A alternativa D está incorreta. Conforme visto, os cônjuges casados sob o regime da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória não poderão contratar sociedade entre si. Caso a sociedade fosse constituída, a responsabilidade dos sócios seria restrita ao valor de suas quotas, e solidariamente apenas em relação a integralização do capital social.

A alternativa E está incorreta, pois em que pese a possibilidade de se constituir sociedade limitada com apenas uma pessoa, a responsabilidade é restrita ao valor das quotas, sendo solidária apenas em relação a integralização do capital social.

QUESTÃO 51. O Superior Tribunal de Justiça, ao analisar casos de abandono afetivo parental, tem admitido a aplicação de alguns institutos jurídicos, visando ao bem-estar dos filhos submetidos a tais situações. Nesse contexto, considerando a legislação pertinente e a jurisprudência do STJ, analise as medidas jurídicas abaixo aplicáveis como decorrência direta do abandono afetivo parental:

I. prisão civil.

II. indenização por danos morais.

III. supressão de patronímico.

IV. aplicação de medida de proteção.

V. decretação de ausência.

Está correto o que consta APENAS de

a) I, IV e V.

b) I, II e V.

c) I, II, III e IV.

d) III e V.

e) II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige do candidato o conhecimento dos efeitos que o abandono afetivo pode gerar.

O abandono afetivo consiste no descumprimento dos deveres decorrentes do poder familiar de forma grave, gerando, com isso, consequências jurídicas decorrentes da falta de afeto e de cuidado, obrigações inerentes ao poder familiar. A prisão civil é medida excepcional, admitida em nosso ordenamento apenas na hipótese de descumprimento voluntário e injustificado de dívida alimentícia. Em que pese o não pagamento de pensão alimentícia possa evidenciar a situação de abandono afetivo, a prisão civil não decorre do abandono, mas do não pagamento da pensão. As alternativas que contenham o item I, portanto, devem ser descartadas. O efeito mais discutido acerca do abandono afetivo é a possibilidade de obrigar o genitor que abandona seu filho a indenizá-lo pelos danos morais decorrentes do abandono. O item II, portanto, deve estar presente na alternativa correta. Outro efeito que decorre diretamente do

abandono afetivo é a possibilidade de retirada do nome do genitor do registro civil. O nome, como manifestação da personalidade da pessoa, pode ser modificado nas situações em que não reflete adequadamente tal personalidade, como no caso de não querer guardar identificação com aquele que abandonou, podendo, em decorrência da situação de abandono, exigir a modificação do nome, para retirada do patronímico do genitor que abandonou o filho. O item III, portanto, deve estar presente na alternativa correta. O abandono afetivo constitui inobservância dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos menores, sendo, portanto, motivo apto a justificar a decretação de medida de proteção em favor do filho menor abandonado. O item IV, portanto, deve estar presente na alternativa correta. A ausência não é causa de abandono afetivo, embora possa denotar a situação de abandono. O ausente, não necessariamente, abandona sua família de forma intencional, mas significa o completo desconhecimento do paradeiro de uma pessoa, que pode, futuramente, levar a decretação do final de sua personalidade. Logo, não decorre, ou sequer guarda correlação, com o instituto do abandono afetivo. As alternativas que contenham o item V, portanto, devem ser descartadas.

QUESTÃO 52. No ano de 2021, Carlos possuía 72 anos de idade e formalizou, por escritura pública, união estável com Yago, de 55 anos, no regime da separação obrigatória de bens. No ano de 2025, o casal postulou em juízo a modificação do regime de bens para o da comunhão parcial. Na demanda judicial, consta a informação de que Carlos tem descendentes que ostentam a condição de herdeiros necessários. Nessa situação, à luz do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, o pedido

- a) não poderá ser atendido, tendo em vista que, em razão da idade, o regime deve ser, obrigatoriamente, o da separação legal de bens.**
- b) poderá ser atendido, em razão da manifestação das partes em juízo, e a alteração do regime de bens produzirá efeitos patrimoniais para o futuro, resguardados os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos.**
- c) poderá ser atendido, em razão da manifestação das partes em juízo, e a alteração do regime de bens produzirá efeitos patrimoniais retroativos à data da formalização da união estável no ano de 2021.**
- d) poderá ser negado, se houver oposição de algum herdeiro necessário que demonstre possível prejuízo no futuro recebimento de sua quota-parte da herança.**
- e) não poderá ser atendido, porquanto as uniões estáveis homoafetivas são entendidas como sociedades de fato, de modo que as partes devem demonstrar o esforço comum na partilha de bens.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão reside em saber se, no caso concreto, levando em conta a idade de um dos conviventes, tal alteração seria possível mediante autorização judicial.

A alteração do regime de bens, conforme artigo 1.639, § 2º, Código Civil, é possível. O Código Civil estabelece o regime da separação obrigatória de bens quando um dos cônjuges ou companheiros possua mais de 70 anos. No entanto, em sede de repercussão geral, no julgamento do ARE 1.309.642 o STF fixou a tese de que o regime de separação obrigatória poderá ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes mediante escritura pública. Uma vez que o regime de bens do casal já está em vigor, a sua alteração, tendo em vista o recente entendimento do STF, seria possível, desde que mediante autorização judicial, nos termos do artigo 1.639, § 2º, Código Civil. Portanto, a alternativa B está correta e as demais incorretas.

QUESTÃO 53. Em ação de fixação de alimentos, o Juiz, em sentença, arbitrou a obrigação alimentar do genitor ao filho no importe de 30% dos rendimentos líquidos, em caso de trabalho com vínculo formal, e 35% do salário mínimo nacional, em caso de trabalho autônomo ou desemprego. Ainda, em sentença, decidiu que a obrigação alimentar cessaria automaticamente com a maioridade do filho, dispensando-se nova decisão judicial a respeito, devendo ser mantida a obrigação caso o filho estivesse estudando. No caso hipotético, considerando-se o entendimento sumulado do STJ a respeito do tema, a sentença está em

a) consonância com a jurisprudência, pois a manutenção da obrigação alimentar é direito do alimentado até a conclusão do nível superior, independentemente da comprovação de necessidade.

b) consonância com a jurisprudência, pois o cancelamento da obrigação alimentar ocorre com a maioridade, não cabendo ao alimentado demonstrar a continuidade da necessidade.

c) desacordo com a jurisprudência, pois o cancelamento da obrigação alimentar de filho que atinge a maioridade civil depende de decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos em que se fixou a pensão.

d) desacordo com a jurisprudência, pois o cancelamento da obrigação alimentar de filho de maneira automática, independentemente de nova decisão judicial, deve ocorrer com 21 anos de idade.

e) consonância com a jurisprudência, pois o cancelamento da obrigação alimentar de filho que atinge a maioridade civil só depende de decisão judicial, mediante contraditório, no caso de alimentos que tenham sido fixados por acordo extrajudicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois segundo o STJ, o filho maior de idade, ainda que esteja cursando graduação, deve comprovar a necessidade ao recebimento da pensão alimentícia.

A alternativa B está incorreta, pois caso o filho maior de idade demonstre a necessidade, poderá continuar a receber a pensão alimentícia. O cancelamento não ocorre de maneira automática, mas depende de contraditório.

A alternativa C está correta, pois reflete o teor da súmula 358 do STJ.

A alternativa D está incorreta, pois nos termos da súmula 358 do STJ, o cancelamento de pensão alimentícia do filho maior de idade não ocorre automaticamente, dependendo de decisão judicial que observe o contraditório. O parâmetro também se encontra errado, pois a partir dos 18 anos é possível requerer o cancelamento da pensão alimentícia, desde que observado o contraditório.

A alternativa E está incorreta, pois a súmula 358 do STJ não restringe a necessidade de decisão judicial mediante contraditório para cancelamento da pensão alimentícia apenas aos casos de alimentos fixados por acordo extrajudicial.

QUESTÃO 54. José, idoso e com baixa escolaridade, estava na posse de determinado imóvel urbano, inferior a 250 metros quadrados, há mais de 15 anos. Desconhecendo o fato de que tinha requisitos para adquirir a propriedade por usucapião e tendo o desejo de regularizar a propriedade do bem, José foi contatado por um corretor de imóveis com experiência que, aproveitando-se da sua vulnerabilidade e sabendo do seu desejo de regularizar a situação registral do imóvel, convenceu-o a adquirir o imóvel em valor superior ao praticado no mercado. Nesse caso, o negócio jurídico

a) é anulável, por vício de consentimento de dolo, com prazo decadencial de 4 anos, a contar do dia em que se realizou o negócio jurídico.

b) é anulável, por vício de consentimento de erro, com prazo decadencial de 2 anos, a contar do dia em que tomar conhecimento do erro vivenciado.

c) não é passível de anulação, uma vez que José manifestou sua vontade livremente e assinou o contrato de forma consciente.

d) é anulável somente em razão do valor superior ao praticado no mercado, por vício de consentimento de erro, com prazo decadencial de 4 anos, a contar do dia em que tomar conhecimento do erro vivenciado.

e) é anulável somente em razão do valor superior ao praticado no mercado, por vício de consentimento de dolo, com prazo decadencial de 2 anos, a contar do dia em que tomar conhecimento do prejuízo vivenciado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de vício do consentimento. José foi enganado pelo corretor de imóveis. Logo, o vício do consentimento que eiva o negócio jurídico de nulidade é o dolo (artigo 145 e seguintes do Código Civil).

A nulidade é relativa, conforme previsão do artigo 171, II, Código Civil. O prazo para anular negócio jurídico no caso de dolo é decadencial, de quatro anos, contados da realização do negócio jurídico (artigo 178, II, Código Civil).

QUESTÃO 55. Marta foi casada com Cláudio e a união foi dissolvida em ação de divórcio. Na ocasião, Marta esqueceu de realizar o pedido de exclusão do sobrenome do ex-marido de seu nome. A ação foi julgada totalmente procedente, houve trânsito em julgado da sentença, com a consequente expedição de mandado de averbação. O mandado ainda não havia sido averbado no registro, ocasião em que Marta procurou a Defensoria Pública para atendimento, buscando solução jurídica para o problema. No caso, Marta poderá ser orientada a requerer a alteração de sobrenome

a) diretamente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial.

b) judicialmente, em ação própria de retificação de assento, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, pois a Lei de Registros Públicos somente autoriza a exclusão extrajudicial de sobrenome na constância da união.

c) judicialmente, nos próprios autos da ação de divórcio, dispensando-se a apresentação de certidões e de documentos necessários, pois a Lei de Registros Públicos somente autoriza a exclusão extrajudicial de sobrenome na constância da união.

d) diretamente perante o oficial de registro civil, dispensando-se a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada somente no assento de casamento, independentemente de autorização judicial.

e) judicialmente, em ação própria de retificação de assento, dispensando-se a apresentação de certidões e de documentos necessários, pois a Lei de Registros Públicos somente autoriza a exclusão de sobrenome na constância da união.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme o artigo 57, III, da Lei 6.015/73, A Lei de Registros Públicos, é possível a alteração de sobrenome, para excluir o sobrenome do ex-cônjuge, após a dissolução da sociedade conjugal, por qualquer de suas causas.

QUESTÃO 56. Maria morava com seu filho, Lucas, maior de idade, em imóvel emprestado por Jonas. O negócio jurídico havia sido firmado por contrato de comodato, por tempo indeterminado. Maria faleceu e Lucas passou a residir sozinho no imóvel. Um pouco antes de falecer, Maria havia recebido notificação extrajudicial para desocupação do imóvel, no entanto, não o desocupou e tampouco comentou com o filho a respeito do recebimento da notificação. Nesse caso, a posse de Lucas pode ser classificada como

a) direta, justa e de boa-fé.

b) indireta, justa e de boa-fé.

c) direta, justa e de má-fé.

d) indireta, injusta e de má-fé.

e) direta, injusta e de boa-fé.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A posse de Lucas é direta, pois tem a coisa em seu poder (art. 1.197, CC); injusta, pois é uma posse precária (art. 1.200, CC); e de boa-fé, pois desconhece o vício que impede a aquisição da coisa (art. 1.201, CC).

QUESTÃO 57. Dentre as regras previstas expressamente no Estatuto da Pessoa Idosa acerca do procedimento de Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento, tem-se que:

a) poderá resultar na imposição de multa e advertência à entidade responsável pelo programa de atendimento.

b) o juiz acionará o órgão municipal de proteção à pessoa idosa quando determinar o fechamento da entidade.

c) o juiz ouvirá, em audiência, as testemunhas indicadas no auto de infração que documentar as irregularidades.

d) havendo risco para a vida ou à saúde da pessoa idosa, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares.

e) terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa A está incorreta. As sanções são previstas de modo impositivo e não facultativo, dispõe o Estatuto da Pessoa Idosa que: “Art.68 § 4º A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou ao responsável pelo programa de atendimento.”;

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o Estatuto da Pessoa Idosa no art. 55 § 3º: “Na ocorrência de infração por entidade de atendimento que coloque em risco os direitos assegurados nesta Lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a

pessoas idosas a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.”;

A alternativa C está incorreta. Dispõe o Estatuto da Pessoa Idosa que: “ Art. 68. Apresentada a defesa, o juiz procederá na conformidade do art. 69 ou, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento, deliberando sobre a necessidade de produção de outras provas.”;

A alternativa D está incorreta. As providências estão previstas no Estatuto no art.55 § 3º: “Na ocorrência de infração por entidade de atendimento que coloque em risco os direitos assegurados nesta Lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a pessoas idosas a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária. “;

A alternativa E está correta. Corresponde ao previsto no Estatuto da Pessoa Idosa no Art. 65: “O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não governamental de atendimento à pessoa idosa terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.”.

QUESTÃO 58. João tem 65 anos e foi vítima de um crime. De acordo com o que vem disposto no código penal, em razão da idade de João:

a) incide qualificadora caso se trate de crime de estelionato.

b) incide excludente de imputabilidade caso se trate de crime de furto qualificado. c) encontra-se presente uma das elementares do crime de abandono material.

d) o prazo prescricional do crime, qualquer que seja ele, é aumentado de metade. e) o crime de constrangimento ilegal passa a ser apenado com reclusão e multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema crimes contra a Pessoa Idosa.

A alternativa A está incorreta. Trata-se hipótese na qual a ação penal será pública incondicionada, ademais não se aplica ao caso concreto, pois João tem 65 anos e não 70 como exige o Código Penal, art. 171 § 5º: “Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for: IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.”;

A alternativa B está incorreta. Não existe tal previsão legal que exclua a imputabilidade daquele que pratica furto qualificado contra pessoa idosa, não se aplicando as escusas absolutórias previstas no CP, Art. 183: “Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores, III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.”;

A alternativa C está correta. É elementar do crime de abandono material, conforme prevê o art. 244 do CP: “Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes

proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo.”;

A alternativa D está incorreta. Não há previsão legal neste sentido;

A alternativa E está incorreta. Prevê o Código Penal as penas de detenção ou multa e não reclusão e multa. Assim dispõe o Art. 146: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.”.

Direito do Consumidor

QUESTÃO 59. Letícia contratou um plano de saúde coletivo por adesão, do qual ela é beneficiária titular e seu marido, Eduardo, é dependente. Por questões de saúde mental, Eduardo precisou se submeter à internação hospitalar psiquiátrica. Nesse período, Letícia procurou o atendimento da Defensoria Pública, pois havia recebido a informação de que, após o 30º dia de internação, o plano de saúde não custearia mais integralmente a internação psiquiátrica de seu marido, em razão da cláusula de coparticipação do contrato. Nessa situação, à luz do entendimento do STJ firmado em tema repetitivo, ela deve ser corretamente orientada que

a) todas as cláusulas de coparticipação em contratos de planos de saúde configuram prática abusiva, pois exigem dos consumidores vantagens manifestamente excessivas, o que viola o Código de Defesa do Consumidor.

b) há abusividade na referida cláusula de coparticipação, tendo em vista que as normativas da ANS sobre o tema determinam que os planos de saúde custeiem integralmente, em número ilimitado de dias, todas as modalidades de internação hospitalar.

c) não há abusividade na referida cláusula de coparticipação, independentemente da modalidade e do período de internação hospitalar, pois o contrato foi firmado entre partes capazes e devidamente esclarecidas.

d) não há abusividade da cláusula de coparticipação na hipótese de internação hospitalar psiquiátrica superior a 30 dias por ano, desde que expressa no contrato, informada ao consumidor e não superior a 50% do valor das despesas.

e) não será possível pleitear eventual abusividade da cláusula de coparticipação do contrato, pois Eduardo não é o beneficiário titular do plano de saúde, mas apenas dependente de Letícia e, portanto, não pode ser considerado consumidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema plano de saúde.

A alternativa A está incorreta. Nem todas as cláusulas de coparticipação em contratos de planos de saúde configura prática abusiva, conforme entendimento do STJ: "Cláusula contratual que prevê coparticipação em plano de saúde não é abusiva. Os ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiram que não é ilegal cláusula contratual de plano de saúde que prevê a coparticipação do usuário nas despesas médico-hospitalares em percentual sobre o custo do tratamento. Segundo o relator, ministro Villas Bôas Cueva, os planos de saúde, instituídos com o objetivo de melhor gerir os custos da assistência privada à saúde, podem ser integrais ou coparticipativos. Esta notícia refere-se ao(s) processo(s):REsp 1537306 REsp 1566062 HC 334663 <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2016/2016-06-21_19-16_Clausula-contratual-que-preve-coparticipacao-em-plano-de-saude-nao-e-abusiva.aspx>

A alternativa B está incorreta. Não há abusividade na referida cláusula de coparticipação, conforme entendimento do STJ: "Nos contratos de plano de saúde não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente ajustada e informada ao consumidor, à razão máxima de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas, nos casos de internação superior a 30 (trinta) dias por ano, decorrente de transtornos psiquiátricos, preservada a manutenção do equilíbrio financeiro. STJ. 2ª Seção. REsp 1.809.486-SP, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 09/12/2020 (Recurso Repetitivo – Tema 1032)"

A alternativa C está incorreta. No caso não há abusividade por se tratar de internação psiquiátrica, assim dependendo da modalidade de internação pode sim ser considerada abusiva.

A alternativa D está correta. Assertiva que dispõe exatamente o entendimento do STJ sobre o tema: "Nos contratos de plano de saúde não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente ajustada e informada ao consumidor, à razão máxima de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas, nos casos de internação superior a 30 (trinta) dias por ano, decorrente de transtornos psiquiátricos, preservada a manutenção do equilíbrio financeiro. STJ. 2ª Seção. REsp 1.809.486-SP, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 09/12/2020 (Recurso Repetitivo – Tema 1032)"

A alternativa E está incorreta. Eduardo mesmo não sendo o beneficiário titular do plano de saúde, é sim considerado consumidor.

QUESTÃO 60. Joana, pessoa idosa, foi surpreendida no dia de seu aniversário com a ligação de uma floricultura renomada dizendo que havia um presente para ser entregue a ela, em seu endereço, mediante a cobrança apenas do valor da entrega, na quantia de R\$5,00. Ao receber o entregador, Joana passou o seu cartão e, sob a justificativa de que este não havia passado, realizou 5 transações no valor de R\$500,00 cada, tendo colocado sua senha apenas na primeira transação. Na sequência, o entregador fugiu sem entregar o presente, quando, então, Joana, percebeu que havia sido vítima de golpe. Imediatamente, registrou ocorrência e telefonou ao Banco solicitando o bloqueio/estorno das transações. Apesar das movimentações realizadas em sequência não corresponderem ao padrão de gastos de Joana, o Banco recusou-se a bloquear o valor. Nesse caso, de acordo com jurisprudência do STJ, o Banco

a) não responderá, por se tratar de fraude envolvendo floricultura renomada, que responderá exclusivamente pelos danos causados.

b) responderá objetivamente por falha no sistema de segurança ao não bloquear transações suspeitas e fora do padrão de consumo da correntista.

c) não responderá pelos danos causados em razão da excludente de culpa exclusiva da vítima, por ter feito uso do seu cartão e senha pessoal.

d) responderá subjetivamente pelos danos causados em solidariedade à floricultura, cujo nome foi empregado no golpe, ainda que sem conhecimento ou vínculo com o golpista.

e) responderá objetivamente por falha no sistema de segurança, apenas se ficar comprovado que o entregador tinha algum vínculo com o banco.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema responsabilidade civil.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade do banco está ligada à sua falha na prestação do serviço bancário, independentemente da identidade do terceiro fraudador ou da empresa cujo nome foi utilizado no golpe. Observe a Súmula 479 do STJ: “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.”

A alternativa B está correta. A jurisprudência do STJ é consolidada no sentido de que as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias. O caso de Joana se enquadra no que o STJ denomina “golpe do motoboy”, onde, apesar de a vítima fornecer o cartão e a senha em algum momento, a instituição financeira é responsabilizada quando descumpre seu dever de segurança ao não obstar a realização de compras ou transações com perfil que discrepa das aquisições fraudulentas efetuadas ou que são totalmente atípicas em relação ao padrão de consumo dos consumidores. A conduta de não bloquear transações suspeitas e fora do padrão de consumo caracteriza uma falha na prestação do serviço bancário. Além disso, o fato de Joana ser idosa pode indicar uma situação de hipervulnerabilidade, o que reforça o dever de cuidado da instituição financeira. A situação de Joana, com cinco transações de alto valor após uma única inserção de senha e fora de seu padrão de gastos, evidencia a falha do banco em seu sistema de segurança, tornando-o objetivamente responsável. “Direito Bancário- Responsabilidade Civil: Responsabilidade da instituição financeira quando o correntista é vítima do “golpe do motoboy”. “As instituições financeiras submetem-se ao Código de Defesa do Consumidor, respondendo objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.” AgInt no AREsp 1.997.142/DF, relator ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 24/6/2024, DJe de 27/6/2024.” “A instituição financeira responde civilmente, caracterizando-se fortuito interno, nos termos do art. 14, § 3º, do CDC, quando descumpre o dever de segurança que lhe cabe e não obsta a realização de compras com cartão de crédito em estabelecimento comercial suspeito, com perfil de compra de consumidor que discrepa das aquisições fraudulentas efetivadas. STJ. 4ª Turma. AgInt no AREsp 1.728.279-SP, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 8/5/2023.”

A alternativa C está incorreta. O banco responderá pelos danos causados devido ao fortuito interno, não há de se falar neste caso da excludente de culpa exclusiva da vítima, por ter feito uso do seu cartão e senha pessoal.

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade do banco é objetiva. Conforme Súmula 479 do STJ: “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.”

A alternativa E está incorreta. Ainda que não fique comprovado que o entregador tinha algum vínculo com o Banco, a responsabilidade será objetiva, pois trata-se de fortuito interno. Observe que o caso não restou configurada nenhuma causa do artigo 14, § 3º do CDC: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. § 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.”

QUESTÃO 61. O Programa Mais Médicos, instituído pela Lei nº 12.871/2013, sofreu grande oposição de associações, sociedade e conselhos profissionais médicos, apesar de sua relevância para o enfrentamento da carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde. Dentre os objetivos previstos expressamente na legislação de regência para o Programa Mais Médicos, NÃO está

a) aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação.

b) oferecer emprego para médicos estrangeiros formados em instituições não brasileiras independentemente da validação de seus diplomas.

c) ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira.

d) aperfeiçoar médicos para atuação nas políticas públicas de saúde do País e na organização e funcionamento do SUS.

e) estimular a realização de pesquisas aplicadas ao SUS e ampliar a oferta de especialização profissional nas áreas estratégicas para o SUS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Políticas Públicas em Saúde.

A alternativa A está incorreta. O comando da questão solicita que seja apontado qual objetivo não faz parte da política, e o disposto está previsto na Lei nº 12.871/2013: “Art. 1º É instituído o Programa Mais Médicos, com a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS) e com os seguintes objetivos: III - aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação.”;

A alternativa B está correta. Há a necessidade de revalidação do diploma, conforme prevê a Lei nº 12.871/2013: “Art. 13. É instituído, no âmbito do Programa Mais Médicos, o Projeto Mais Médicos para o Brasil, que será oferecido: I - aos médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País.”;

A alternativa C está incorreta. O comando da questão solicita que seja apontado qual objetivo não faz parte da política, e o disposto está previsto na Lei nº 12.871/2013: “Art. 1º É instituído o Programa Mais Médicos, com a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS) e com os seguintes objetivos: IV - ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira.”;

A alternativa D está incorreta. O comando da questão solicita que seja apontado qual objetivo não faz parte da política, e o disposto está previsto na Lei nº 12.871/2013: “Art. 1º É instituído o Programa Mais Médicos, com a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS) e com os seguintes objetivos: VII - aperfeiçoar médicos para atuação nas políticas públicas de saúde do País e na organização e no funcionamento do SUS.”;

A alternativa E está incorreta. O comando da questão solicita que seja apontado qual objetivo não faz parte da política, e o disposto está previsto na Lei nº 12.871/2013: “Art. 1º É instituído o Programa Mais Médicos, com a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS) e com os seguintes objetivos: VIII - estimular a realização de pesquisas aplicadas ao SUS.”.

QUESTÃO 62. O processo de fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde depende de algumas fases, reguladas no âmbito do direito sanitário. A incorporação de determinado medicamento passa necessariamente pela decisão sobre aspectos operacionais, financeiros e administrativos em relação aos entes federados responsáveis, sendo que a negociação e pactuação, no âmbito federal, são realizadas no espaço:

a) do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS).

b) da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

c) do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

d) da Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

e) do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Fornecimento de Medicamentos.

A alternativa A está incorreta. Ausência de previsão legal;

A alternativa B está incorreta. Ausência de previsão legal;

A alternativa C está incorreta. Ausência de previsão legal;

A alternativa D está incorreta. Ausência de previsão legal;

A alternativa E está correta. Dispõe a Lei nº 8.080/90 no Art. 19-U que: “A responsabilidade financeira pelo fornecimento de medicamentos, produtos de interesse para a saúde ou procedimentos de que trata este Capítulo será pactuada na Comissão Intergestores Tripartite.”.

QUESTÃO 63. A psicologia social tem desenvolvido uma grande diversidade de modelos explicativos sobre os fatores que determinam as práticas discriminatórias. Dentro dos níveis de análise, o nível intergrupar é aquele em que o comportamento social é explicado a partir

a) das relações estabelecidas entre determinadas pessoas a partir das formas concretas que estas relações tomam.

b) das ideologias, sistemas de crenças e representações que as sociedades criam em razão dos conflitos.

c) das relações estabelecidas entre determinadas pessoas, numa determinada situação.

d) das diferenças na posição social dos indivíduos.

e) dos processos psicológicos do indivíduo em ambiente delimitado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre psicologia social.

A alternativa A está incorreta. Esta descrição se encaixa melhor no nível interpessoal. Ela se concentra na dinâmica e nas particularidades das interações entre indivíduos específicos.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa descreve o nível ideológico/societal. Ele se refere às influências de estruturas sociais amplas, como ideologias, cultura e sistemas de crenças, na forma como os grupos interagem e como os conflitos são percebidos.

A alternativa C está incorreta. Assim como a alternativa "a", esta também se alinha com o nível interpessoal. O foco é a interação entre indivíduos específicos dentro de um contexto imediato.

A alternativa D está incorreta. O nível intergrupar explica o comportamento social a partir da identidade social dos indivíduos e de sua posição em relação a diferentes grupos sociais.

As "diferenças na posição social" remetem diretamente às categorias sociais (como raça, gênero, classe, nacionalidade, etc.) às quais os indivíduos pertencem e como essas categorias influenciam a percepção e o comportamento em relação a membros de outros grupos. A discriminação, por exemplo, é um fenômeno frequentemente explicado a partir das relações de poder e status entre grupos.

A alternativa E está incorreta. Esta descrição corresponde ao **nível intrapessoal**. O foco aqui está nos pensamentos, percepções e motivações internas do indivíduo, mesmo que ocorram em um contexto social.

QUESTÃO 64. A taxonomia das microagressões aplicáveis a questões raciais, de gênero ou de orientação sexual, divide-se em três categorias conhecidas como microassaltos, microinsultos e microinvalidações. A categoria dos microassaltos diz respeito a

- a) condutas conscientes dirigidas a atacar o grupo considerado de sub-humanos e inferiores.**
- b) insensibilidades e grosserias de forma a demonstrar ojeriza a pessoas de grupos marginalizados.**
- c) negativa das experiências vivenciadas pelas pessoas hostilizadas, com retórica sobre a inexistência da discriminação.**
- d) ações direcionadas a inibir acesso a pessoas marginalizadas, retirando-as do contexto ou ambiente almejado.**
- e) publicações diversas que visam, de forma indireta, fortalecer a meritocracia como acesso a níveis de poder.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre discriminação, mas precisamente sobre microagressões.

A alternativa A está correta e responde a questão. Os microassaltos são, por definição, **condutas conscientes e deliberadas** que visam agredir, denegrir ou depreciar indivíduos ou grupos com base em preconceitos e estereótipos que os colocam em uma posição de inferioridade. Para entender melhor, vamos detalhar as três categorias: Microassaltos: são as manifestações mais explícitas e intencionais de microagressão. Elas representam ataques verbais, não verbais ou ambientais conscientes e deliberados, que expressam preconceito, discriminação ou desdém contra um grupo social. Embora "micro" no sentido de ocorrerem no dia a dia, podem ser tão diretos quanto insultos raciais, gestos de ódio ou atos de segregação intencional.; Microinsultos: são comunicações mais sutis, que transmitem insensibilidade, grosseria ou desrespeito, muitas vezes de forma não intencional por parte de quem as comete. Elas, contudo, desvalorizam a identidade ou a capacidade da pessoa com base em sua raça, gênero, orientação sexual, etc. Por exemplo, elogiar uma pessoa negra pela "boa dicção" de forma surpreendida, insinuando que isso é incomum.; Microinvalidações: referem-se a comunicações que negam, anulam ou desqualificam a realidade experiencial de grupos marginalizados. Isso inclui minimizar suas experiências de preconceito, negar a existência de discriminação ou invalidar seus sentimentos. Por exemplo, dizer "não é para tanto" a alguém que relata um episódio de racismo, ou afirmar que "o racismo não existe mais".

As demais alternativas estão incorretas, pois a alternativa destaca a sua natureza consciente e deliberada como um ataque direto a grupos marginalizados.

QUESTÃO 65. Márcia compareceu à Defensoria Pública e relatou que, em seu divórcio, a partilha dos bens ocorreu de maneira consensual. No entanto, após a homologação, ela descobriu que seu ex-marido sonegou ativos financeiros que ele possuía na época. Agora, Márcia deseja que esses ativos sejam divididos de acordo com o regime dos bens do ex-casal. Nesse caso, ela

a) poderá ingressar com ação de sobrepartilha de bens no prazo máximo de 5 anos, contados da data em que descobriu a existência dos ativos financeiros.

b) só poderá ajuizar ação de anulação da partilha, caso seu ex-cônjuge não tenha contraído novas núpcias.

c) poderá ingressar com ação declaratória de nulidade da partilha, a qualquer tempo, já que a sonegação de bens é considerada matéria de ordem pública.

d) deverá ser orientada acerca da impossibilidade de nova demanda judicial visando à partilha dos ativos financeiros, tendo em vista que o divórcio ocorreu de maneira consensual.

e) poderá ingressar com ação de sobrepartilha de bens no prazo de 10 anos, contados da homologação do divórcio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema divórcio e partilha.

A alternativa A está incorreta. O prazo está incorreto, não é de no máximo 5 anos. Há entendimento predominante no direito brasileiro de que se aplica o prazo prescricional de 10 anos, conforme o artigo 205 do Código Civil para a sobrepartilha de bens sonegados decorrentes de divórcio.

A alternativa B está incorreta. A ação cabível para bens sonegados é a ação de sobrepartilha. Além disso, a condição de o ex-cônjuge não ter contraído novas núpcias não é um requisito para ajuizar uma ação de partilha de bens sonegados, nem para anulação da partilha. O divórcio consensual pode ser realizado mesmo sem partilha prévia dos bens, o que reforça que a questão patrimonial pode ser tratada separadamente.

A alternativa C está incorreta. A sonegação de bens não leva à anulação da partilha como regra, mas sim à sua sobrepartilha. Embora a sonegação seja uma conduta grave, não é classificada como "matéria de ordem pública" e não é imprescritível.

A alternativa D está incorreta. A sobrepartilha é cabível para "bens sonegados". A natureza consensual do divórcio e da partilha inicial não impede que bens que foram ocultados e, portanto, não fizeram parte do acordo original, sejam posteriormente partilhados. O Art. 731, parágrafo único do CPC, inclusive prevê que a partilha pode ser feita *após* a homologação do divórcio caso os cônjuges não cheguem a um acordo, demonstrando a possibilidade de tratamentos patrimoniais subsequentes: "Art. 731. A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão: (...) Parágrafo único. Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta depois de homologado o divórcio, na forma estabelecida nos arts. 647 a 658."

A alternativa E está correta. A ação de sobrepartilha de bens é o instrumento legal adequado para Márcia requerer a divisão dos ativos financeiros sonegados por seu ex-marido. No que tange ao prazo, aplica-se o prazo de 10 anos para a sobrepartilha por sonegação de bens no divórcio, este é o prazo prescricional geral para ações de caráter pessoal que não possuam prazo específico na legislação civil brasileira, (com base no Art. 205 do Código Civil).

QUESTÃO 66. Marcelo foi réu em uma ação de indenização que tramitou perante uma das varas cíveis de Manaus. Ele foi pessoalmente citado, mas não constituiu procurador e tampouco apresentou contestação. Houve sentença de procedência do pedido e, um mês após o trânsito em julgado, a parte autora iniciou o cumprimento de sentença para o recebimento dos valores. Houve a expedição de carta com aviso de recebimento para a intimação de Marcelo no mesmo endereço do processo de conhecimento, mas esta retornou negativa com a informação de que ele havia se mudado. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil,

a) reputa-se válida a intimação dirigida ao endereço do réu constante do processo de conhecimento, ainda que não assinada por Marcelo, pois a obrigação de comunicar previamente o juízo acerca da mudança de residência é do próprio devedor.

b) será necessária a intimação de Marcelo por edital e, se ele não se manifestar nos autos no prazo legal, a Defensoria Pública deverá atuar como curadora especial do executado.

c) deverá ser reconhecida a nulidade total da demanda, tendo em vista que, no processo de conhecimento, não houve nomeação de curador especial ao réu revel, nem a apresentação de contestação.

d) a parte autora deverá promover diligências para localizar o paradeiro de Marcelo, pois o cumprimento de sentença só poderá ter continuidade após a intimação pessoal frutífera do devedor.

e) será necessária a expedição de mandado de intimação por oficial de justiça e, na hipótese de não localização do devedor, a Defensoria Pública deverá atuar nos autos como curadora especial de Marcelo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema intimação.

A alternativa A está correta. Assertiva em conformidade com o parágrafo único do artigo 274 do CPC: "Art. 274. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço."

A alternativa B está incorreta. A intimação por edital para o cumprimento de sentença, conforme o art. 513, § 2º, IV, do CPC, é cabível apenas quando o devedor "tiver sido revel na fase de conhecimento" e "citado na forma do art. 256": "Art. 513. O cumprimento da sentença será feito segundo as regras deste

Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código. § 2º O devedor será intimado para cumprir a sentença: IV - por edital, quando, citado na forma do art. 256, tiver sido revel na fase de conhecimento.” Ou seja, a citação por edital no cumprimento de sentença é reservada para aqueles que já foram citados por edital na fase de conhecimento. No caso narrado, Marcelo foi pessoalmente citado.

Ademais, a nomeação de curador especial para o réu revel ocorre quando ele foi citado por edital ou por hora certa e permanece revel. Como Marcelo foi pessoalmente citado na fase de conhecimento, a Defensoria Pública não atuará como curadora especial nessa hipótese.

A alternativa C está incorreta. A revelia de um réu validamente citado pessoalmente (como Marcelo) não acarreta nulidade total da demanda. A ausência de nomeação de curador especial para um réu revel é exigida apenas quando a citação é ficta (por edital ou com hora certa), artigo 72, inciso II do CPC: “Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao: II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.” Uma vez que Marcelo foi pessoalmente citado, a ausência de contestação levou à sua revelia, que permite o prosseguimento do processo e gera uma presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor.

A alternativa D está incorreta. O CPC dispensa a necessidade de novas diligências por parte do autor se a mudança de endereço do devedor não foi comunicada ao juízo. A intimação dirigida ao endereço constante dos autos, mesmo que não recebida pessoalmente pelo devedor devido à mudança não comunicada, é considerada válida. O ônus de manter o endereço atualizado é do próprio devedor, artigo 274, parágrafo único do CPC: “Art. 274. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.”

A alternativa E está incorreta. A intimação de um devedor revel sem procurador para o cumprimento de sentença é feita “por carta com aviso de recebimento”, conforme o artigo 513, § 2º, inciso II do CPC: “Art. 513. O cumprimento da sentença será feito segundo as regras deste Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código. § 2º O devedor será intimado para cumprir a sentença: II - por carta com aviso de recebimento, quando representado pela Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, ressalvada a hipótese do inciso IV;”. Assim não será primariamente por mandado de oficial de justiça. Além disso, como já explicado na análise da alternativa B, a nomeação da Defensoria Pública como curadora especial para o réu revel na fase de cumprimento de sentença está vinculada à citação por edital ou hora certa na fase de conhecimento, no presente caso Marcelo foi pessoalmente citado.

QUESTÃO 67. Helena ingressou com ação de cobrança em face de Rafael para cobrar-lhe valores oriundos de um contrato verbal supostamente celebrado entre eles. Durante a instrução do processo, Mariana ofereceu oposição contra ambas as partes, alegando ser ela a credora deste contrato. Nessa hipótese, de acordo com o CPC,

a) distribuída a oposição por dependência, os opositos serão citados pessoalmente para contestar o pedido no prazo sucessivo de 15 dias para cada um.

b) a oposição deverá ser liminarmente rejeitada pelo juízo, pois foi oferecida após o início da instrução do processo.

c) admitido o processamento da oposição, esta será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.

d) a oposição não deve ser admitida, pois seu cabimento é restrito a situações de reivindicação de propriedade de bens imóveis.

e) se Rafael reconhecer a procedência do pedido de Mariana, o juiz deverá julgar imediatamente a oposição, sem prosseguir com a análise da ação de cobrança ajuizada por Helena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema oposição.

A alternativa A está incorreta. Distribuída a oposição por dependência, os opostos serão citados na pessoa de seus advogados para contestar o pedido no prazo comum, e não sucessivo de 15 dias para cada um. Conforme parágrafo único do artigo 688 do CPC: "Art. 683. Parágrafo único. Distribuída a oposição por dependência, serão os opostos citados, na pessoa de seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias."

A alternativa B está incorreta. A oposição pode ser oferecida até a sentença ser proferida, conforme artigo 687 do CPC: "Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos."

A alternativa C está correta. A alternativa dispõe o caput do artigo 685: "Art. 685. Admitido o processamento, a oposição será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença."

A alternativa D está incorreta. Não há essa limitação de que a oposição não deve ser admitida, pois seu cabimento é restrito a situações de reivindicação de propriedade de bens imóveis.

A alternativa E está incorreta. O juiz decide simultaneamente a ação originária e a oposição, desta conhecerá primeiro, conforme artigo 686 do CPC: "Art. 686. Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação originária e a oposição, desta conhecerá em primeiro lugar."

QUESTÃO 68. Considere as assertivas abaixo acerca do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR):

I. É cabível a instauração do IRDR quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre questões fáticas idênticas ou semelhantes.

II. A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do IRDR.

III. Se não for a requerente, a Defensoria Pública intervirá obrigatoriamente no IRDR e assumirá sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

IV. Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.

b) III e IV.

c) I e II.

d) II e IV.

e) II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do IRDR.

O item I está incorreto. É cabível a instauração do IRDR quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre questões unicamente de direito, conforme artigo 976, inciso I do CPC: "Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito;"

O item II está correto. Em conformidade com o artigo 976, § 1º do CPC: "Art. 976 § 1º A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente."

O item III está incorreto. Não será atribuição da Defensoria Pública, e sim do Ministério Público, nos termos do artigo 976, §2º do CPC: "§ 2º Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono."

O item IV está correto. Em conformidade com o artigo 976, §5º do CPC: "§ 5º Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas."

QUESTÃO 69. Cláudio figura como executado em ação de execução de título extrajudicial. Após penhora em sua conta bancária, Cláudio procurou a Defensoria Pública do Amazonas que opôs embargos à execução alegando a impenhorabilidade do valor por se tratar de verba salarial. Em sentença, os embargos foram julgados improcedentes. A apelação interposta contra a sentença

a) terá efeito suspensivo automaticamente por força de lei, em razão da matéria que versa sobre impenhorabilidade de salário.

b) terá efeito suspensivo automaticamente por força de lei, tratando-se da regra geral dos recursos de apelação.

c) poderá ter efeito suspensivo, mediante requerimento, dirigido ao Juízo a quo, que deverá apreciar a admissibilidade e os efeitos do recurso.

d) poderá ter efeito suspensivo, mediante requerimento, dirigido ao Relator, sendo vedada a análise da urgência antes da distribuição do recurso de apelação.

e) poderá ter efeito suspensivo, mediante requerimento, dirigido ao Tribunal no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema execução.

A alternativa A está incorreta. A situação em concreto é uma exceção ao efeito suspensivo automático da apelação, nos termos do artigo 1.012, § 1º, inciso III do CPC: “Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado;”

A alternativa B está incorreta. Não terá efeito suspensivo automático, a hipótese da questão é uma exceção ao efeito suspensivo automático, nos termos do artigo 1.012, § 1º, inciso III do CPC: “Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo. § 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado;”

A alternativa C está incorreta. O pedido de concessão de efeito suspensivo não será dirigido ao Juízo o quo, nos termos do artigo 1.012, §3º do CPC: “§ 3º O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do § 1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao: I - tribunal, no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-la; II - relator, se já distribuída a apelação.”

A alternativa D está incorreta. Não é vedada a análise da urgência antes da distribuição do recurso de apelação, nos termos do artigo 1.012, §3º do CPC: “§ 3º O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do § 1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao: I - tribunal, no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-la; II - relator, se já distribuída a apelação.”

A alternativa E está correta. Assertiva em conformidade com o artigo 1.012, §3º, inciso I do CPC: “§ 3º O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do § 1º poderá ser formulado por requerimento dirigido ao: I - tribunal, no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-la;”

QUESTÃO 70. De acordo com a Lei no 9.099/1995, avalie as proposições a seguir:

I. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão os dias corridos.

II. Admite-se o pedido contraposto pelo réu, em contestação, nos limites materiais e de valor da causa da Lei no 9.099, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

III. A intervenção de terceiros, a assistência e o litisconsórcio não são admitidos no procedimento sumaríssimo.

IV. Quando a prova do fato exigir, o juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

V. Em fase recursal, independentemente do valor da causa, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II e III.

b) I, IV e V.

c) II, IV e V.

d) I, II e V.

e) I, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Juizado Especial.

O item I está incorreto. Computar-se-ão os dias úteis, conforme artigo 12A da Lei nº 9.099/95: "Art. 12-A. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis."

O item II está correto. O pedido contraposto é uma figura típica dos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95) e consiste na reação do réu contra o autor, apresentada na própria contestação, com pedido próprio, mas limitado aos mesmos fatos expostos na petição inicial. Seu fundamento está previsto no artigo 31 da Lei nº 9.099/95: "Art. 31. Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia."

O item III está incorreto. Em desconformidade com o artigo 10 da Lei nº 9.099/95: "Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio."

O item IV está correto. A alternativa reproduz o artigo 35 da Lei nº 9.099/95: "Art. 35. Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico."

O item V está correto. Em fase recursal, independentemente do valor da causa, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado, nos termos do artigo 41, § 2º da Lei nº 9.099/95: "Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado. § 2º No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado."

QUESTÃO 71. Clara ajuizou ação de divórcio cumulada com pedido de guarda e alimentos perante a 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus-AM, por intermédio da Defensoria Pública local. O Juiz, ao receber a inicial, determinou o encaminhamento dos autos ao CEJUSC para a tentativa de acordo entre as partes. No CEJUSC, as partes compareceram sem a presença de suas defesas técnicas e formularam acordo. O acordo foi homologado judicialmente, com trânsito em julgado. Dias depois, Clara compareceu novamente em atendimento na Defensoria Pública e informou que havia sido vítima de violência doméstica e se sentiu coagida a aceitar o acordo. Nesse caso, a Defensora Pública deverá

a) ajuizar ação rescisória direcionada ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

b) ajuizar ação rescisória direcionada ao Juízo da 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus.

c) ajuizar ação anulatória direcionada ao Juízo da 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus.

d) peticionar pedido de reconsideração, nos próprios autos, direcionado ao Juízo da 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus.

e) opor embargos de declaração, direcionados ao Juízo da 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema divórcio.

A alternativa A está incorreta. A ação rescisória é o instrumento processual cabível para desconstituir uma sentença de mérito transitada em julgado, nos casos previstos em lei. Após o trânsito em julgado, a ação rescisória seria a via para desconstituir a sentença em si, se ela contivesse um dos vícios taxativamente previstos no artigo 966 Código de Processo Civil: "Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: I - se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente; III - resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; IV - ofender a coisa julgada; V - violar manifestamente norma jurídica; VI - for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória; VII - obtiver

o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável; VIII - for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.” No entanto, o problema descrito na questão é um vício de consentimento (coação) no acordo (negócio jurídico) que foi homologado, e não um vício na sentença de homologação em si. Embora a sentença homologatória forme coisa julgada, o vício na declaração de vontade das partes no acordo subjacente é um defeito do ato jurídico privado.

A alternativa B está incorreta. Como já mencionado na alternativa A não é cabível ação rescisória, ademais, a competência para julgar a ação rescisória é do Tribunal que proferiu a decisão rescindenda (no caso, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas).

A alternativa C está correta. Para anular um acordo (transação) que foi homologado judicialmente e transitou em julgado, mas que contém um vício de consentimento (como a coação alegada por Clara), a medida judicial cabível é a ação anulatória (ou declaratória de nulidade) do ato jurídico em si. Embora a sentença homologatória seja uma sentença de mérito que faz coisa julgada, ela meramente chancela um negócio jurídico privado (o acordo). Se o defeito reside no próprio negócio jurídico (como um vício de consentimento), o caminho adequado é a ação anulatória do ato jurídico (o acordo), que será proposta no mesmo juízo que homologou o acordo (o Juízo da 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus, neste caso), pois o vício afeta a validade do acordo, e não a regularidade da sentença em si ou do processo judicial que levou à homologação.

A alternativa D está incorreta. Um pedido de reconsideração é uma medida informal e não é um recurso. Não tem o condão de desconstituir uma decisão que já transitou em julgado e adquiriu a autoridade de coisa julgada material. Uma vez que o acordo foi homologado e transitou em julgado, ele se tornou imutável pela via ordinária.

A alternativa E está incorreta. Os embargos de declaração servem para sanar omissão, contradição, obscuridade ou erro material em uma decisão judicial.

QUESTÃO 72. No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas,

a) dispensa-se a citação por oficial de justiça dos ocupantes, bastando o envio de carta com aviso de recebimento por correio ao representante dos moradores.

b) serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais.

c) dispensa-se a citação pessoal dos ocupantes, bastando a citação por edital desde logo.

d) será feita a citação preferencialmente por meio eletrônico.

e) será obrigatória a citação pessoal de todos os ocupantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema ação possessória.

A alternativa A está incorreta. Em desconformidade com o artigo 554, § 1º do CPC: "§ 1º No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública."

A alternativa B está correta. No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais. Nos termos do artigo 554, § 1º do CPC: "§ 1º No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública."

A alternativa C está incorreta. Não basta a citação por edital desde logo, assim a alternativa viola o artigo 554, § 1º do CPC: "§ 1º No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública."

A alternativa D está incorreta. Não há a preferência pela citação por meio eletrônico no caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, nos termos do artigo 554, § 1º do CPC: "§ 1º No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública."

A alternativa E está incorreta. Não é obrigatória a citação pessoal de todos os ocupantes, nos termos do artigo 554, § 1º do CPC: "§ 1º No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública."

QUESTÃO 73. Segundo disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, a emancipação:

a) pode ser concedida pela Justiça da Infância e Juventude, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais.

b) do adolescente viabiliza sua viagem internacional desacompanhado e sem autorização dos pais ou responsável.

c) do adolescente dispensa autorização judicial, via alvará, para sua participação em espetáculos públicos e seus ensaios.

d) é uma das hipóteses legais de extinção das medidas de constrição aplicadas em face dos pais ou responsável.

e) deve ser concedida, nos termos da lei civil, após avaliação psicossocial da maturidade e da autonomia do adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema emancipação no ECA.

A alternativa A está correta. É previsto no ECA, art.148: “A Justiça da Infância e da Juventude é competente para: Parágrafo único. Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de: e) conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais.”;

A alternativa B está incorreta. Não há esta previsão legal, dispõe o ECA: “Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente: I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.”;

A alternativa C está incorreta. O ECA não menciona a emancipação como hipótese de dispensa da atuação judicial: “Art. 149. Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará: I - a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em: a) espetáculos públicos e seus ensaio.”;

A alternativa D está incorreta. Não há previsão legal neste sentido, ademais a emancipação não pode ser utilizada como instrumento para excluir a responsabilidade dos pais do dever de cuidado dos filhos;

A alternativa E está incorreta. O ECA não condiciona a emancipação aos requisitos apresentados e o Código Civil também não requer avaliação psicossocial do adolescente.

QUESTÃO 74. A Lei no 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, segundo seu artigo 1º, entre outros propósitos,

a) estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

b) altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.

c) cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

d) institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares.

e) dispõe sobre o tráfico de crianças cometido no território nacional contra vítima brasileira ou estrangeira e, no exterior, contra vítima brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei Henry Borel.

A alternativa A está incorreta. O sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência é estabelecido pela Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017;

A alternativa B está incorreta. Esta alteração ao Eca foi introduzida pela lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014;

A alternativa C está correta. Dispõe a Lei Henry Borel: “Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções e acordos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. “;

A alternativa D está incorreta. Se trata da A Lei nº 14.811/2024;

A alternativa E está incorreta. Este é o objetivo da Lei nº 13.344/ 2016.

QUESTÃO 75. Conforme sistemática prevista na Resolução do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário, na hipótese de indisponibilidade de vaga para imediato cumprimento de medida socioeducativa de internação, o adolescente:

a) poderá, em caráter excepcional, iniciar o cumprimento de sua medida socioeducativa em unidade da federação mais próxima que disponha de vaga, garantidas as visitas da família às expensas do estado de origem.

b) aguardará a disponibilização da vaga em regime de internação domiciliar, facultado o uso, mediante decisão judicial fundamentada, de dispositivo de monitoramento eletrônico.

c) poderá aguardar a vaga em Centro de Internação Provisória, por no máximo mais 45 dias, findos os quais, não deferida a vaga, será posto necessariamente em liberdade.

d) aguardará em fila de espera e poderá ser incluído em programa de meio aberto, mediante decisão judicial fundamentada, até que a vaga seja disponibilizada.

e) aguardará a oferta da vaga em regime de acolhimento institucional sempre que, demonstrada por decisão judicial fundamentada, a capacidade de supervisão e controle pela família for avaliada como frágil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema cumprimento de medidas socioeducativas.

A alternativa A está incorreta. Dispõe a Resolução CNJ 367/21: “Art. 12. A fim de assegurar que a taxa de ocupação das unidades socioeducativas sob sua competência não ultrapasse o percentual de 100% da capacidade, caberá ao magistrado com competência para execução de medidas socioeducativas: III – proceder-se à transferência do adolescente em vaga excedente para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior ao limite projetado do estabelecimento, contanto que em localidade próxima à residência dos seus familiares.”;

A alternativa B está incorreta. Não há previsão de monitoramento eletrônico para adolescentes na Resolução;

A alternativa C está incorreta. Dispõe a Resolução que: “Art. 10. Recebida a informação sobre a existência de vaga, o magistrado deverá expedir mandado de busca e apreensão ou requisitar a apresentação do adolescente na unidade socioeducativa definida pela Central de Vagas: I – tratando-se de solicitação de vaga de internação provisória para adolescente que esteja sob a custódia do Estado, deverá o magistrado requisitar ao órgão responsável por sua custódia sua imediata apresentação à unidade socioeducativa apontada pela Central de Vagas, respeitado o prazo máximo de cinco dias fixado pelo art. 185, § 2º, da Lei no 8.069/90.”;

A alternativa D está correta. Conforme disposto na Resolução: “Art. 9º Na hipótese de indisponibilidade de vaga, o adolescente será incluído em lista de espera, respeitados os critérios previstos nos parágrafos do art. 7º desta Resolução. § 1º Durante o período em que estiver em lista de espera de medida socioeducativa de internação ou de semiliberdade, o adolescente poderá ser incluído em programa de meio aberto, mediante decisão judicial fundamentada.”;

A alternativa E está incorreta. A Resolução trata da central de vagas do sistema socioeducativo e não do acolhimento institucional, assim prevê: “art. 2º Entende-se por Central de Vagas o serviço responsável pela gestão e coordenação das vagas em unidades de internação, semiliberdade e internação provisória do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo.”.

QUESTÃO 76. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece regras jurídicas decorrentes dos vínculos fraternais, entre as quais, de forma expressa,

a) a proibição de que irmãos mais velhos adotem ou assumam a tutela de irmãos mais novos.

b) a permissão de viagem interestadual de criança apenas acompanhada de irmão maior de 18 anos, sem presença ou autorização dos pais.

c) o direito de cumprirem medidas de acolhimento, internação e tratamento para dependência química em um mesmo equipamento.

d) a obrigação dos pais de matricularem os filhos na mesma escola, sempre que se encontrarem na mesma etapa ou ciclo escolar.

e) o processamento, em única execução de medida, da situação de irmãos acolhidos conjuntamente, salvo se alocados em serviços distintos.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema direitos da criança e do adolescente.

A alternativa A está incorreta. Há previsão em relação à proibição de adoção, porém não há a mesma norma em relação à tutela. Dispõe o ECA: “Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. § 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.”;

A alternativa B está correta. Dispõe o ECA no art. 83: “Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial. § 1º A autorização não será exigida quando: b) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos estiver acompanhado: 1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.”;

A alternativa C está incorreta. Não existe tal previsão legal, ademais preza-se pela não colocação da criança e do adolescente em instituições totais, ou seja, aqueles estabelecimentos nos quais vive-se em tempo integral, sob condições de separação da sociedade mais ampla, o que viola princípios como a proteção integral, o respeito à peculiaridade da faixa etária e o direito à convivência familiar e comunitária;

A alternativa D está incorreta. Este é um direito e não uma obrigatoriedade. Prevê o ECA no art. 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.”;

A alternativa E está incorreta. Prevê o ECA: “Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei. § 4º Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.”.

QUESTÃO 77. Silas tem 14 anos e furtou o celular de um professor dentro da escola. O professor, inconformado, registrou um boletim de ocorrência. Considerando os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente que regem a matéria,

a) o boletim de ocorrência poderá ser arquivado, por meio de remissão processual, desde que Silas confesse e já tenha reparado o dano.

b) os pais de Silas poderão receber medida de advertência aplicada pelo Ministério Público, ainda que Silas negue a autoria do ato infracional.

c) Silas, mesmo se for primário, poderá ser inserido em medida socioeducativa de internação caso tenha furtado o celular para adquirir drogas, não demonstre arrependimento e não aceite tratamento.

d) o juiz, ao final do procedimento de apuração de ato infracional, demonstradas autoria e materialidade, poderá, na sentença, substituir a medida socioeducativa por medida restaurativa.

e) Silas poderá receber medida socioeducativa que o obrigue a restituir o celular, promover o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compensar o prejuízo do professor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema medidas socioeducativas.

A alternativa A está incorreta. A remissão não pressupõe a confissão, dispõe o ECA: “Art. 127. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação.”;

A alternativa B está incorreta. As medidas de advertência serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, conforme dispõe o art. 18-B Parágrafo único: “As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. “;

A alternativa C está incorreta. A medida de internação é excepcional e somente poderá ocorrer nos casos previstos no ECA: “Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.” Silas, primário e tendo cometido ato infracional análogo ao furto, e portanto sem violência à pessoa, não pode ser sancionado com a medida de internação;

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de substituição da medida socioeducativa por medida restaurativa;

A alternativa E está correta. É o que prevê o ECA no art. 116: “Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.”.

QUESTÃO 78. Sobre a educação escolar indígena, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe expressamente que

a) a abertura e o fechamento de escolas indígenas serão precedidos de manifestação do órgão federal responsável pela política indigenista.

b) o ensino será ministrado na língua indígena materna na educação infantil, em português no ensino médio e será bilíngue no ensino fundamental.

c) as escolas indígenas contarão com um percentual mínimo de professores oriundos da própria comunidade, dispensada titulação acadêmica oficial.

d) será facultativa a frequência escolar de crianças e adolescentes oriundos de comunidades indígenas não integradas à comunhão nacional.

e) desenvolver programas que garantam aos povos indígenas acesso a conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional é um dos objetivos do Sistema de Ensino da União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A alternativa A está incorreta. Somente o fechamento, conforme dispõe a LDB no art. 28: “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.”;

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe a LDB no art.32 § 3º: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”;

A alternativa C está incorreta. Não há tal previsão legal;

A alternativa D está incorreta. A frequência na escola indígena não integrada segue as mesmas regras gerais da educação básica, com exigência de frequência mínima de 75% do período letivo;

A alternativa E está correta. Conforme dispõe a LDB no art. 78: “O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.”.

QUESTÃO 79. Segundo disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente,

a) à falta de definição do domicílio da criança, a competência será determinada pelo lugar onde se encontrem os pais ou responsável.

b) nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

c) a execução das medidas deverá ser delegada à autoridade competente da residência da criança e do adolescente.

d) nos casos de criança ou adolescente vítima de violência, a competência será determinada pelo critério do juízo imediato.

e) a competência fixada pelo registro ou distribuição do pedido inicial permanecerá a mesma até a prolação da decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema competência no ECA.

A alternativa A está incorreta. O ECA dispõe da seguinte forma: “Art. 147. A competência será determinada: I - pelo domicílio dos pais ou responsável; II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.”;

A alternativa B está correta. Conforme disposto no ECA: “Art. 147. A competência será determinada: § 1º. Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.”;

A alternativa C está incorreta. Poderá ser delegada e não deverá, é o que dispõe o art. 147 do ECA no § 2º: “A execução das medidas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.”;

A alternativa D está incorreta. Conforme demonstrado na explicação das alternativas anteriores, as regras de competência previstas no ECA não tratam desta possibilidade;

A alternativa E está incorreta. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que: “Havendo envolvimento de interesse de criança ou adolescente, é possível a modificação da competência no curso da ação, pois a solução do processo deve observar o princípio do melhor interesse do menor (número de processo não divulgado).”.

QUESTÃO 80. Tito procura a Defensoria Pública para excluir sua paternidade em relação a Vera, 12 anos. Diz que Vera não é sua filha biológica, e que reconheceu sua paternidade logo após o nascimento, ocasião em que mantinha união estável com Neia, mãe de Vera, união que perdurou por cinco anos. De acordo com o posicionamento mais recente do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, é correto orientar Tito de que:

a) A divergência entre a paternidade biológica e a declarada no registro é apta, por si só, para anular o registro, estando Tito sujeito, se sabia desde o início que Vera não era sua filha, a responder pelo crime de registrar como seu o filho de outrem. b) Poderá ajuizar, considerando o princípio da veracidade registral, ação negatória de paternidade mesmo se agiu com dolo ou culpa no ato de reconhecimento, ficando sujeito ao pagamento de alimentos indenizatórios em favor de Vera.

c) Poderá pedir a desconstituição da paternidade desde que presentes duas condições: prova de que ele foi coagido ou induzido a erro no ato de reconhecimento e de que inexistia relação socioafetiva entre ele e Vera.

d) A revogação do reconhecimento de paternidade pode ser promovida pela via administrativa mediante a exibição de exame de DNA negativo, sem prejuízo da responsabilização civil ou criminal de Tito, se for o caso.

e) A concordância de Neia com o pedido, a boa-fé de Tito ao ingressar com o pedido, e a anuência da adolescente são condições necessárias para o deferimento de eventual ação negatória de paternidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema filiação.

A alternativa A está incorreta. Decidiu o STJ no julgamento do REsp 1.829.093-PR, que: “A proteção da filiação socioafetiva impede a anulação do ato registral pela mera inexistência de paternidade biológica.”;

A alternativa B está incorreta. Não poderá neste caso ajuizar ação negatória de paternidade;

A alternativa C está correta. Conforme decidiu o STJ no julgamento do REsp 1.829.093-PR: “A anulação de ato registral, com base na divergência entre a paternidade biológica e a declarada no registro de nascimento, apenas será possível se preenchidos os seguintes requisitos: a) Existência de prova robusta de que o pai foi induzido a erro ou coagido a efetuar o registro: o registro de nascimento tem valor absoluto, de modo que não se pode negar a paternidade, salvo se existentes provas de erro ou falsidade. b) Inexistência de relação socioafetiva entre pai e filho registrado: para que a ação negatória de paternidade seja julgada procedente, não basta apenas que o DNA prove que o “pai registral” não é o “pai biológico”. É necessário também que fique provado que o “pai registral” nunca foi um “pai socioafetivo”, ou seja, que nunca foi construída uma relação socioafetiva entre pai e filho.”;

A alternativa D está incorreta. Se cabível a ação anulatória esta deverá ocorrer por via judicial;

A alternativa E está incorreta. Conforme fixou o STJ no julgamento do REsp 1.867.308/MT: “O exame de paternidade negativo não é suficiente, por si só, para desconstituir a paternidade socioafetiva que, para além da paternidade biológica, ficou caracterizada pelas demonstrações afetivas conferidas em vida pelo falecido ao menor, sem prejuízo do reconhecimento do pai biológico, em respeito ao instituto da multiparentalidade.”.

QUESTÃO 81. O tema de desastres ambientais gerando deslocamento forçado de pessoas tem ganhado visibilidade, tanto no âmbito internacional quanto internamente, sendo Justiça Climática o tema da Campanha Nacional lançada pela Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) em 2025. Quando o deslocamento se dá para fora do país de origem, existe previsão normativa expressa de que o apátrida ou o nacional de qualquer país em situação de desastre ambiental pode obter, no Brasil,

a) autorização de residência, conforme Decreto nº 70.946/1972 (Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados).

b) refúgio ambiental, com base na Lei nº 9.474/1997 (Estatuto dos Refugiados).

c) asilo territorial, na forma do Decreto nº 55.929/1965 (Convenção sobre Asilo Territorial).

d) visto temporário para acolhida humanitária, nos termos da Lei nº 13.455/2017 (Lei de Migração).

e) "laissez-rester", consoante Decreto nº 50.215/1961 (Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o tema desastres ambientais.

A alternativa A está incorreta. Não há essa previsão.

A alternativa B está incorreta. Não há essa previsão.

A alternativa C está incorreta. Não há essa previsão.

A alternativa D está correta. Há essa previsão no artigo 14, inciso I, alínea c da Lei nº 13.455/2017 (Lei de Migração): " Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses: I - o visto temporário tenha como finalidade: c) acolhida humanitária;"

A alternativa E está incorreta. Não há essa previsão.

QUESTÃO 82. O direito à moradia é um dos temas mais recorrentes nos atendimentos individuais e coletivos que chegam à Defensoria Pública. Conforme registra Raquel Rolnik, arquiteta brasileira que foi Relatora Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU, "Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além de constituir vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais, eternamente desprovidas das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade" (Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006). A Lei nº 13.465/2017 que dispôs sobre a regularização fundiária rural, urbana e no âmbito da Amazônia Legal, trouxe instrumentos jurídicos voltados ao enfrentamento de parte desses problemas, podendo-se destacar

a) a regularização fundiária de núcleos informais urbanos, em duas modalidades: a Reurb Simples (Reurb-S), aplicável naqueles núcleos ocupados predominantemente por qualquer grupo populacional, e a Reurb de Interesse Específico (Reurb-E), aplicável naqueles núcleos ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo Municipal.

b) a regularização fundiária de núcleos informais urbanos, em duas modalidades: a Reurb de Interesse Social (Reurb-S), aplicável naqueles núcleos ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal, e a Reurb de Interesse Específico (Reurb-É), aplicável naqueles núcleos ocupados por população não qualificada para Reurb-S.

c) a legitimação fundiária, forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, inclusive para fins de Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente até 30 de junho de 2001.

d) a legitimação de posse, ato do poder público destinado a conferir título, de reconhecimento da posse de imóvel, inclusive para fins de Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual constitui direito real de propriedade transmissível por ato causa mortis ou inter vivos.

e) o direito real de laje em condomínio simples, exclusivamente para fins de Reurb, quando uma mesma construção-base, em núcleos urbanos informais, contiver construções de casas ou cômodos, discriminando-se, na matrícula, a parte do terreno ocupada pelas edificações, as partes de utilização exclusiva e as áreas que constituem passagem para as vias públicas ou para as unidades entre si.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema direito à moradia.

A alternativa A está incorreta. Em desconformidade com o artigo 13, incisos I e II da Lei nº 13.465/2017: "Art. 13. A Reurb compreende duas modalidades: I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e II - Reurb de Interesse Específico

(Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.”

A alternativa B está correta. A regularização fundiária de núcleos informais urbanos, em duas modalidades: a Reurb de Interesse Social (Reurb-S), aplicável naqueles núcleos ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal, e a Reurb de Interesse Específico (Reurb-É), aplicável naqueles núcleos ocupados por população não qualificada para Reurb-S. A alternativa dispõe exatamente a diferenciação do artigo 13, incisos I e II da Lei nº 13.465/2017: "Art. 13. A Reurb compreende duas modalidades: I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.”

A alternativa C está incorreta. A legitimação fundiária, forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente, e não inclusive para fins de Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016, e não até 30 de junho de 2001. Assim, a assertiva está em desconformidade com o caput do artigo 23: "Art. 23. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016.”

A alternativa D está incorreta. A legitimação de posse, ato do poder público destinado a conferir título, de reconhecimento da posse de imóvel, objeto de Reurb, e não inclusive para fins de Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade na forma da lei, e não constitui direito real de propriedade, e é transmissível por ato causa mortis ou inter vivos a legitimação da posse. Nos termos do artigo 25, caput e § 1º: “Art. 25. A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade, na forma desta Lei. § 1º A legitimação de posse poderá ser transferida por causa mortis ou por ato inter vivos.”

A alternativa E está incorreta. A frase está errada porque confunde e mescla indevidamente as definições e finalidades de dois institutos jurídicos distintos previstos na Lei nº 13.465/2017: o direito real de laje e o condomínio urbano simples. A lei dispõe sobre o condomínio simples no artigo 61: “Art. 61. Quando um mesmo imóvel contiver construções de casas ou cômodos, poderá ser instituído, inclusive para fins de Reurb, condomínio urbano simples, respeitados os parâmetros urbanísticos locais, e serão discriminadas, na matrícula, a parte do terreno ocupada pelas edificações, as partes de utilização exclusiva e as áreas que constituem passagem para as vias públicas ou para as unidades entre si.”

QUESTÃO 83. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional,

estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País. Trata-se de parte integrante do SISAN

a) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), composto de forma paritária por representantes governamentais e representantes da sociedade civil, escolhidos na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo seu presidente designado pelo Presidente da República dentre os representantes governamentais.

b) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pela elaboração da Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação.

c) a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela propositura, ao Poder Executivo Federal, das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução, bem como pela avaliação do SISAN.

d) a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais, responsável por instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN.

e) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), composto por 1/3 de representantes governamentais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional e 2/3 de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além de observadores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema segurança alimentar.

A alternativa A está incorreta. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), não é composto de forma paritária e seu presidente designado pelo Presidente da República dentre os representantes da sociedade civil, e não por representantes governamentais, nos termos do artigo 11, § 2º e § 3º da Lei nº 11.346/2006: “§ 2º O CONSEA será composto a partir dos seguintes critérios: I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional; II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e III – observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal. § 3º O CONSEA será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do colegiado, na forma do regulamento, e designado pelo Presidente da República.”

A alternativa B está incorreta. Cabe a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional ser responsável pela elaboração da Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação. Nos termos do artigo 11, inciso III, alínea a da Lei nº 11.346/2006: “Art. 11. Integram o SISAN: III – a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras: a) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA, a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;”

A alternativa C está incorreta. Assertiva em desconformidade com o artigo 11, inciso I e II, alínea b da Lei nº 11.346/2006: “Art. 11. Integram o SISAN: I – a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do SISAN; II – o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pelas seguintes atribuições: b) propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;”

A alternativa D está incorreta. Assertiva em desconformidade com o artigo 11, inciso II, alínea e da Lei nº 11.346/2006, pois a responsabilidade é do CONSEA e não da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional: “Art. 11. Integram o SISAN: “II – o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pelas seguintes atribuições: e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;”

A alternativa E está correta. A assertiva está em conformidade com o artigo 11, § 2º da Lei nº 11.346/2006: “§ 2º O CONSEA será composto a partir dos seguintes critérios: I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional; II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e III – observadores, incluindo-se representantes dos conselhos de âmbito federal afins, de organismos internacionais e do Ministério Público Federal.

QUESTÃO 84. Rita, 54 anos, pessoa com autismo, reside sozinha há 5 anos, desde a morte de seus pais. Os vizinhos realizaram denúncia no Disque 100 acerca das condições inadequadas em que Rita se encontra. O Centro de Referência Especializado em Assistência Social realizou visitas domiciliares e constatou que Rita não toma banho regularmente, alimenta-se apenas quando algum vizinho lhe oferece comida e acumula objetos que recolhe das ruas. Além disso, Rita não realiza nenhum tipo de acompanhamento em saúde, sendo recomendável que seja cadastrada e acompanhada pela Unidade Básica de Saúde. Dentro dessa situação concreta e não possuindo, até o momento, outros dados complementares sobre situação social, familiar ou de saúde, a

equipe técnica do CREAS concluiu pela impossibilidade de Rita continuar residindo sozinha. Com base na caracterização do serviço socioassistencial, deve-se propor a inserção de Rita em equipamento de acolhimento denominado

a) Casa de Passagem, destinado a acolhimento provisório com estrutura para acolher, com privacidade, pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar, que estejam em situação de rua e desabrigo por ausência de residência, incluindo pessoas em situação de trânsito, refúgio, violência institucional, tráfico de pessoas ou exploração sexual.

b) Serviço Residencial Terapêutico (SRT), destinado a pessoas em situação de longa permanência, a ser realizado em moradias inseridas na comunidade, ofertando cuidado integral por meio de estratégias substitutivas, na perspectiva da garantia de direitos e exercício de cidadania, buscando sua progressiva inclusão social.

c) Casa Abrigo, destinado para acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco social ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral, garantindo sigilo quanto à identidade das usuárias.

d) Residência Inclusiva (RI), destinado a jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, naqueles casos em que a pessoa acolhida não disponha de condições de autossustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência.

e) Instituição de Longa Permanência para Idosos e Incapazes (ILPII), destinado a pessoas independentes e/ou com diversos graus de dependência, de modo provisório e, excepcionalmente, de longa permanência, quando esgotadas as possibilidades de autossustento e convívio familiar, devido à vivência de situações de negligência e abandono.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a assistência social.

A alternativa A está incorreta. A Casa de Passagem é um serviço de acolhimento temporário voltado para pessoas em situação de rua ou desabrigo, não sendo o caso de Rita. Rita possui residência fixa (embora em condições inadequadas), e sua situação não se caracteriza por trânsito, refúgio, tráfico de pessoas ou violência institucional, o que são critérios centrais desse serviço.

A alternativa B está incorreta. O SRT é um serviço da saúde mental, não da assistência social, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), voltado a pessoas com transtornos mentais graves que viveram por longo período em hospitais psiquiátricos. Rita é uma pessoa com deficiência (autismo), mas não estava institucionalizada em hospital psiquiátrico, o que é um requisito para inserção no SRT.

A alternativa C está incorreta. A Casa Abrigo é voltada especificamente para mulheres em situação de violência doméstica, com risco iminente à integridade física e psicológica, o que não se aplica à situação de Rita. Embora Rita seja mulher, sua situação não envolve ameaças ou violências de natureza doméstica ou familiar, mas sim abandono, negligência e ausência de rede de apoio, o que não configura o público-alvo deste serviço.

A alternativa D está correta. A Residência Inclusiva é um serviço de acolhimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado exatamente para casos como o de Rita: pessoa adulta com deficiência (autismo), sem retaguarda familiar e em situação de vulnerabilidade que não pode viver sozinha com segurança e dignidade. Rita apresenta fragilidade na autonomia, dificuldades para higiene pessoal, alimentação e cuidados de saúde, além de ausência de suporte familiar e vínculos comunitários frágeis — perfil que justifica sua inserção em Residência Inclusiva.

A alternativa E está incorreta. Apesar de Rita ter 54 anos, a ILPII é voltada exclusivamente a pessoas idosas (60 anos ou mais), conforme a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa). Rita não possui idade para ser acolhida nesse tipo de instituição. Além disso, ILPIIs são serviços voltados prioritariamente à população idosa negligenciada, o que não é o recorte etário da usuária em questão.

QUESTÃO 85. O incidente de suspensão liminar é meio autônomo de impugnação de decisões judiciais, de competência do

a) Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.

b) órgão especial do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.

c) Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar ofensa às prerrogativas de nacionalidade, soberania e cidadania.

d) órgão fracionário do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar ameaça ou grave lesão à ordem, à nacionalidade, soberania e cidadania.

e) relator ao qual foi distribuído o respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar lesão à ordem pública, sanitária e democrática.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre incidente de suspensão liminar.

A alternativa A está correta. Em conformidade com o caput do artigo 4º da Lei nº 8.437/92: "Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas."

A alternativa B está incorreta. O incidente de suspensão liminar é meio autônomo de impugnação de decisões judiciais, de competência do Presidente do Tribunal, conforme o caput do artigo 4º da Lei nº8.437/92: "Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas."

A alternativa C está incorreta. A competência realmente é do Presidente do Tribunal, mas o artigo 4º não prevê como requisito do deferimento a demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar ofensa às prerrogativas de nacionalidade, soberania e cidadania. Observe o caput do artigo 4º da Lei nº8.437/92: "Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas."

A alternativa D está incorreta. O incidente de suspensão liminar é meio autônomo de impugnação de decisões judiciais, de competência do Presidente do Tribunal, conforme o caput do artigo 4º da Lei nº8.437/92: "Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas."

A alternativa E está incorreta. O incidente de suspensão liminar é meio autônomo de impugnação de decisões judiciais, de competência do Presidente do Tribunal, conforme o caput do artigo 4º da Lei nº8.437/92: "Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas."

QUESTÃO 86. Tendo em vista a atuação da Defensoria Pública dos Estados na defesa dos vulneráveis climáticos e ambientais, considera-se o direito ao meio ambiente um direito fundamental heterotópico em razão de

- a) estar relacionado a um direito difuso de quarta dimensão, já que dependem da atuação positiva do Estado para sua garantia.**
- b) estar relacionado, de forma análoga, a um direito fundamental, alinhando-se a este de modo paralelo e independente.**
- c) não estar elencado dentre os direitos fundamentais relacionados nos artigos 5º ao 17 da Constituição Federal, mas relacionado à dignidade humana.**

d) estar sua defesa relacionada a um processo diverso de acesso à justiça, não podendo ser exercido de forma típica como no caso dos direitos individuais.

e) não se tratar de um direito fundamental nato, mas associado a princípios que o circundam de modo similar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema direito ao meio ambiente e a atuação da Defensoria Pública.

A alternativa A está incorreta. O direito ao meio ambiente pode ser considerado um direito de terceira dimensão, mas essa não é a razão pela qual ele é qualificado como “heterotópico”. O termo “heterotópico” diz respeito à localização sistemática do direito no texto constitucional e não à sua dimensão nem à necessidade de atuação positiva do Estado.

A alternativa B está incorreta. O direito ao meio ambiente não se alinha de forma “paralela e independente” aos direitos fundamentais, mas sim de forma integrada. Ele é reconhecido como um direito fundamental em sentido material.

A alternativa C está correta. A questão trata da caracterização do direito ao meio ambiente como direito fundamental heterotópico, ou seja, um direito fundamental que, embora não esteja previsto nos artigos 5º a 17 da Constituição Federal — tradicionalmente associados ao catálogo dos direitos fundamentais —, integra o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana e está previsto em outro local do texto constitucional, mais precisamente no art. 225 da Constituição. Assim, embora fora da “topografia clássica” dos direitos fundamentais, o direito ao meio ambiente equilibrado é reconhecidamente um direito fundamental de terceira dimensão.

A alternativa D está incorreta. A defesa do direito ao meio ambiente pode sim ser exercida por instrumentos típicos de acesso à justiça, como a ação civil pública, o mandado de segurança coletivo.

A alternativa E está incorreta. A afirmação de que o direito ao meio ambiente não seria um direito fundamental “nato” é incorreta sob a ótica constitucional contemporânea. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é reconhecido como direito fundamental material, e não apenas como uma derivação de princípios. Sua previsão no art. 225 da Constituição, combinada com a principiologia constitucional (art. 1º, III), confere-lhe status pleno de direito fundamental, ainda que esteja sistematicamente fora dos artigos 5º a 17.

QUESTÃO 87. Segundo dispõe resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Amazonas, a intervenção institucional conhecida como custos vulnerabilis

a) é permitida no âmbito do processo penal, inclusive em atuação pró-vítima processual.

b) não pode ser negada pelo interventor natural.

c) não pode ser provocada pelo juízo da causa.

d) exige promoção de escuta ativa judicial.

e) inviabiliza a atuação do mesmo Defensor Público como representante postulatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Resolução nº 03/2022-CSDPE/AM - Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Amazonas.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 13 da Resolução, a atuação custos vulnerabilis é admitida no processo penal, com o objetivo de conter o poder punitivo do Estado e reequilibrar a atuação frente ao acusado ou à vítima. O art. 14 também admite atuação pró-vítima, desde que por membro distinto, conforme a LC nº 80/1994. “Art. 13 A intervenção Custos Vulnerabilis no Direito Processual Penal servirá como instrumento cooperativo de contenção do poder punitivo, bem como ao reequilíbrio entre a parte investigada ou acusada frente ao Estado, nos termos do ordenamento jurídico em vigor. [...] Art. 14 Caso seja necessária a atuação pró-vítima processual penal, será providenciado membro distinto, em conformidade com o art. 4º-A, V, da LC n. 80/1994. §1º Existindo interesse pessoal da vítima, será recomendável a representação postulatória, nos termos do art. 4º, XI, XV, XVIII da LC n. 80/1994; e, em caso de interesses da coletividade de vítimas, em especial em caso de atuação deficitária do Estado Acusador, será recomendável a invocação da legitimação coletiva em prol dos interesses da comunidade-vítima, nos termos do art. 80 da Lei n. 8.078/1990, do art. 17 da Lei n. 7.347/1985 e das demais normas jurídicas em vigor”.

A alternativa B está incorreta. O art. 3º, §1º da Resolução prevê expressamente que o defensor público pode recusar a intervenção, desde que fundamente sua negativa: “Art. 3º Intervenção Custos Vulnerabilis poderá ocorrer por iniciativa do defensor natural da causa, por provocação da parte interessada ou por intimação iussu iudicis do juízo quando compreender, em tese, tratar-se de hipótese interventiva da Defensoria Pública. §1º Quando o interventor natural compreender não ser hipótese de intervenção Custos Vulnerabilis ou de qualquer outra atuação possível à Defensoria Pública, fundamentará sua manifestação de negativa interventiva ou atuação”.

A alternativa C está incorreta. O art. 3º, caput, é claro ao dispor que a intervenção pode ocorrer por provocação do juízo (iussu iudicis), da parte interessada ou do próprio defensor natural. Logo, pode sim ser provocada pelo juízo: “Art. 3º Intervenção Custos Vulnerabilis poderá ocorrer por iniciativa do defensor natural da causa, por provocação da parte interessada ou por intimação iussu iudicis do juízo quando compreender, em tese, tratar-se de hipótese interventiva da Defensoria Pública”.

A alternativa D está incorreta. A escuta ativa é recomendada, mas não obrigatória. O art. 5º dispõe: “Art. 5º No atuar interveniente, é recomendável a aplicação de métodos de escuta ativa dos indivíduos e comunidades vulneráveis com a finalidade de alcançar a máxima simbiose de interesses a partir da manifestação institucional”.

A alternativa E está incorreta. O art. 8º, §1º prevê que, não havendo colisão de interesses, o mesmo defensor pode acumular as funções de representante postulatório e de interveniente: “Art. 8º Quando inexistente conflitos de interesses e presente hipótese interventiva da Defensoria Pública, o membro que deixar de ser representante postulatório do vulnerável poderá requerer ao juízo sua migração para posição de interveniente quando possuir atribuição para tanto e quando presente o interesse institucional, nos termos do ordenamento jurídico em vigor. §1º Inexistente colisão de interesses, é

possível ao membro interveniente com atribuição cumular a função de interveniente e representante postulatório”.

QUESTÃO 88. Compete ao Defensor Público-Geral, segundo a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Amazonas:

a) diligenciar visando à execução e ao recebimento de verbas sucumbenciais arbitradas em favor da Instituição.

b) conhecer e julgar recurso em processo administrativo disciplinar.

c) deliberar sobre organização de concurso para ingresso à carreira de Defensor Público.

d) obstar a promoção por antiguidade, justificadamente.

e) fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo da Defensoria Pública do Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Amazonas.

A alternativa A está correta. A Lei Orgânica da Defensoria Pública do Amazonas estabelece que compete ao Defensor Público-Geral, entre muitas atribuições, práticas de gestão administrativa e financeira, o que inclui agir para garantir e executar os recursos devidos à instituição — como as verbas sucumbenciais (custas e honorários de sucumbência), reforçando sua função de superintendente e gestor financeiro da Defensoria. Vejamos: “Art. 9º Compete ao Defensor Público Geral: [...] I - dirigir e representar a Defensoria Pública do Estado, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação; [...] XII - praticar atos de gestão administrativa e financeira da Defensoria Pública e dos serviços auxiliares, inclusive os relativos ao Fundo Especial da Defensoria Pública”.

A alternativa B está incorreta. Isso porque julgar recursos em processo administrativo disciplinar é atribuição do Conselho Superior, não do Defensor Público-Geral. “Art. 18. Ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado compete: [...] VI -conhecer e julgar recurso contra decisão em processo administrativo disciplinar”.

A alternativa C está incorreta. Deliberar sobre concursos para ingresso é competência do Conselho Superior, embora o Defensor Público-Geral possa presidi-los, a deliberação é colegiada. “Art. 18. Ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado compete: [...]XI -deliberar sobre a organização de concurso para ingresso na carreira e designar os representantes da Defensoria para integrarem a comissão respectiva”.

A alternativa D está incorreta. Obstar promoção por antiguidade justificadamente não consta como poder do Defensor Público-Geral. Era competência da Corregedoria Geral da Defensoria Pública, mas o dispositivo que tratava desse assunto, foi revogado (art. 20, XV).

A alternativa E está incorreta. A fiscalização da aplicação de recursos do Fundo da Defensoria também é competência do Conselho Superior. “Art. 18. Ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado compete: [...] XIV -fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo Especial da Defensoria Pública”.

QUESTÃO 89. Conforme dispõe a Resolução 006/2024, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Amazonas, foi criado o Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, bem como defensorias especializadas na temática. O Núcleo Especializado

a) possui vedação para atuação na seara criminal, que ficará a cargo da defensoria especializada do território.

b) será composto por Coordenação, Secretaria Técnica e Grupos Temáticos.

c) atuará nas demandas coletivas, direcionando ao Defensor natural a atuação individual temática.

d) dispõe de Secretaria Técnica que tem como atribuição realizar ações conjuntas a outras instituições

e) terá, como coordenador, Defensor Público designado pelo Defensor Público-Geral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Resolução 006/2024, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Amazonas.

A alternativa A está incorreta. A Resolução não estabelece qualquer vedação à atuação na esfera criminal. Ao contrário, ela enfatiza que a atuação do Núcleo deve ser intersetorial e transversal. Segundo o art. 5º, caput, o Núcleo tem por objetivo “atuar na defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, inclusive em articulação com defensorias especializadas e defensorias territoriais”.

A alternativa B está incorreta. Segundo o art. 3º da Resolução, o Núcleo não se estrutura formalmente em Coordenação, Secretaria Técnica e Grupos Temáticos.

A alternativa C está incorreta. O texto da Resolução não restringe a atuação do Núcleo às demandas coletivas (art. 5º).

A alternativa D está incorreta. A Resolução não institui uma Secretaria Técnica como parte da estrutura formal do Núcleo (art. 3º).

A alternativa E está correta. É exatamente o que dispõe o art. 3º, §1º.

QUESTÃO 90. O método de pensamento é o que confere à ciência jurídica uma nova dimensão conceitual referente ao acesso à justiça, tendo em vista que se preocupa com

- a) a aceleração da pacificação da lide.**
- b) o reconhecimento do direito fundamental individual.**
- c) a declaração do direito individual ou coletivo postulado.**
- d) a efetivação adequada dos direitos individuais e coletivos.**
- e) a ampliação da oportunidade de adjudicação de um direito.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do Acesso à Justiça.

A alternativa A está incorreta. Embora a pacificação da lide seja um objetivo do processo civil moderno, acelerar essa pacificação não é o foco principal do debate sobre o método de pensamento jurídico ligado ao acesso à justiça. A velocidade ou celeridade são aspectos instrumentais e não traduzem, por si só, o conteúdo da nova dimensão conceitual que se busca alcançar com o acesso efetivo aos direitos.

A alternativa B está incorreta. O reconhecimento de direitos individuais é importante, mas não exaure o conceito de acesso à justiça em sua perspectiva contemporânea. O acesso à justiça, tal como desenvolvido na doutrina moderna, abrange também os direitos coletivos e difusos.

A alternativa C está incorreta. A simples declaração do direito — seja ele individual ou coletivo — também não é suficiente para representar o núcleo da nova abordagem do acesso à justiça. O conceito atual enfatiza a efetivação, isto é, a concretização do direito no mundo dos fatos.

A alternativa D está correta. O método de pensamento jurídico moderno vai além da mera declaração do direito, buscando assegurar meios e condições para sua concretização prática, alinhando-se ao ideal do Estado Democrático de Direito.

A alternativa E está incorreta. O ponto central da nova dimensão conceitual é a efetividade.

QUESTÃO 91. Mauro Cappelletti e Bryant Garth na obra "Acesso à Justiça" desenvolveram a ideia de obstáculos que faziam frente ao acesso à justiça. O obstáculo relacionado às dificuldades inerentes à tutela de direitos coletivos buscados por demandas apresentadas em juízo é denominado obstáculo

- a) processual.**
- b) coletivo.**
- c) organizacional.**

d) econômico.

e) representativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Acesso à Justiça.

A alternativa A está incorreta. O obstáculo processual refere-se à complexidade das regras processuais, à lentidão da Justiça e à dificuldade de compreensão dos trâmites judiciais pelos cidadãos comuns.

A alternativa B está incorreta. "Coletivo" é uma qualificação do tipo de direito (coletivo, difuso ou individual homogêneo), mas não é a classificação do obstáculo em si.

A alternativa C está correta. Cappelletti e Garth classificam os principais obstáculos ao acesso à justiça, sendo que o obstáculo organizacional diz respeito à inadequação das estruturas tradicionais da justiça para lidar com interesses difusos e coletivos, como os direitos do consumidor, do meio ambiente e de grupos vulneráveis.

A alternativa D está incorreta. O obstáculo econômico é talvez o mais evidente e clássico, relacionado ao alto custo do acesso à justiça, incluindo honorários advocatícios, custas processuais e demais despesas, que tornam o sistema judicial inacessível à maioria da população.

A alternativa E está incorreta. Embora a representatividade adequada seja um tema importante dentro do debate sobre tutela coletiva, o termo "representativo" não é utilizado pelos autores na classificação.

QUESTÃO 92. Na obra "A superação do direito como norma: uma revisão descolonial da teoria do direito brasileiro", ao discutirem aspectos relativos à teoria crítica do direito brasileira, os autores referem-se à necessidade de se avançar para aquilo que se constituiu como um "giro descolonial". De acordo com a perspectiva adotada pelos autores em tela, a guinada representada por esse "giro descolonial" pressupõe criticar o paradigma

a) europeu de racionalidade erigido na modernidade, por uma negação da vinculação da racionalidade/modernidade com a colonialidade.

b) colonial de dominação erigido na modernidade, por uma negação da vinculação do desenvolvimento/exploração com a colonialidade.

c) europeu de colonialidade erigido na atualidade, por uma negação da vinculação das categorias epistêmicas da totalidade do conhecimento com a colonialidade.

d) europeu de racionalidade erigido na modernidade, por uma negação da vinculação do desenvolvimento/exploração com a colonialidade.

e) colonial de dominação erigido na modernidade, por uma negação da vinculação da racionalidade/modernidade com a colonialidade.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre sociologia.

A alternativa A está correta e as demais incorretas. O “giro descolonial” descrito por Tércio Sampaio Ferraz Júnior e Guilherme Roman Borges na obra *A superação do direito como norma* implica rejeitar o paradigma europeu de racionalidade erigido na modernidade, exatamente porque esse modelo apresenta-se como neutro e universal, mas está enraizado na colonialidade do saber e no poder colonial. Ao questionar a racionalidade moderna, os autores expõem sua instrumentalidade colonizadora: a pretensão de objetividade serviu como justificativa para apagar epistemologias, éticas e experiências próprios de povos subalternizados, sobretudo no contexto brasileiro.

QUESTÃO 93. Segundo a abordagem realizada por Pedro Estevam Alves Pinto Serrano, em seu livro “Autoritarismo e golpes na América latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção”, pode-se afirmar que a exceção estará presente na jurisdição quando as suas decisões se apresentarem como:

- a) Modos de discricionariedade judicial, de acordo com diferentes concepções analíticas do direito.**
- b) Mecanismos de desconstrução do direito, com finalidade eminentemente política.**
- c) Modelos de juízos solipsistas, apoiados na consciência moral dos juízes.**
- d) Manifestações de ativismo judicial, como expressão concreta do decisionismo.**
- e) Formas de erro judiciário, resultantes de uma atividade hermenêutica não fundamentada.**

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Teoria do Direito.

A alternativa B está correta e as demais incorretas. Pedro Serrano, em *Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção*, argumenta que a excepcionalidade se manifesta no âmbito jurisdicional não como uma falha técnica ou meramente hermenêutica, mas sim como mecanismo de desconstrução do direito com finalidade eminentemente política. Isso significa que o Judiciário deixa de aplicar o direito de forma imparcial para atuar como um instrumento de controle político, utilizando a aparência de legalidade para legitimar medidas de exceção contra alvos específicos — sejam eles líderes de esquerda, movimentos sociais ou grupos marginalizados —, sem suspender formalmente o ordenamento jurídico.

QUESTÃO 94. De acordo com Orlando Villas Boas Filho em seu livro “Direito, globalização e governança: uma abordagem a partir da perspectiva sociojurídica de André-Jean Arnaud”, o conceito de governança

a) distingue-se do conceito de governo, porém apresenta conteúdo análogo ao do conceito de governamentalidade, pois exprime como determinada autoridade é capaz de conduzir com eficiência a gestão da coisa pública.

b) remete a uma forma de construção de decisões coletivas e vinculantes caracterizada fundamentalmente pela sua lógica *top-down*.

c) exprime uma forma de gestão e de administração de questões públicas e privadas não emanadas da ordem governamental ou de decisões fundadas em um ente soberano, na medida em que se baseia em uma autoridade partilhada.

d) caracteriza uma forma de gestão circunscrita ao mundo corporativo. Por esse motivo, o conceito somente pode ser aplicado a questões de direito público em sentido metafórico, pois tais questões submetem-se exclusivamente à gestão governamental.

e) tem sido impropriamente utilizado para descrever a participação cidadã no contexto da experiência democrática contemporânea, pois circunscreve-se à gestão profissional implementada por stakeholders no âmbito corporativo.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre sociologia.

A alternativa C está correta e as demais incorretas. Segundo Orlando Villas Bôas Filho, ao trabalhar a partir da perspectiva sociológica de André-Jean Arnaud em *Direito, Globalização e Governança*, o conceito de governança remete à gestão ou administração de questões públicas — mas não se limita à atuação estatal tradicional. Em vez disso, trata-se de um modo em que atores diversos (governos, empresas, organizações da sociedade civil) assumem uma autoridade partilhada na solução de problemas e na tomada de decisões, o que caracteriza o modelo de “governança” como uma construção por meio de redes interdependentes, não imposta de cima para baixo por um ente soberano.

QUESTÃO 95. Ao analisar a questão da verdade na internet, José Eduardo Faria, no livro “A liberdade de expressão e as novas mídias”, afirma que:

a) A internet ampliou e democratizou o acesso à informação de qualidade. Por esse motivo, ela constitui uma ferramenta essencial para se evitar a massificação da opinião pública e para a promoção da cidadania.

b) O advento da internet ampliou significativamente a possibilidade de obtenção de um consenso generalizado e devidamente fundamentado acerca do que é a verdade factual.

c) Não há nenhum impacto efetivo da internet acerca do que vem a ser a verdade, pois a evidência desta se impõe a todos os seres racionais de modo a prescindir das novas tecnologias de comunicação.

d) O fluxo de informação que transita pela internet contribui para o desenvolvimento de uma opinião pública fundamentada na capacidade de reflexão e de livre pensamento dos cidadãos.

e) Diante do volume avassalador de informações cujas fontes e veracidade são difíceis de ser verificadas, a internet tende a levar os cidadãos comuns a perder a capacidade de entender e avaliar a realidade política.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre sociologia.

A alternativa E está correta e as demais incorretas. José Eduardo Faria, em seu ensaio “Verdade na Internet”, presente no livro A liberdade de expressão e as novas mídias, reflete que, diante do volume avassalador de informações cujo critério de verificação é muitas vezes opaco, os cidadãos perdem a capacidade de compreender e avaliar a realidade política. A internet, conforme Faria, não promove uma democratização do consenso factual; ao contrário, ao inundar os indivíduos com informações de fontes duvidosas e muitas vezes incongruentes, dificulta a formação de uma opinião pública sólida e crítica, conduzindo a uma espécie de “cegueira coletiva” informacional.

QUESTÃO 96. Ao analisar a transição da “justiça social” à “justiça global”, no livro “Breve história da justiça”, David Johnston realiza diversas considerações acerca da temática da justiça. Tendo em vista essas considerações, é INCORRETO afirmar que:

a) A justiça emana da natureza. Por esse motivo, ela é universal e imutável, impondo-se a todas as sociedades do globo.

b) Apesar de toda a sua grandeza, as teorias de justiça social recentes perderam contato com as origens da ideia de justiça, que estão ligadas ao conceito de reciprocidade.

c) A justiça é um conceito e, como todos os conceitos, é uma ferramenta inventada e aperfeiçoada por seres humanos.

d) A tendência constante da ideia de justiça social, na forma que ela assumiu nos dois últimos séculos, tem sido reforçar um provincianismo que contaminou as teorias sobre a justiça desde a Antiguidade.

e) Atualmente, os principais atores do cenário internacional são movidos, em sua maioria, pela busca de seu próprio interesse, sem muita consideração pela justiça.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre justiça.

A alternativa A está incorreta e as demais corretas. David Johnston não defende que a justiça emana da natureza como algo universal e imutável, auto imposto a todas as sociedades; pelo contrário, Johnston constrói sua análise histórica demonstrando que o conceito de justiça se transformou ao longo do tempo

– da justiça como reciprocidade nas sociedades antigas à justiça social moderna e, por fim, à justiça global –, reconhecendo seu caráter histórico e construído pela prática social. Assim, afirmar que a justiça seria um dado natural e imutável contraria diretamente a abordagem dinâmica e crítica que o autor oferece sobre o conceito.

QUESTÃO 97. Em relação à ocupação originária do território amazônico,

a) estima-se menos de mil etnias indígenas diferentes na Amazônia pré-colombiana.

b) a agricultura, antes da chegada dos europeus, era praticada de maneira insipiente pelo homem amazônico, o qual mantinha como modo de produção a caça e a coleta.

c) o primeiro massacre sofrido pela população originária foi perpetrado pelo comandante europeu Vicente Yañes Pinzon.

d) antes da chegada dos europeus, a região da Amazônia foi considerada como um vazio demográfico, pois se constatou ausência de alta densidade populacional.

e) os principais sinais da transição entre a caça e a coleta para a agricultura, que ocupou o período de 4000 a.C. até 2000 a.C., foram evidenciados pela pesquisa arqueológica realizada em sambaquis localizados ao longo da boca do rio Amazonas e no baixo Amazonas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois algumas estimativas falam em mais de 1300 grupos com línguas e tradições próprias.

A alternativa B está incorreta, pois já havia um sistema agrícola complexo, especialmente com o cultivo da mandioca, além de técnicas sofisticadas de manejo da floresta, como a criação da terra preta de índio, um solo fértil e duradouro.

A alternativa C está incorreta. Embora Vicente Yañes Pinzon tenha sido um dos primeiros europeus a entrar em contato com indígenas na região amazônica, os massacres não foram registrados de forma sistematizada nessa ocasião. A violência colonial se intensificou mais com a ocupação portuguesa e espanhola, posteriormente.

A alternativa D está incorreta. A ideia de "vazio demográfico" foi uma construção colonial equivocada. Estudos arqueológicos e etno-históricos mostram que a região era densamente povoada em várias áreas, com redes de aldeias interconectadas e práticas agrícolas organizadas.

A alternativa E está correta. Os sambaquis são montes de conchas e resíduos deixados por populações pré-históricas. Trata-se de importantes vestígios arqueológicos que indicam formas de ocupação e modos de vida dos povos originários da Amazônia.

Segundo pesquisas, entre 4000 a.C. e 2000 a.C. houve uma transição gradual da economia baseada na caça e coleta para práticas agrícolas rudimentares, com evidências de domesticação de plantas, como a mandioca.

Esses sambaquis foram localizados ao longo da foz e do baixo curso do rio Amazonas, o que comprova a ocupação antiga, sistemática e estruturada do território — refutando a ideia de que a Amazônia era um "vazio demográfico" ou que seus habitantes eram apenas nômades caçadores e coletores.

QUESTÃO 98. Sobre a Cabanagem:

a) Em 1848, a Revolta se inspirou na chamada "Primavera dos Povos", mas dela se diferenciou por postular o desligamento da Província do Rio Negro da Província do Pará, o estabelecimento de um parlamento provincial independente e sufrágio secreto e universal.

b) Apolinário Maparajuba entrou na Barra do Rio Negro, atualmente Manaus, com um exército de 1500 soldados, após longo combate contra a milícia e a população locais, em 1834.

c) A Regência outorgou anistia aos participantes do movimento em novembro de 1839, após entender que a guerra seria dificilmente concluída sem o emprego de meios conciliatórios.

d) A Província do Rio Negro foi governada por Joaquim Pedro da Silva.

e) A revolta na Barra do Rio Negro foi reprimida com sucesso pelo comandante militar local, coronel Joaquim Felipe dos Reis, e por suas tropas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A Cabanagem ocorreu entre 1835 e 1840, portanto não pode ter sido inspirada pela "Primavera dos Povos" de 1848. Também, não houve um movimento separatista da "Província do Rio Negro" com esse conteúdo político mencionado.

A alternativa B está incorreta. Apolinário da Silva Maparajuba foi de fato um dos líderes da Cabanagem, e houve movimentações cabanas na região da Barra do Rio Negro (atual Manaus). Porém, não há registro confiável de entrada com um exército de 1500 soldados nem de combate direto com milícia e população local em 1834. Além disso, a revolta começou em 1835. A data está incorreta.

A alternativa C está correta. A Cabanagem, movimento que ocorreu entre 1835 e 1840, foi uma das revoltas mais sangrentas do Brasil Império. A repressão foi brutal, mas a dificuldade em conter completamente os focos de resistência, especialmente nas áreas mais afastadas da Província do Pará, levou o governo regencial a conceder anistia em 1839 como tentativa de pacificação. A medida foi um reconhecimento prático de que uma solução exclusivamente militar não estava surtindo o efeito esperado.

A alternativa D está incorreta. Não existiu oficialmente uma "Província do Rio Negro" separada do Pará durante o Império. A região do atual estado do Amazonas ainda era parte da Província do Pará até 1850,

quando foi desmembrada e criada a Província do Amazonas. Joaquim Pedro da Silva não foi governador reconhecido dessa suposta província.

A alternativa E está incorreta. O nome citado, coronel Joaquim Felipe dos Reis, não é historicamente reconhecido como figura central na repressão à Cabanagem na região da Barra do Rio Negro. Pelo contrário, a repressão na região foi demorada, cheia de conflitos e pouco organizada. Além disso, a ocupação cabana chegou a durar alguns meses, e não foi imediatamente sufocada com “sucesso”.

QUESTÃO 99. No Estado do Amazonas, no século XX,

a) teve início, em 1916, por conta da necessidade de o Brasil fornecer látex e seus derivados para o esforço Aliado durante a Primeira Guerra Mundial, a chamada "Batalha da Borracha".

b) o movimento tenentista, nos anos 1920, não teve reflexos.

c) a "Ford Motor Company" instalou, em 1924, no âmbito da política da Zona Franca de Manaus, para a produção de veículos automotores, sua primeira fábrica localizada fora dos Estados Unidos da América.

d) mais precisamente no ano de 1962, foi criada a Faculdade de Filosofia do Amazonas, o embrião da Universidade Estadual.

e) os grandes projetos de desenvolvimento regional, observados durante o período do Regime Militar, que perdurou dos anos de 1964 até 1985, foram realizados com respeito às lideranças indígenas, aos populares e ao bioma amazônico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A "Batalha da Borracha" ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), especialmente entre 1942 e 1945. Durante esse período, com o Japão dominando as plantações de borracha no Sudeste Asiático, os Estados Unidos recorreram à Amazônia brasileira para obter látex. O governo brasileiro então incentivou o envio de milhares de nordestinos ("soldados da borracha") para trabalhar na extração do látex na região.

A alternativa B está incorreta. Embora os reflexos tenham sido menos intensos que em outras regiões, o movimento tenentista teve sim repercussões no Amazonas. Em 1924, houve, por exemplo, um levante ligado ao tenentismo em Manaus, com manifestações contra o governo estadual e apoio à coluna Prestes. Logo, a afirmação de que "não teve reflexos" é incorreta.

A alternativa C está incorreta. A Zona Franca de Manaus só foi criada em 1967, muito depois de 1924. A Ford não instalou uma fábrica de veículos em Manaus em 1924. O que existiu foi o projeto da Fordlândia, em Belterra (Pará) e Tapajós, no mesmo período, como tentativa de criar uma plantação de seringueiras para abastecimento de borracha — e o projeto fracassou. A primeira fábrica da Ford fora dos EUA foi instalada no Canadá, em 1904.

A alternativa D está correta. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Amazonas foi fundada em 17 de janeiro de 1962, sendo considerada o embrião da atual Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Esse marco representa um importante passo na interiorização e democratização do ensino superior na região Norte, num contexto em que a oferta universitária ainda era concentrada nas regiões Sudeste e Sul do país.

A alternativa E está incorreta. Durante o regime militar (1964–1985), vários projetos de desenvolvimento regional, como a construção de rodovias (BR-230/Transamazônica, BR-319), a implementação de zonas de colonização agrícola e grandes projetos de mineração e energia, foram realizados sem considerar devidamente os direitos dos povos indígenas, os impactos sociais ou ambientais.

QUESTÃO 100. Verificou-se, na Província do Amazonas, durante o século XIX,

a) o início do "Ciclo da Borracha", que, a partir da década de 1870, até o seu final, nos anos 1910, foi responsável por um quarto das exportações brasileiras.

b) o efusivo apoio das lideranças políticas locais à Proclamação da República.

c) a construção da estrada de ferro para transposição dos rios Madeira-Mamoré foi realizada por mão de obra escravizada e, por conseguinte, com baixo custo para os cofres da firma Madeira-Mamoré Railway Limited, mas com perdas de doze mil vidas humanas.

d) a abertura do comércio pelo rio Amazonas, mediante edição de decreto imperial, a todas as nações, no ano de 1852.

e) a construção, no período de 1866 a 1886, da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que ao seu término interligou as cidades de Manaus e Belém, viabilizando, ademais, o transporte do látex e das drogas do sertão para os seus destinos na Europa e na América do Norte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O primeiro Ciclo da Borracha começou a ganhar força na década de 1870, com a crescente demanda por látex na indústria mundial, principalmente para a fabricação de pneus, mangueiras e outros artefatos ligados à Revolução Industrial. A região amazônica, especialmente o Amazonas e o Acre, tornou-se a principal fornecedora mundial de borracha. Entre 1870 e 1910, a borracha respondeu por cerca de 25% das exportações brasileiras, e Manaus viveu um período de grande prosperidade, com urbanização, iluminação elétrica, construção do Teatro Amazonas e forte influência cultural europeia.

A alternativa B está incorreta. No Amazonas, a Proclamação da República (1889) não teve apoio imediato nem efusivo das elites locais, que em geral eram ligadas ao sistema imperial. A transição foi mais tardia e pragmática, com adesão por conveniência política e militar, e não por entusiasmo ideológico.

A alternativa C está incorreta. A estrada de ferro Madeira-Mamoré começou a ser construída somente no século XX, mais precisamente em 1907, e não utilizou mão de obra escravizada, já que a escravidão havia sido abolida em 1888. A obra foi famosa pelo uso de trabalhadores imigrantes, especialmente caribenhos, europeus e brasileiros, e também pela alta mortalidade (cerca de 6 mil a 10 mil mortes), causada por malária, febre amarela e condições precárias.

A alternativa D está incorreta. O decreto que abriu o rio Amazonas à navegação internacional foi editado em 1866, não em 1852. Essa abertura atendeu a pressões internacionais, especialmente da Inglaterra e dos Estados Unidos, que queriam acesso comercial à região. A data de 1852 não corresponde a esse marco legal.

A alternativa E está incorreta. A estrada de ferro Madeira-Mamoré foi construída entre 1907 e 1912, para transpor os trechos intransponíveis do rio Madeira, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim (atualmente em Rondônia). Seu objetivo era facilitar o escoamento da borracha boliviana e brasileira até o rio Amazonas, não interligar grandes cidades nem transportar as "drogas do sertão" diretamente para o exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)